

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Educação
Mestrado Profissional em Educação e Docência – Promestre

Aline de Pinho Souza

**OS SABERES E PRÁTICAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E DA AGROECOLOGIA
DOS TRABALHADORES DAS HORTAS DO CEVAE SERRA VERDE - PBH**

Belo Horizonte

2025

Aline de Pinho Souza

**OS SABERES E PRÁTICAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E DA AGROECOLOGIA
DOS TRABALHADORES DAS HORTAS DO CEVAE SERRA VERDE – PBH**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Educação e Docência da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (Promestre/FaE/UFMG) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Geraldo Márcio Alves dos Santos.

Linha de Pesquisa: Trabalho e Educação.

Belo Horizonte

2025

S729s
2025
T

Souza, Aline de Pinho, 1985 -

Os saberes e as práticas da economia solidária e da agroecologia dos trabalhadores das hortas do CEVAE Serra Verde – PBH [manuscrito] : / Aline de Pinho Souza. - Belo Horizonte, 2025.
152 f. : enc, il., color.

Dissertação -- (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

Orientador: Geraldo Márcio Alves dos Santos

Bibliografia: f. 141 - 146.

Apêndices: 147-148.

1. Economia solidária – Teses. 2. Agroecologia -- Teses. 3. Agricultura urbana – Belo Horizonte -- Teses. 4. Trabalho -- Aspectos sociais – Teses. 5. Trabalho – Relações humanas. 6. Trabalho coletivo – Teses.

I. Título. II. Santos, Geraldo Márcio Alves dos. II. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD- 331



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FAE - COLEGIADO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DA ALUNA ALINE DE PINHO SOUZA

Realizou-se, no dia 11 de julho de 2025, às 14 horas, sala 2116, Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Minas Gerais, a 640ª defesa de dissertação, intitulada "*Os saberes e práticas da Economia Solidária e da Agroecologia dos trabalhadores das hortas do CEVAE Serra Verde - PBH*", apresentada por ALINE DE PINHO SOUZA, número de registro 2023665560, graduada no curso de GEOGRAFIA, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em EDUCAÇÃO E DOCÊNCIA, à seguinte Comissão Examinadora: Prof. Geraldo Márcio Alves dos Santos - Orientador (Universidade Federal de Minas Gerais), Prof. Charles Moreira Cunha (Universidade Federal de Minas Gerais), Prof. Raoni Fernandes Azerêdo (Universidade Federal do Oeste do Paraná) e Profa(a) Maria de Fatima Almeida Martins (Universidade Federal de Minas Gerais).

Título do Recurso Educacional: A gente aprende a cuidar da terra e a terra cuida da gente: A força da agroecologia e da economia solidária no CEVAE Serra Verde.

A Comissão considerou a dissertação:

Aprovada.

Reprovada.

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 11 de julho de 2025.

Prof. Geraldo Márcio Alves dos Santos (Doutor)

Prof. Charles Moreira Cunha (Doutor)

Prof. Raoni Fernandes Azerêdo (Doutor)

Prof(a). Maria de Fátima Almeida Martins (Doutora)



Documento assinado eletronicamente por **Geraldo Marcio Alves dos Santos, Professor do Magistério Superior**, em 22/09/2025, às 10:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Charles Moreira Cunha, Professor do Magistério Superior**, em 22/09/2025, às 11:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria de Fatima Almeida Martins, Membro**, em 22/09/2025, às 14:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nilma Soares da Silva, Coordenador(a) de curso de pós-graduação**, em 07/11/2025, às 14:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4334910** e o código CRC **34E5186F**.

AGRADECIMENTOS

Os meus agradecimentos iniciais passam pela consciência de que o que me trouxe até aqui foram os esforços coletivos de todas as pessoas que passaram por minha vida, permanecendo ou não, deixando sua boa contribuição direta ou indiretamente. Eu não estaria realizando o sonho e a necessidade do mestrado sem a colaboração de várias e várias pessoas. Muito obrigada aos que torceram, acreditaram e cuidaram de mim.

Nunca me fiz só! Não foi diferente ao entrar no Promestre e ao encontrar valiosos colegas que compartilharam suas dúvidas e suas sabedorias de maneira muito generosa. O meu mais fraterno obrigada a todos e a todas os ingressos da linha de pesquisa Trabalho e Educação, em 2023, e a todos os professores do Promestre, pela dedicação com a docência e a pesquisa.

Em agradecimento especial ao meu orientador, professor Geraldo, pela paciência infinita em acreditar na possibilidade do meu aprendizado, pelas reflexões dos conceitos marxistas mais caros e mais complexos, e pela generosidade empreendida. Saiba que suas orientações foram muito valiosas, e pretendo honrar com competência, mesmo que os erros sejam constantes. Errando também se aprende!

Agradeço aos mais próximos e aos mais especiais em minha vida: minha família de sangue, os agregados e os meus amigos mais próximos e mais queridos. Enxerguei o olhar de orgulho a cada conquista comemorada com muito carinho por vocês.

À memória de meu pai, que sempre esteve ao meu lado, mesmo em sua passagem tão rápida. Minha inspiração eterna, espero ter te honrado.

À minha mãe e ao meu irmão, que sempre acreditaram na capacidade dessa primogênita esforçada. Às minhas sobrinhas, preenchendo meu espaço com a alegria e carinho de sempre das crianças. Ao meu marido/companheiro de vida, que acompanha meus esforços e trilha a caminhada de lutas e conquistas ao meu lado.

Eu não estaria aqui sem os esforços coletivos, sem os que acreditam na educação e sem os que lutaram e ainda lutam por um mundo melhor: a todos e a todas os trabalhadores da cidade e do campo, minha gratidão!

A história pode ser considerada de dois lados, dividida em história da natureza e história dos homens. No entanto, esses dois aspectos não podem se separar; enquanto existirem homens, a história da natureza e a história dos homens condicionam-se mutuamente (Marx; Engels, 2009, p. 21).

RESUMO

Este trabalho se propõe a investigar e a refletir sobre as práticas e sobre os saberes dos trabalhadores das hortas do Centro de Vivência Agroecológica Serra Verde (CEVAE Serra Verde), reconhecendo-os como atores fundamentais na construção de um novo paradigma agrícola e social. A escolha do CEVAE Serra Verde como *locus* da pesquisa demonstra o interesse em analisar as práticas agroecológicas e a economia solidária em um contexto urbano, em que esses modelos podem oferecer alternativas significativas aos sistemas de produção e de consumo hegemônicos. É importante ressaltar, também, a importância da construção de espaços como esses na região do vetor Norte da capital belorizontina, lugar de histórias de vida marcada pelos traços periféricos causados pela exclusão social durante o processo de crescimento da cidade. Seguindo esse caminho, a pesquisa tem como sua hipótese central que o princípio educativo do trabalho esteja presente ou contribua no CEVAE Serra Verde. Busca-se, ainda, refletir se há nesses espaços e no cotidiano laboral a possibilidade da construção dos conceitos da autonomia, da cooperação e da autogestão pelos próprios trabalhadores das hortas, além de observar como a agroecologia e a economia solidária podem estar presentes nas práticas do trabalho dentro da proposta de coletivização dos espaços de educação ambiental, prioridade nas políticas públicas e nos esforços de desenvolvimento urbano sustentável. A pesquisa também contribui com o fato de que a agricultura urbana, objeto de estudo, está constituída em uma relação política da economia solidária e da agroecologia, de acordo com os documentos, as cartilhas e os decretos/leis divulgados pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) que foram citados nesse trabalho. Nesse sentido, a pesquisa contempla o aspecto da produção da existência das pessoas no contexto urbano na via não assalariada, numa perspectiva de compreensão e de prática de relações de trabalho pelo cooperativismo, pelo associativismo e pelas práticas ecológicas, o que traz exigências pedagógicas para os envolvidos. Sendo assim, a pesquisa traz contribuições para a dimensão da educação *pelo e no* trabalho. Além disso, a pesquisa contém aspectos sociais, pois o nosso objeto trata de duas coisas socialmente importantes: a geração de renda e a alimentação saudável. A partir da experiência do CEVAE Serra Verde podemos conhecer e aprender como trabalhadoras e trabalhadores podem se organizar para trabalhar em cooperação e as possibilidades de não adoecer ao produzir alimentos saudáveis. O desenvolvimento dos conceitos e dos princípios da agroecologia e da economia solidária traz uma oportunidade de análise social com propostas de rompimento com o sistema vigente, tornando-se real o vislumbre de um futuro potencialmente justo e equilibrado.

Palavras-chave: Economia Solidária. Agroecologia. Agricultura Urbana. Princípio Educativo do Trabalho.

ABSTRACT

This work aims to investigate and reflect on the practices and knowledge of the garden workers at the Serra Verde Agroecological Experience Center (CEVAE Serra Verde), recognizing them as key players in the construction of a new agricultural and social paradigm. The choice of CEVAE Serra Verde as the research locus demonstrates the interest in analyzing agroecological practices and the solidarity economy in an urban context, where these models can offer significant alternatives to hegemonic production and consumption systems. It is also important to emphasize the importance of building spaces like these in the northern region of Belo Horizonte, a place of life stories marked by the peripheral characteristics of social exclusion during the city's growth process. Following this path, the research's central hypothesis is that the educational principle of work is present in or contributes to CEVAE Serra Verde. The study also seeks to explore whether, in these spaces and in daily work, the concepts of autonomy, cooperation, and self-management can be developed by the garden workers themselves. It also examines how agroecology and the solidarity economy can be present in work practices within the proposed collectivization of environmental education spaces, a priority in public policies and sustainable urban development efforts. The research also contributes to the fact that urban agriculture, the object of study, is constituted within a political relationship between the solidarity economy and agroecology, according to the documents, manuals, and decrees/laws published by the Belo Horizonte City Hall (PBH) cited in this work. In this sense, the research addresses the production of people's existence in the urban context through non-wage labor, from a perspective of understanding and practicing labor relations through cooperativism, associations, and ecological practices, which poses pedagogical demands for those involved. Therefore, the research contributes to the dimension of education through and in the workplace. Furthermore, the research encompasses social aspects, as our focus addresses two socially important issues: income generation and healthy eating. Based on the experience of CEVAE Serra Verde, we can understand and learn how workers can organize themselves to work collaboratively and the possibilities of avoiding illness while producing healthy food. The development of the concepts and principles of agroecology and the solidarity economy provides an opportunity for social analysis with proposals for breaking with the current system, realizing the vision of a potentially just and balanced future.

Keywords: Solidarity Economy. Agroecology. Urban Agriculture. Educational Principle of Work.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Mapa do bairro Serra Verde, área de abrangência do CEVAE Serra Verde	27
Imagem 2 – O processo de trabalho	34
Imagem 3 – Esquema “as dimensões da cooperação”, segundo Albuquerque (2023).....	70
Imagem 4 – Foto da área de convivência CEVAE Serra Verde.....	120
Imagem 5 – Foto de área do espaço de convivência CEVAE Serra Verde: primeira perspectiva	122
Imagem 6 – Foto área do espaço de convivência CEVAE Serra Verde: segunda perspectiva	124
Imagem 7 – Foto da horta de Joaquim	128
Imagem 8 – Foto da horta de Carmem: primeira perspectiva	130
Imagem 9 – Foto da horta de Carmem: segunda perspectiva.....	130
Imagem 10 – Foto da horta de Jussara: primeira perspectiva.....	131
Imagem 11 – Foto da horta de Jussara: segunda perspectiva	132
Imagem 12 – Foto geral das hortas dos agricultores e cultivo de mudas	133
Imagem 13 – QRCode para acesso ao produto (vídeo)	147

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANTEAG	Associação Nacional dos Trabalhadores e Empresas de Autogestão e Participação Acionária
AUP	Agricultura Urbana e Periurbana
BH	Belo Horizonte
CAMG	Cidade Administrativa de Minas Gerais
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CEVAE	Centro de Vivência Agroecológica
CIAPO	Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica
CNAPO	Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DDT	Diclorodifeniltricloroetano
Ecosol	Economia Solidária
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FPMZB	Fundações de Parques Municipais e Zoobotânica da Prefeitura de Belo Horizonte
ITCP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
Mapa	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PBH	Prefeitura Municipal de Belo Horizonte
PNAPO	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PRV	Pastoreio Racional Voisin
PRV	Pastoreio Racional Voisin
RAP	Programa de Reforma Agrária Popular
Rede	Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas
Senaes	Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária
SMAB	Secretaria Municipal de Abastecimento da Prefeitura de Belo Horizonte
SMMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNESP	Universidade Estadual Paulista

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	Justificativa	14
1.2	Objetivo Central	17
1.3	Objetivos Específicos	17
1.4	Procedimentos Metodológicos	17
1.4.1	<i>A pesquisa qualitativa para as ciências sociais</i>	17
1.4.2	<i>O materialismo histórico-dialético como método de investigação de pesquisa</i>	20
1.4.3	<i>Instrumentos de pesquisa</i>	23
1.4.4	<i>Sujeitos da pesquisa: conhecendo os trabalhadores da horta do CEVAE Serra Verde</i>	23
1.4.5	<i>Campo de pesquisa</i>	25
1.4.6	<i>A criação do CEVAE Serra Verde no Vetor Norte da RMBH: Breve reflexão sobre os processos de urbanização</i>	29
2	REFERENCIAL TEÓRICO	32
2.1	Trabalho	32
2.1.1	<i>Centralidade do trabalho e a relação homem natureza</i>	32
2.1.2	<i>O valor do trabalho e o conceito de trabalho produtivo e de improdutivo</i>	38
2.1.3	<i>A Natureza, a crise do capital e o trabalho e a educação</i>	39
2.1.4	<i>Princípio educativo do trabalho</i>	41
2.2	Economia solidária	53
2.2.1	<i>As possibilidades e os limites da autogestão, da cooperação e do associativismo na economia solidária</i>	65
2.2.2	<i>A importância das cooperativas no trabalho com a terra</i>	78
2.2.3	<i>Os desafios para a emancipação do trabalhador</i>	82
2.3	Trabalho, agricultura urbana e agroecologia	90
2.3.1	<i>As possibilidades e limites/contradições da agricultura urbana</i>	93
2.3.2	<i>Agroecologia</i>	97
2.3.3	<i>O futuro da agricultura e a necessidade de desconstrução do modelo do agronegócio capitalista</i>	99
2.3.4	<i>A agroecologia como conceito político</i>	113
3	PERCURSO DE PRODUÇÃO DE DADOS	118
3.1	Possíveis desafios apontados pelos agricultores	118
3.2	Motivações mais recorrentes nas entrevistas com os agricultores	119
3.3	Cooperação, autogestão e autonomia: a prática da economia solidária no CEVAE Serra Verde	123
3.4	A prática agroecológica no CEVAE Serra Verde: oportunidade para a construção de uma formação emancipatória	126
3.5	Reflexões sobre trabalho e educação: a perspectiva dos trabalhos nas hortas do CEVAE Serra Verde	134
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
	REFERÊNCIAS	140
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM OS TRABALHADORES DAS HORTAS DO CEVAE SERRA VERDE	146

**APÊNDICE B – PRODUTO EDUCACIONAL PARA O MESTRADO
PROFISSIONAL147**

**ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM
PESQUISA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
(CEP/UFMG).....148**

1 INTRODUÇÃO

A proposta de pesquisa aqui apresentada resulta de nosso interesse pelas pautas da sustentabilidade social e ambiental as quais se vinculam com minha trajetória de vida, tanto no percurso acadêmico-profissional quanto nas minhas relações sociais ampliadas e motivadas pelo viés político-ideológica.

Sou filha de um pai que nasceu no campo. Ouvi histórias sobre lugares, sobre espaços e sobre territórios que já não existem mais, após o êxodo rural brasileiro empurrar os trabalhadores do campo para os centros urbanos em busca de uma nova vida. O plantio e as criações já estavam distantes do cotidiano da minha família. Contudo, tornaram-se memórias de um passado que me pertencia e que, de certa forma, embora os momentos mais difíceis também tenham sido contemplados pelas lembranças – sem romantizações –, levaram-me a entender que o rural é necessário à sobrevivência humana, e a interação com a natureza amplia nossa capacidade de resistência diante da expropriação de nossas terras e de nosso tempo.

Minha primeira graduação foi em Geografia, não por acaso! A decisão pela licenciatura está intrinsecamente ligada às raízes campestres, muito pela necessidade de entendimento de conceitos raros em um mundo urbano, como o conceito de lugar e de território. Os trabalhos de campo me proporcionaram essa realização de estar em contemplação da natureza, criando uma intensa bagagem acadêmica para a análise crítica desses conceitos tão importantes para meus estudos. Nesse sentido, o ambiente acadêmico ofereceu-me as primeiras reflexões mais sistematizadas sobre as temáticas economia solidária e agroecologia, especialmente, em 2016, quando entrei no curso de Ciências Socioambientais da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Além dos saberes oriundos das disciplinas e dos diálogos com colegas e professores, acabei por me aproximar de algumas experiências concretas em que tive a oportunidade de realizar dois estágios que abordavam esses temas – ainda, naquela época, já tentei pensar em algum projeto de mestrado nesse sentido. Aprofundei-me um pouco mais e encontrei os conceitos de economia solidária e de agroecologia, com os quais me identifiquei bastante e correlacionei com tudo que estudava na graduação sobre as questões ambientais atuais.

Ainda, cabe destacar que, na medida em que tomava mais contato com o campo teórico e com algumas experiências práticas de economia solidária e de agroecologia, desenvolvi uma expectativa de contribuir com os esforços coletivos para organizar a economia solidária e a agroecologia, especialmente, no contexto urbano. Em primeiro momento, esse interesse se materializou em relações sociais e em busca por frequentar espaços marcados por essa questão,

como feiras e confraternizações, e, posteriormente, desenvolvi um interesse de conhecer os limites e as possibilidades dessas experiências por meio de uma pesquisa acadêmica. Assim sendo, a nossa preocupação com as possibilidades de organização coletiva para produzir e/ou consumir alimentos saudáveis, surgiu de uma inquietação sobre aquilo que, em um primeiro momento, poderíamos chamar de agricultura urbana.

Nesse sentido, foi por essa trilha que buscamos questionar a existência de agricultores agroecológicos na região metropolitana de Belo Horizonte/MG que trabalham com a perspectiva cooperativista e associativista. Diante de algumas evidências iniciais, deparamo-nos com os Centros de Vivência Agroecológica (CEVAE's). Assim, com decorrer desse trabalho, procuramos contemplar o objetivo principal e os objetivos específicos com o intuito de revisitar os saberes cotidianos dos trabalhadores das hortas urbanas do CEVAE Serra Verde, a fim de entender como a economia solidária e a agroecologia urbana podem estar presentes no dia a dia da horta urbana.

Ao longo desse trabalho, usaremos metodologias que abordam a pesquisa social de maneira dialética, contemplando e analisando as possibilidades e as contradições inerentes das relações humanas que apresentam interesses conflituosos e antagônicos entre si. Quanto ao referencial teórico-metodológico, é importante ressaltar que, para elucidar e para desenvolver as hipóteses e os objetivos, são relevantes para entendermos as dinâmicas das propostas de economia solidária e de agroecologia, bem como o conceito de trabalho e de trabalho e educação. Por entendermos que a economia solidária e a agroecologia são propostas que visam à emancipação do trabalhador e da natureza frente à predação do sistema capitalista, a relação teórica entre os capítulos busca uma coerência entre as propostas do objeto de estudo dessa pesquisa. Dessa maneira, busca-se cumprir com esse objetivo por meio da análise e da reflexão sistematizada dos conceitos apresentados, seus principais autores e a contribuição social que são propostas, tendo em vista o reconhecimento a partir do trabalho de campo que foi realizado por meio de observação participante, bem como a pela análise de uma entrevista semiestruturada com os trabalhadores.

1.1 Justificativa

Essa pesquisa tem relevância acadêmica e social, pois se constitui como objeto de pesquisas diversas e mobiliza interesses de variados segmentos sociais. Portanto, tem potencial impacto no trabalho de muitas pessoas, no consumo de alimentos saudáveis e na preservação ambiental.

No caso da nossa pesquisa, uma das relevâncias acadêmicas é dada pelo fato de que o nosso objeto traz o contexto urbano, portanto, a agricultura urbana. Dessa forma, acreditamos que a pesquisa pode revelar aspectos da organização social urbana já existentes na região metropolitana de Belo Horizonte/MG, bem como os potenciais de desenvolvimento.

Com o avanço da urbanização e a crescente densidade populacional nas cidades, a relação homem-natureza tem se tornado cada vez mais distante. Nesse contexto, as hortas urbanas e comunitárias surgem como uma proposta para reverter essa desconexão, oferecendo não apenas benefícios ambientais, mas, também, sociais e econômicos (Maas; Malvestiti; Gontijo, 2020; Alves; Oliveira, 2020; Savian; Boff; Boff, 2021). Por isso, este trabalho se propõe, além de pensar suas hipóteses, a discutir a importância do trabalho em hortas urbanas e comunitárias, explorando suas contribuições para a saúde pública, para o fortalecimento da comunidade e para a sustentabilidade ambiental.

Uma das principais vantagens das hortas urbanas e comunitárias é a promoção da saúde e da nutrição (Maas; Malvestiti; Gontijo, 2020; Alves; Oliveira, 2020; Savian; Boff; Boff, 2021). A produção local de alimentos frescos e orgânicos pode garantir à população uma facilidade maior no acesso a frutas, a legumes e a verduras de qualidade superior em comparação com os alimentos processados e que frequentemente são encontrados nos supermercados. Ainda, a ingestão desses alimentos frescos pode ajudar a combater as doenças relacionadas à má alimentação, como a obesidade, a diabetes e a hipertensão.

O aspecto social das hortas urbanas e comunitárias é bastante significativo. Esses espaços podem funcionar como pontos de encontro e de interação entre os moradores, promovendo o fortalecimento das redes sociais e a construção de um senso de pertencimento e de solidariedade entre os trabalhadores. A participação em atividades de cultivo não só incentiva a colaboração e o trabalho em equipe, mas também permite a troca de conhecimentos e de habilidades entre os membros da comunidade. Além disso, as hortas podem servir como ferramentas educacionais, oferecendo oportunidades para ensinar crianças e jovens sobre a importância da alimentação saudável, da sustentabilidade e da responsabilidade ambiental (Maas; Malvestiti; Gontijo, 2020; Alves; Oliveira, 2020; Savian; Boff; Boff, 2021).

Acrescentamos, ainda, como relevância acadêmica, o fato de que a agricultura urbana, objeto de nossa pesquisa, está constituída numa relação política da economia solidária e da agroecologia, de acordo com os documentos e os decretos/leis divulgados pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH). Nesse sentido, a pesquisa contempla o aspecto da produção da existência das pessoas no contexto urbano na via não assalariada, numa perspectiva de compreensão e de prática de relações de trabalho pelo cooperativismo, pelo associativismo e

pelas práticas ecológicas, o que traz exigências pedagógicas para os envolvidos. Sendo assim, a pesquisa traz contribuições para a dimensão da educação *pelo e no* trabalho.

Do ponto de vista ambiental, as hortas urbanas contribuem para a redução da pegada de carbono ao diminuir a necessidade de transporte de alimentos de longas distâncias, o que reduz as emissões de gases de efeito estufa associadas ao transporte. Além disso, as hortas ajudam a promover a biodiversidade urbana, proporcionando *habitats* para diversas espécies de plantas e de animais, e melhoram a qualidade do solo e da água ao utilizar práticas de cultivo que reduzem a poluição e a erosão. Em um contexto mais amplo, a implementação de hortas urbanas pode estimular um maior engajamento da população com questões ambientais e práticas sustentáveis, influenciando positivamente os comportamentos e as políticas relacionadas ao meio ambiente (Maas; Malvestiti; Gontijo, 2020; Alves; Oliveira, 2020; Savian; Boff; Boff, 2021). As hortas urbanas emergem como uma solução multifacetada para os desafios contemporâneos das cidades. Incentivar e apoiar essas iniciativas é fundamental para construir um futuro mais saudável, tanto para as comunidades urbanas quanto para o meio ambiente. O desenvolvimento e a expansão das hortas urbanas e comunitárias devem ser vistos como uma prioridade nas políticas públicas e nos esforços de desenvolvimento urbano sustentável.

Além disso, a pesquisa se justifica por aspectos sociais, pois o nosso objeto trata de dois elementos socialmente importantes, a saber: a geração de renda e a alimentação saudável. A partir da experiência do CEVAE's, podemos conhecer e aprender como trabalhadoras e trabalhadores podem se organizar para trabalhar em cooperação, bem como as possibilidades de não adoecerem ao produzirem alimentos saudáveis sem veneno.

Com base nesse cenário, parece relevante indagar se experiências de cultivo desenvolvidas a partir do paradigma da agroecologia estão correlacionadas com princípios e conceitos da economia solidária. Essa questão se torna pertinente tendo em vista que todas as duas vertentes estão, de alguma forma, associadas à sustentabilidade da vida humana na terra, de modo a combater as mazelas sociais e ambientais produzidas pelo capitalismo.

Entende-se que os desafios socioambientais atuais são inúmeros e urgentes diante da possibilidade iminente de um colapso ambiental agravado em países do capitalismo dependente como o Brasil. O desenvolvimento dos conceitos e dos princípios da agroecologia e da economia solidária traz uma oportunidade de análise social com propostas de rompimento com o sistema vigente, tornando-se real o vislumbre de um futuro potencialmente justo e equilibrado.

Dessa maneira, esse projeto tem em vista a reflexão da continuidade e a importância da manutenção dos espaços dos CEVAE's pela Prefeitura de Belo Horizonte. Tem-se, portanto,

como hipótese central da pesquisa que *o princípio educativo do trabalho esteja presente ou contribua no CEVAE Serra Verde para o desenvolvimento da economia solidária e da agroecologia, sendo o lugar pautado por uma política pública relacionada a promoção da economia solidária e da agroecologia. Ainda, busca-se refletir se há nesses espaços e no cotidiano laboral a possibilidade da construção dos conceitos da autonomia, de cooperação e de autogestão pelos próprios trabalhadores das hortas, além de observar como a agroecologia e a economia solidária podem estar presentes nas práticas do trabalho dentro da proposta de coletivização dos espaços de educação ambiental.*

Diante dessas indagações e desses questionamentos referentes a conceitos atuais e necessários sobre as sociedades humanas modernas e as questões de urgência ambiental, e entendendo o CEVAE Serra Verde como um espaço de propostas na educação ambiental e popular, trazemos como questão de pesquisa os saberes e as práticas da agroecologia e da economia solidária dos trabalhadores das hortas do CEVAE Serra Verde.

1.2 Objetivo Central

- Compreender como a economia solidária e a agroecologia estão presentes nas práticas e nos saberes educativos do CEVAE Serra Verde.

1.3 Objetivos Específicos

1. Identificar como os agricultores se organizam para garantir a sua coletividade;
2. conhecer os desafios da economia solidária na agricultura urbana;
3. conhecer os processos de formação educativa dos trabalhadores do CEVAE Serra Verde e sua relação com os princípios da Economia Solidária e Agroecologia.

1.4 Procedimentos Metodológicos

1.4.1 A pesquisa qualitativa para as ciências sociais

Para que esses objetivos sejam alcançados, propôs-se como caminho metodológico a realização de uma pesquisa qualitativa, ou seja, aquela que busca compreender os aspectos de determinado fenômeno por meio das perspectivas dos participantes na situação investigada (Ludke; André, 1986). Como afirma Richardson (1999, p. 80):

[...] os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de um determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, um melhor entendimento das particularidades.

Como instrumento de pesquisa, optou-se pelas entrevistas semiestruturadas abertas, que têm como característica “[...] questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa”, e podem auxiliar no desvelamento das questões propostas (Trivinos, 1987, p. 146).

Martins (1991) enfatiza que a análise qualitativa na pesquisa das Ciências Humanas e Sociais é profundamente marcada pela descrição, que serve como o recurso básico e inicial para compreender a complexidade dos fenômenos sociais. Ao contrário das Ciências Naturais e das Ciências Exatas, que frequentemente se concentram em formas matemáticas ou geométricas precisas e bem definidas, as Ciências Humanas e Sociais lidam com realidades mais fluidas e menos concretas. A descrição nas Ciências Humanas e Sociais busca capturar a essência dos fenômenos, não como entidades fixas, mas em seu fluxo e sua dinâmica essencial. Os conceitos utilizados nessas áreas são flexíveis e adaptáveis, refletindo a natureza variável e contextualizada da realidade social, o que é fundamental para uma análise que procura entender o significado e a interpretação dos fenômenos observados.

Embora os cientistas naturais possam descrever formas e fenômenos com alta precisão, a descrição na pesquisa qualitativa não se limita à representação de objetos e de acontecimentos reais (Martins, 1991), indo além das observações diretas para incluir a análise das percepções e das experiências subjetivas. Em contrapartida, um fato que reside apenas no domínio do pensamento ou da imaginação não pode ser descrito de maneira eficaz, pois carece da concretude necessária para a análise qualitativa. A descrição qualitativa exige que o objeto de estudo tenha uma realidade empírica ou um ser concreto que possa ser apreendido através da observação e da análise das suas características essenciais. Por isso, a importância da observação *in loco* que realizamos nas hortas do CEVAE Serra Verde.

Outro fator importante lembrado por Martins (1991) revela que a pesquisa qualitativa rejeita a ideia de seguir um procedimento sistemático e pré-definido rumo à generalização. Em vez disso, valoriza-se a flexibilidade e a adaptação contínua da abordagem metodológica. A teorização dedutiva é muitas vezes impraticável na análise qualitativa, que prefere explorar as nuances e os contextos específicos dos fenômenos estudados. Assim, a descrição na pesquisa qualitativa se fundamenta na compreensão rigorosa e conceitual das percepções e das

experiências, permitindo uma análise mais rica e contextualizada da realidade social ao invés de se restringir a métodos rígidos e sistemáticos.

Minayo (2009) explora a relação entre pesquisa, teoria e prática na ciência, destacando a importância de cada um desses elementos para a construção do conhecimento. A autora enfatiza que a pesquisa é a atividade fundamental da ciência, que inicia com questões práticas e se desenvolve por meio da teoria para interpretar e compreender a realidade. Neste trabalho, discutiremos essas ideias, abordando como a pesquisa se vincula à prática, o papel das teorias e a importância da pesquisa qualitativa a partir do referencial teórico utilizado.

Minayo (2009) também discute sobre como as teorias são fundamentais para a compreensão e a explicação dos fenômenos e dos processos investigados pela pesquisa. As teorias são construídas a partir de proposições que visam a explicar a realidade e variam em escopo, desde grandes teorias, como o positivismo e o marxismo, até teorias menores que focam em fenômenos específicos. As teorias, portanto, servem como estrutura para interpretar dados e fenômenos, oferecendo uma narrativa ou discurso abstrato que busca ordenar e compreender a complexidade da realidade. Contudo, Minayo (2009) destaca que nenhuma teoria é capaz de explicar todos os aspectos da realidade devido à sua complexidade e à riqueza do mundo real.

Nenhuma teoria, por mais bem elaborada que seja, dá conta de explicar ou interpretar todos os fenômenos e processos. Por vários motivos, primeiro, porque a realidade não é transparente e é sempre mais rica e mais complexa do que nosso limitado olhar e nosso limitado saber. Segundo, porque a eficácia da prática científica se estabelece, não por perguntar sobre tudo, e, sim, quando recorta determinado aspecto significativo da realidade, o observa, e, a partir dele, busca suas interconexões sistemáticas com o contexto e com a realidade (Minayo, 2009, p. 17).

Minayo (2009) pondera que a pesquisa qualitativa é um método essencial para explorar e para compreender os significados, os valores e as crenças humanas que não podem ser facilmente traduzidos em números ou indicadores quantitativos, assim como pensa Martins (1991). Esse tipo de pesquisa foca na compreensão profunda das experiências e da subjetividade humana, buscando interpretar a realidade a partir das representações e das relações sociais. Os pesquisadores qualitativos analisam não apenas as estruturas e as instituições, mas também as práticas e os símbolos que constituem a ação humana, entendendo a realidade social como um conjunto de significados e de intencionalidades. Esse enfoque é essencial para captar a riqueza dos fenômenos humanos que muitas vezes escapam às análises quantitativas.

A pesquisa é o ponto de partida que se alimenta da prática para construir conhecimento teórico, enquanto as teorias oferecem estruturas para a interpretação e a explicação dos dados. A pesquisa qualitativa, em particular, é essencial para se entender a complexidade dos

fenômenos humanos e sociais, enfatizando a necessidade de abordagens que consideram a subjetividade e os significados atribuídos pelos indivíduos. Dessa forma, a ciência não se limita a produzir dados, mas busca compreender profundamente a realidade a partir da interação entre práticas investigativas e teorias explicativas (Minayo, 2009).

1.4.2 O materialismo histórico-dialético como método de investigação de pesquisa

Discutir a dialética como método de investigação envolve não somente abordar um tema de grande relevância política, ideológica e teórica, mas também expõe o risco de banalização e simplificação: “propor-se falar da dialética como método de investigação é, ao mesmo tempo, abordar um tema candente e relevante política, ideológica e teoricamente, e, contraditoriamente, expor-se a um conjunto de riscos dos quais o fundamental é o da banalização ou simplificação” (Frigotto, 1991, p. 71). No contexto das ciências sociais e educacionais, o materialismo histórico-dialético se destaca como uma abordagem crítica que busca uma compreensão profunda da realidade. Frigotto (1991) oferece uma análise das implicações e dos desafios associados à aplicação dessa perspectiva teórica, delimitando o materialismo histórico-dialético, seu papel como método e como práxis, e as implicações práticas para a pesquisa (Frigotto, 1991).

Nesse sentido, Frigotto (1991) tece uma crítica às simplificações e à banalização do materialismo histórico-dialético que se desenvolve a partir da crítica ao positivismo e de outras abordagens, sendo muitas vezes reduzido a um discurso superficial. O autor argumenta que, embora o materialismo histórico dialético tenha avançado teoricamente desde as décadas de 1970 e 1980, sua aplicação na prática muitas vezes reflete uma internalização das concepções tradicionais do humanismo e do positivismo. A delimitação da dialética para o materialismo histórico é essencial para evitar a confusão com outras formas de dialética, como a pré-socrática ou a hegeliana, e para destacar sua relevância na crítica das abordagens metafísicas e empiristas.

Frigotto (1991) ressalta que o materialismo histórico-dialético não deve ser confundido com uma doutrina rígida ou uma “camisa de força teórica” (Frigotto, 1991). Em vez disso, deve ser entendida como uma postura, um método e uma práxis. Como postura, o materialismo histórico-dialético se opõe à visão metafísica da realidade, que considera as ideias e o pensamento como entidades independentes das condições materiais. Em contraste, a dialética materialista compreende o pensamento como reflexo das condições materiais e históricas. Esse método não é uma ferramenta neutra, mas sim uma abordagem que se fundamenta na concepção

materialista da realidade e busca revelar as leis fundamentais do desenvolvimento social e histórico.

O método materialista histórico-dialético é descrito por Frigotto (1991) como uma mediação necessária para entender a estrutura e transformação dos fenômenos sociais. Diferente das abordagens metafísicas que buscam a objetividade e a neutralidade a partir de métodos isolados, o materialismo histórico-dialético exige uma compreensão crítica das concepções de realidade. Essa abordagem rejeita a separação rígida entre ‘fato’ e ‘valor’, e ‘ideologia’ e ‘ciência’, e enfatiza a necessidade de um exame crítico das ideologias dominantes que influenciam a pesquisa. O método dialético, portanto, não é apenas uma técnica, mas uma forma de engajamento crítico com a realidade.

Ainda de acordo com Frigotto (1991), a práxis, na perspectiva do materialismo histórico-dialético, é a unidade de teoria e de prática. O conhecimento não é visto como um fim em si mesmo, mas como uma ferramenta para a transformação social. A teoria deve ser constantemente revisitada e ajustada com base nas realidades práticas e nos desafios históricos. Frigotto (1991) sublinha que o conhecimento deve ser usado para modificar e para melhorar a realidade, e não apenas para descrever o mundo. A práxis envolve a aplicação do conhecimento teórico para enfrentar problemas concretos e promover mudanças sociais significativas.

Na prática de pesquisa, Frigotto (1991) ensina que a aplicação da dialética materialista histórica deve evitar a simplificação dos métodos e a formulação rígida de etapas isoladas. A pesquisa deve incorporar a perspectiva dialética ao invés de se limitar a técnicas ou a estratégias metodológicas. Isso implica uma abordagem crítica e reflexiva que considera as categorias teóricas em relação às condições materiais e sociais reais. A pesquisa deve, portanto, ser orientada por uma concepção materialista da realidade e buscar novas sínteses que avancem o conhecimento e contribuam para a transformação social.

Frigotto (1991) sugere que a aplicação do materialismo histórico-dialético na educação pode enfrentar desafios semelhantes àqueles encontrados em outras áreas das ciências sociais. A tendência de tratar o método dialético como um conjunto de técnicas isoladas, sem considerar a concepção de realidade subjacente, pode limitar sua eficácia. A educação, assim como outras áreas de pesquisa, deve superar a abordagem positivista e incorporar uma perspectiva crítica que reconhece a complexidade e as contradições da realidade social. O materialismo histórico-dialético oferece uma base sólida para entender e transformar a prática educacional de maneira crítica e reflexiva.

O materialismo histórico-dialético, como método de investigação, oferece uma abordagem crítica e profunda para compreender a realidade social. Ao destacar a importância

da postura materialista, do método dialético e da práxis transformadora, Frigotto (1991) oferece uma visão abrangente sobre como a dialética pode ser aplicada de forma eficaz na pesquisa e na prática. Evitar a banalização e a simplificação da dialética é essencial para garantir que a pesquisa não apenas descreva, mas também contribua para a transformação significativa da realidade social e histórica. A compreensão e a aplicação adequadas do materialismo histórico-dialético podem, portanto, enriquecer a pesquisa e promover avanços na teoria e na prática educacional.

Nesse mesmo sentido, Reis (2022) destaca o método materialista histórico-dialético como uma abordagem essencial na investigação educacional, focando em descobrir as leis dos fenômenos estudados, em captar as articulações dos problemas e em rastrear as conexões entre os fenômenos e os seus determinantes. Esse método é fundamental para uma análise profunda da realidade, que vai além da simples observação empírica, assim como defendido por Frigotto (1991). A busca pela compreensão das contradições e das conexões entre fenômenos permite um entendimento mais abrangente e mais detalhado da dinâmica social e educacional. A abordagem materialista histórico-dialética, se diferencia por seu compromisso com a análise crítica e a interpretação das relações subjacentes que moldam a realidade.

Para Reis (2022), a necessidade de contextualização do método materialista histórico-dialético é crucial, uma vez que a teoria e a realidade estão sempre em movimento e desenvolvimento. A passagem do empírico ao concreto, que envolve a transformação da realidade aparente em uma compreensão mais profunda, é mediada pelo movimento do pensamento e pela análise das contradições. Essa abordagem teórica e prática é essencial para a construção de um conhecimento que não apenas descreva, mas que também contribua para a transformação da realidade, especialmente no contexto das relações sociais e da produção capitalista (Frigotto, 1991; Reis, 2022).

A metodologia materialista histórico-dialética deve considerar que o conhecimento é um processo coletivo e histórico, não meramente individual (Reis, 2022). O entendimento do mundo e dos fenômenos sociais é resultado de um aprofundamento contínuo dos conhecimentos anteriores e da produção social do conhecimento. Em pesquisas sociais e educacionais, como o estudo dos trabalhadores nas hortas coletivas do CEVAE Serra Verde, é essencial levar em conta as contradições e os conflitos nas percepções dos sujeitos, influenciados pela cultura hegemônica dominante. A práxis, ou a aplicação consciente da teoria na prática, é fundamental para que o conhecimento contribua efetivamente para a transformação social e seja libertador, alinhando-se às necessidades e às vontades dos sujeitos envolvidos.

1.4.3 Instrumentos de pesquisa

- **Pesquisa bibliográfica**: a pesquisa bibliográfica permite conhecer o estado em que se encontra o problema de pesquisa atualmente, quais trabalhos sobre o tema foram realizados e quais as opiniões reinantes sobre o assunto pesquisado para o cotejamento com as informações do campo. Desenvolvemos uma pesquisa bibliográfica para aprofundar sobre as categorias trabalho e educação (Frigotto; Machado, 2009), economia solidária (Santos, 2010; Singer, 1987; 1992; Tiriba, 2001; 2006) e agroecologia (Altieri, 2002; Caporal; Costabeber, 2004; Leff, 2002).
- **Pesquisa documental**: fizemos uma pesquisa documental a partir de cartilhas produzidas pelo CEVAE's, de resoluções da Prefeitura de Belo Horizonte, de legislações municipais, estaduais e federais a respeito da economia solidária, da agroecologia e da agricultura urbana, bem como registros diversos, como jornais e fotografias.
- **Entrevistas**: o roteiro de entrevista nos trouxe um norteamento para analisar os conhecimentos dos agricultores sobre seu papel social e ambiental, os conceitos e princípios da agroecologia e da economia solidária que mobilizam no cotidiano, bem como seus sentimentos e suas perspectivas em relação ao seu próprio trabalho e ao futuro.
- **Observação *in loco***: o trabalho de campo foi realizado no CEVAE Serra Verde para a entender como são feitos o cultivo, a gestão e a venda dos produtos, bem como os projetos futuros. Prodanov e Freitas (2013) esclarecem que a pesquisa de campo tem como objetivo o levantamento de informações acerca de um problema o qual se busca respostas por meio da coleta de dados. Os autores chamam a atenção para o fato de que esse tipo de pesquisa deve ser precedido de uma pesquisa bibliográfica que, por sua vez, é desenvolvida a partir de material já publicado, principalmente livros e artigos.

1.4.4 Sujeitos da pesquisa: conhecendo os trabalhadores da horta do CEVAE Serra Verde

O CEVAE Serra Verde possui um cadastro com aproximadamente 20 pessoas que se interessaram em desenvolver os canteiros das hortas no espaço. Nem todos são assíduos nos trabalhos e alguns são mais frequentes que outros. Uma pequena parte frequenta o espaço todos os dias, outros poucos mais de uma vez ao dia. Todos são moradores do bairro e das proximidades do CEVAE Serra Verde.

Para a análise dessa pesquisa, foram selecionados três entrevistados, duas mulheres e um homem, todos pessoas aposentadas. Tendo como base essa informação, podemos partir do entendimento de que o tempo disponível foi um facilitador para o engajamento e o interesse nas atividades nas hortas, além de nos apresentar outras possibilidades de análises.

O primeiro entrevistado, Joaquim¹, é uma pessoa idosa com aproximadamente 80 anos, aposentado e que fez seu cadastro no CEVAE Serra Verde para trabalhar em um dos canteiros há mais ou menos oito anos. É de origem camponesa e chegou à capital mineira com sua família em busca de trabalho. Joaquim disse que convivia no interior com sua família e seus pais cultivavam hortas de subsistência. Dessa forma, desde a tenra idade, participava dos cultivos. O pai cultivava milho e arroz, a mãe mantinha “verduras de folha” no fundo do quintal do terreno que tinham no interior. Mesmo após migrarem para a capital, na região Norte, a família continuou a cultivar hortas no fundo do quintal, por incentivo da mãe. Foi com a mãe que Joaquim aprendeu sobre adubação de plantas com esterco de boi e de galinha. Segundo ele, nada era comprado, tudo o que ela usava para “fazer a planta crescer” vinha da natureza, era natural. Joaquim conheceu o CEVAE Serra Verde através de uma pessoa conhecida de sua vizinhança que participava das atividades coletivas oferecidas pelo Centro. Ao saberem que cadastravam pessoas para cultivarem hortas, ele e sua esposa se interessaram e se inscreveram, logo sendo chamados para participar: “e aí nós (sic) foi continuando. O pessoal foi saindo. E a gente foi adquirindo mais alguns.

A segunda entrevistada, Carmem², teve suas primeiras experiências com agricultura na região do Vale do Jequitinhonha, na cidade de Santo Antônio do Arco, onde nasceu. Migrou para a capital durante seus primeiros anos de juventude. Há aproximadamente 15 anos frequentando o CEVAE Serra Verde e cultivando seus canteiros, Carmem relembra que passou por vários momentos e muitas outras gerências, com mudanças inevitáveis, mas, sobretudo, com pessoas que aparentavam trabalhar no lugar por gostar do ambiente, assim como ela. Dessa forma, a participante relata que, de uma maneira ou de outra, acaba aprendendo coisas diferentes com pessoas diferentes, além de receber do CEVAE Serra Verde uma estrutura pronta ou praticamente pronta, que possibilita o seu trabalho com as hortas.

A terceira pessoa entrevistada foi Jussara³, que assim como os outros dois entrevistados, não teve sua primeira experiência com agricultura no CEVAE, tendo, desde criança, vivido no interior de Minas Gerais, na região norte do estado (proximidades de Montes Claros). Migrou

¹ Nome fictício.

² Nome fictício.

³ Nome fictício.

com sua família para Belo Horizonte há mais de 30 anos. Conheceu o CEVAE Serra Verde logo quando foi morar no mesmo bairro e procurava uma atividade extra para ela e para o filho, e ficou sabendo que ali ofereciam ginástica, biodança, judô e outros cursos. Chegando ao lugar, se interessou em participar da manutenção das hortas e, desde então, nunca mais largou as atividades. “Eu gostei de vim (sic) pra cá. Você conversa com um, com outro... distrai a mente”.

1.4.5 Campo de pesquisa

O que de fato é o CEVAE Serra Verde? Como ele se iniciou e o que ele representa para a população? A cartilha “História da gente, do lugar, e do lugar da gente”, elaborada pela PBH, define o CEVAE como

[...] um projeto de desenvolvimento socioambiental, das secretarias municipais de meio ambiente e de abastecimento. Conta com a parceria da Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (ONG) e de grupos comunitários dos bairros e vilas onde atua. São mais de 20 comunidades de moradores de bairros das regiões Leste, Oeste, Nordeste e Venda Nova de Belo Horizonte (Belo Horizonte, 1997).

A cartilha descreve que o CEVAE nasce com o intuito de incentivar a participação coletiva com o poder público, em espaços que historicamente proporcionam pouca possibilidade de acesso a ambientes naturais, como é o caso das regiões Norte e Venda Nova. Além disso, pensou-se também nas condições alimentares das populações vulneráveis, de maneira que a criação de hortas contribuiria com a segurança alimentar nessas regiões. No ano de 1995, a PBH promoveu uma consulta popular por meio do diagnóstico participativo, a fim de ouvir as potencialidades das comunidades bem como saber da história da criação e ouvir os moradores dos bairros Jardim Europa e Nova York. Como resultado desse movimento do poder público, foi criado o CEVAE Serra Verde (Belo Horizonte, 1997). Além disso, esse diagnóstico participativo trouxe informações valiosas a respeito das características dessas comunidades, em que foi percebida a presença significativa de conhecimentos rurais, como continuidade e tradição, que ajudavam essas comunidades nas épocas de maior escassez, como quando ocorriam enchentes que isolavam os bairros, implicando o abastecimento hídrico e energético.

As relações de solidariedade puderam ser percebidas no diagnóstico participativo através de um valor rural importante e tradicional, em que as comunidades se aliaram para sanar os problemas de infraestrutura causados pelo descaso do poder público. Um exemplo citado na Cartilha são as construções de casas e o movimento de “bater a laje” ao juntarem amigos e parentes para colaborar na moradia dos vizinhos. A Cartilha, ainda, recupera a memória da

presença da tradição rural nos bairros como fruto da própria ocupação do território belo-horizontino, em que a região Norte era área rural reservada, sendo ocupada posteriormente. Esse movimento implicou a manutenção de várias práticas rurais até as últimas décadas, com quintais produtivos e hortas compartilhadas entre os vizinhos (Belo Horizonte, 1997).

O fortalecimento e a articulação solidária entre os moradores motivou a criação do CEVAE Serra Verde, que tem oferecido benefícios para a região: “a beleza dos bairros está representada pelos cuidados dos quintais, pelos artistas e artesãos, e pelas relações de vizinhança, cooperação e solidariedade que trouxeram da roça plantando suas sementes na cidade” (Belo Horizonte, 1997). Assim, com o passar dos anos, os CEVAE’s foram formalizados e institucionalizados pela PBH, ganhando corpo e segurança jurídica a partir de decretos e de descrições normativas. De acordo com a deliberação normativa 31, os CEVAE’s são definidos da seguinte maneira:

[...] equipamentos público-comunitários de política de meio ambiente e segurança alimentar do município de Belo Horizonte, com atuação específica em programas de intervenção sócio-ambiental, através de ações nas áreas de educação ambiental, segurança alimentar e saúde, agroecologia, capacitação e geração alternativa de renda (Belo Horizonte, 2000).

Desde a criação, em 2000, os CEVAE’s têm como missão promover o desenvolvimento das comunidades sob sua área de influência de modo sustentável, por meio de intervenções socioambientais participativas (PBH, 2021). Dessa maneira, como política de meio ambiente, os CEVAE’s podem representar uma opção de ocupação sustentável e produtiva, aliada à geração alternativa de renda para áreas verdes e degradadas do município de Belo Horizonte. Além disso, os CEVAE’s se propõem também como política de segurança alimentar para o fomento da agricultura urbana, baseada nos princípios da agroecologia, da economia solidária, da segurança alimentar e nutricional e da equidade de gênero (PBH, 2021).

Sendo um importante espaço de agricultura urbana, o CEVAE atualmente está vinculado à Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica (FPMZ), exercendo uma importante função social e se tornando relevante à compreensão da realidade dessa iniciativa, sob o ponto de vista político e social pelo cotidiano do trabalho associado.

Inicialmente, os CEVAE’s foram desenvolvidos a partir de uma parceria entre o poder público, por meio das secretarias municipais de Abastecimento, de Meio Ambiente, de Saúde, de Educação e de Assistência Social, com a sociedade civil e a Organização Não Governamental (ONG) Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (Rede). O projeto viabilizava, a partir de uma gestão compartilhada e participativa, a ocupação produtiva de áreas

verdes urbanas (Coutinho, 2007). Surge, portanto, em 1993, a ideia de criação dos CEVAE's por iniciativa das secretarias municipais de Abastecimento da Prefeitura (SMAB) e de Meio Ambiente (SMMA) da PBH. A junção das duas secretarias na criação do projeto foi influenciada pelas propostas e pelos debates suscitados na Rio 92⁴, bem como pelas propostas de viés associativistas discutidas à época em que tentavam levar a construção da produção de alimentos pela própria população e construir uma conscientização ambiental na população beneficiada (Barbosa, 2002).

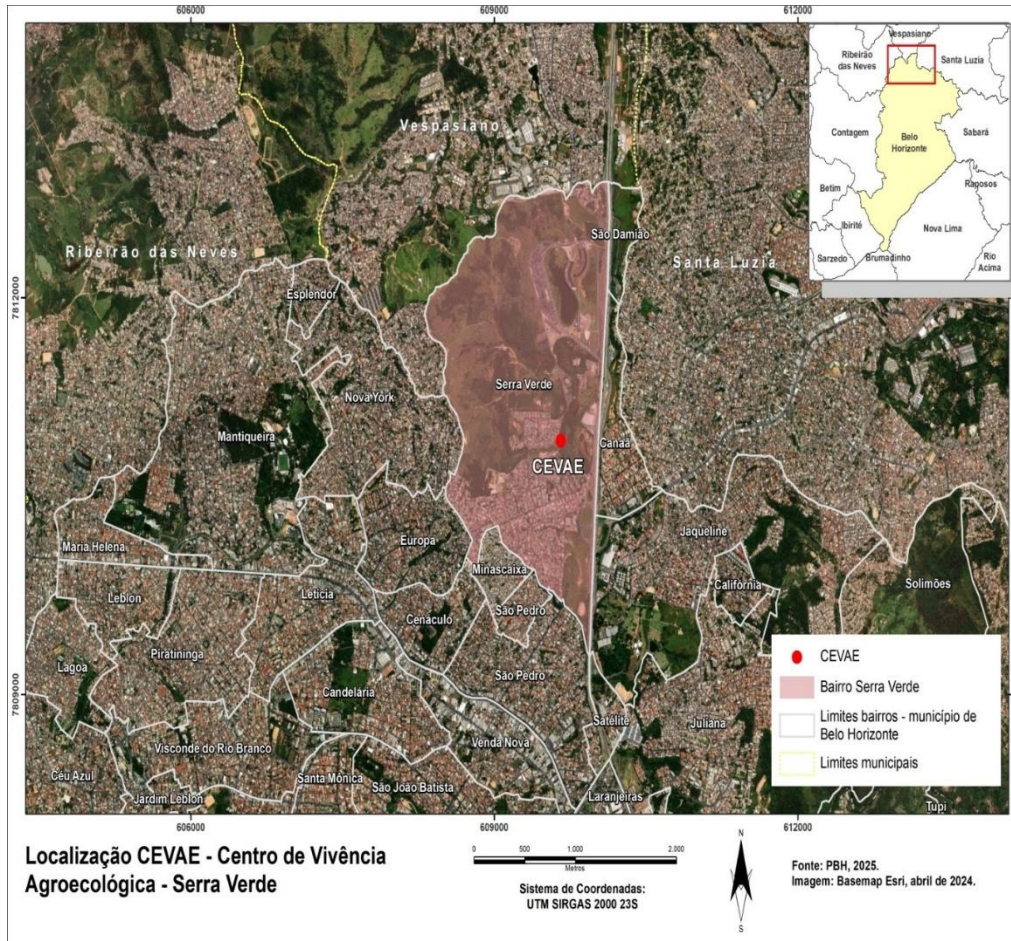
Ainda em 1993, a gestão do prefeito Patrus Ananias (2004-2010), juntamente aos secretários João Bosco, da SMMA, e Regina Nabuco, da SMMA, buscou parcerias para a concretização da proposta, sobretudo com a criação da Fundação Laura de Andrade, que atendia a população de “menores carentes” da época. Todavia, por divergências ideológicas em que a ONG presumia a ineficácia da atuação estatal na construção dos CEVAE's e desconsiderava a questão ambiental e agroecológica, o projeto piloto não se concretizou naquele ano (Barbosa, 2002).

A tentativa de implementação dos CEVAE's continuou enfrentando entraves relacionados às questões burocráticas de terrenos e à falta de técnicos qualificados até que sua criação é concretizada com os avanços dos debates das questões ambientais, com encontros da SMMA e organismos internacionais ligados à Organização das Nações Unidas (ONU). Nesses encontros, concluiu-se a necessidade de busca de parcerias para o funcionamento dos CEVAE's com objetivos de receber, de analisar e de produzir um parecer à iniciativa para a melhoria do meio ambiente urbano (Barbosa, 2002). A iniciativa foi levada como proposta para aquisição de um prêmio em recursos, e precisou passar pela fase da escolha de uma ONG parceira, da comunidade e da iniciativa privada. A ONG escolhida deveria ter como objetivo o desenvolvimento de propostas agroecológicas em áreas urbanas. Dessa forma, a Rede a foi ONG escolhida como parceira após um acordo de alinhamento e de reformulação de planos de projeto, sendo aprovado definitivamente no ano de 1995 (Barbosa, 2002).

O mapa a seguir mostra a localização em que se encontra o CEVAE Serra Verde e sua área de abrangência.

Imagem 1 – Mapa do bairro Serra Verde, área de abrangência do CEVAE Serra Verde

⁴ Rio 92 foi a II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em julho de 1992, como o objetivo de conciliar o desenvolvimento econômico e social com a conservação ambiental.



Fonte: elaborada pela autora (2025) a partir do programa Arcgis⁵.

Os CEVAE'S foram construídos a partir de um determinado padrão de planta em, necessariamente, tem-se uma sala de administração, uma cozinha, um salão para oficinas e cursos, um banheiro masculino e um banheiro feminino, e um pátio, além de uma infraestrutura necessária para a realização de encontros, de cursos e de reuniões, abrigando equipe técnica e de apoio de equipamentos agrícolas e de comunicação. O restante da área que não é construída, está destinada à experimentação, à produção e à demonstração de cultivos e de compostos orgânicos (Barbosa, 2002).

A área de implementação dos CEVAE's foi definida com cada uma das comunidades escolhidas. O CEVAE Serra Verde, por exemplo, foi construído em “área verde”, no próprio bairro que lhe dá nome, e tem 17.000 m². O projeto e as metodologias de trabalho dos CEVAE's foram possíveis através da lógica da autonomia garantida pelo contrato com a Rede, em que foram reelaboradas as estratégias, as metodologias e os planos de ações com as comunidades e

⁵ Print do programa para a criação de mapas Arcgis.

as entidades de base apontadas pelos moradores por meio das demandas apresentadas por eles nos primeiros contatos (Barbosa, 2002).

A partir daí, os CEVAE's tomam forma como um equipamento de política pública comunitário de meio ambiente e segurança alimentar do município de Belo Horizonte, com atuação específica em programas de intervenção socioambiental, pela educação ambiental, pela segurança alimentar, pela saúde, pela agroecologia, pela capacitação e pela geração de alternativas de rendas (Barbosa, 2002).

A história da implementação dos CEVAE's, bem como do CEVAE Serra Verde, passa por diversas concepções de governo, de políticas e de formas de viver o mundo ao longo dos anos, desde seus projetos iniciais, na década de 1990. Mudou-se a administração várias vezes, tendo iniciado em conjunto com as secretarias municipais de Meio Ambiente e de Segurança Alimentar e Abastecimento, passando a ser, posteriormente, exclusividade da Secretaria de Meio Ambiente e, atualmente, de gerência da Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica da Prefeitura de Belo Horizonte (FPMZB). A parceria com a Rede foi interrompida, mas, ainda hoje, a proposta se mantém com intenções de cooperação, de autogestão e de agroecologia em um espaço de diversidade de propostas de educação ambiental e de geração de renda.

1.4.6 A criação do CEVAE Serra Verde no Vetor Norte da RMBH: Breve reflexão sobre os processos de urbanização

Em um cenário de problemas urbanos estruturais complexos, a promoção de áreas de agricultura urbana pela Prefeitura de Belo Horizonte assume uma importância estratégica para uma cidade que se pretendia ser um 'polo verde'. A criação dos CEVAE's, ao invés de serem compreendidos apenas como projetos paisagísticos ou de lazer, pode representar um mecanismo relevante para mitigar carências sociais e ambientais mais profundas ocasionadas pelo crescimento urbano desenfreado e desigual, na capital e em seu entorno.

Dessa maneira, a agricultura urbana proposta pelo CEVAE Serra Verde pode contribuir diretamente para a segurança alimentar, democratizando o acesso a alimentos frescos e saudáveis em comunidades historicamente marginalizadas e excluídas, como os bairros que compõem a região Norte de Belo Horizonte. Além disso, ao fomentar a produção local, reduz-se a dependência de cadeias de suprimentos longas e vulneráveis que atravessa várias cidades até o consumidor, diminuindo custos e emissões de carbono. Mais do que isso, essas áreas criam espaços de convívio social, fortalecendo laços comunitários e promovendo a educação ambiental, o que será explicitado ao longo desse trabalho.

Santos (2011) evidencia como a região Norte da Belo Horizonte, produto de uma urbanização contraditória e da expansão metropolitana, é palco de transformações impulsionadas por empreendimentos estatais e privados que marcam o contexto territorial e as dinâmicas urbanas da região. A análise de Santos (2011) demonstra sua relevância para nosso trabalho ao colocar a região Norte em discussão sobre a urbanização e sobre os aspectos estruturais que levaram a modificações espaciais, consolidando as dinâmicas que percebemos atualmente. Ao evidenciar o papel do espaço na modernização de infraestruturas para novas fases de acumulação, Santos (2011) se alinha com a perspectiva de Harvey (2005), que defende que a urbanização não é um processo natural, mas um produto das dinâmicas capitalistas moldado pelas relações de poder e pela busca incessante de acumulação de capital. A reestruturação na região Norte, portanto, reflete essa produção ativa do espaço urbano em função dos interesses do capital.

Nesse contexto, a gênese da região Norte de BH, conforme explica Santos (2011), remonta os processos de modernização econômica e de expansão metropolitana do Brasil pós-1940, em um período de aumento do êxodo rural no Brasil e na América Latina impulsionados pela industrialização e pelos investimentos públicos. Essa descrição dialoga com as ideias de Santos (2012) sobre a urbanização nos países subdesenvolvidos. Para o referido autor, o êxodo rural, motivado por condições adversas no campo e pela concentração fundiária, alimenta o crescimento urbano, muitas vezes sem estrutura adequada. A criação de distritos industriais e o aprimoramento das ligações viárias na região Norte, que culminaram na conurbação nos anos 1970, são exemplos claros de como a fragilidade do campo, ao impulsionar a migração, contribui para a formação de núcleos urbanos, mesmo que precários, na busca por novas oportunidades de acumulação, conforme explicitado por Harvey (2005).

Apesar do impulso industrial, Santos (2011) destaca que a metropolização na região Norte também foi marcada por uma urbanização que resultou em condições sanitárias, ambientais e sociais precárias. Essa realidade se conecta diretamente com a análise de Santos (2012) sobre a produção de loteamentos populares e sobre a oferta de “terra barata” nas periferias. A urbanização desordenada, a baixa densidade e a exclusão da fruição do urbano, características da região Norte, são sintomas da dicotomia que Santos (2012) aponta entre um crescimento urbano sem a devida estrutura e a exclusão socioeconômica no espaço rural, reflexo da urbanização capitalista que, para Harvey (2005), gera contradições e desigualdades.

A partir dos anos 2000, a região Norte entra em uma nova fase de reestruturação, impulsionada não apenas pela industrialização, mas também pela urbanização e pela financeirização da economia (Santos, 2011). Essa transição é importante para entender como a

doutrina neoliberal e as “novas” formas de planejamento urbano, como o planejamento estratégico, redefinem o papel do espaço na valorização do capital. Nesse ponto, há uma confluência com a argumentação de Harvey (2005) sobre a transformação da governança urbana, da lógica administrativa para a empreendedora, em que as cidades competem por investimentos em função do bem-estar social. Projetos como a Linha Verde e a Cidade Administrativa de Minas Gerais (CAMG), que buscaram criar novas centralidades e atrair investimentos privados, são a materialização da tríade espaço-acumulação-reestruturação, como proposto por Santos (2011), e demonstram como o espaço urbano é um instrumento ativo da acumulação capitalista, conforme a análise de Harvey (2005).

A complexidade das funções urbanas nos países subdesenvolvidos e a crítica de Santos (2001) sobre a pobreza urbana e os “circuitos da economia urbana” se entrelaçam na análise da região Norte. A prevalência de uma função administrativa que induz outras atividades e a exploração do circuito inferior pelo superior, como descrito por Santos (2001), evidenciam como a reestruturação na região Norte, embora promova o desenvolvimento, também pode perpetuar e aprofundar desigualdades, criando ambientes hostis e danosos para as vivências dos seus moradores. Ainda, a relação assimétrica entre cidade e região, também explorada por M. Santos (2012), manifesta-se na região Norte. A urbanização não integra os territórios, mas aprofunda as desigualdades, com a cidade atuando como polo de consumo e de redistribuição ligado a economias externas. A região Norte, ao se desenvolver sob a lógica do capital, mesmo com grandes projetos, reproduz essa dualidade entre um circuito moderno e globalizado e outro tradicional, mais próximo das realidades locais. Essa perspectiva de Santos (2012) complementa a análise de Santos (2011) ao mostrar que, apesar das “modernizações espaciais”, os desafios da coesão territorial e do desenvolvimento sustentável permanecem.

Em última análise, Santos (2011) aprofunda as teorias de Santos (2001; 2012) e David Harvey (2005) demonstrando como a urbanização nos países subdesenvolvidos é um processo duro, marcado por desequilíbrios estruturais, pela lógica da acumulação capitalista, e por uma complexa interação entre o global e o local. A reestruturação da região Norte é, portanto, um reflexo das lutas de poder que moldam as cidades contemporâneas e traz um convite à reflexão sobre as causas estruturais da pobreza e das desigualdades no espaço urbano.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A nossa pesquisa traz duas abordagens que se entrelaçam, a da agricultura agroecológica urbana e da economia solidária. A confluência dessas abordagens tem em comum a produção da existência, o que significa tratá-las a partir da atividade de trabalho, categoria central na pesquisa. Nesse sentido, a realização dessa pesquisa no campo trabalho e educação nos permitiu trazer como categorias analíticas o trabalho (Marx, 1986, 2004; Engels, 2004), o princípio educativo do trabalho (Santos, 2012; 2013; 2022) e a economia solidária (Singer, 1987; 1992; Tiriba, 2001; 2004). Também, lançou-se mãos aos referenciais sobre agricultura urbana (Brasil, 2012) e agroecologia (Altieri, 2001; Leff, 2002; Caporal; Costabeber, 2004).

2.1 Trabalho

A opção por analisar o objeto da pesquisa a partir da categoria trabalho se justifica por algumas razões. Primeiro, pela sua condição de categoria analítica central (Marx, 1985; 2004; Saviani; 2006). Segundo, pela dimensão humanizante, portanto, educativa, do trabalho (Frigotto, 2009; Gramsci, 1985; Santos, 2010; 2013, 2022). Terceiro pelo fato de que a economia solidária é uma forma de organização do trabalho feita por trabalhadores. Além disso, o conceito de Trabalho também é relevante para esse projeto porque as práticas de trabalho consorciadas no CEVAE Serra Verde podem estar carregadas de conhecimentos adquiridos a partir da função exercida por seus trabalhadores.

2.1.1 Centralidade do trabalho e a relação homem natureza

O trabalho humano e a natureza estão interligados de maneiras complexas e dinâmicas. Desde os primórdios da civilização, os seres humanos têm moldado o meio ambiente para atender as suas necessidades, transformando a paisagem natural pela agricultura, pela construção e pela mineração, por exemplo. Essa interação é essencial para a nossa proposta de reflexão neste capítulo, em que a centralidade da categoria trabalho irá fornecer bases teóricas para a pesquisa sobre os saberes e as práticas dos trabalhadores das hortas do CEVAE Serra Verde.

É importante ressaltar que, na era moderna, com o avanço da tecnologia e da industrialização, a relação entre trabalho e natureza se tornou ainda mais intrincada. A produção em larga escala e o consumo exacerbado têm gerado uma pressão sem precedentes sobre a

natureza, resultando a poluição, a mudança climática e o esgotamento de reservas. A busca incessante por crescimento econômico muitas vezes ignora os limites ecológicos do planeta, levando a uma necessidade urgente de reavaliar nossas práticas. Em resposta, surgem estudos que buscam compreender qual o papel da humanidade nas práticas que transformam a natureza pelo do trabalho.

Analisar a sociedade a partir da categoria trabalho nos serve para entendermos as dinâmicas que moldam nossa organização social e econômica. O trabalho não reflete apenas as estruturas de poder e as condições econômicas de uma sociedade, mas também influencia o desenvolvimento de normas culturais e a distribuição de riqueza. Saviani (2006) defende que a natureza é transformada pelo trabalho humano, e que essa relação histórica do homem com a natureza é própria do processo de humanização; por isso, o trabalho forma o humano. Há, também, uma marca histórica no trabalho que, em muitos ajustes, sociais produz e reproduz desigualdades e exploração de uma força de trabalho.

O trabalho é entendido como atividade que exercemos e que nos trará a manutenção de nossa própria existência (Marx, 2009; Saviani, 2006). Em Marx (2009), o trabalho é apresentado como atividade essencial à produção da existência em função de carências objetivas, tais como comer, beber e dormir. No entanto, o trabalho marcado pela subjetividade, em que o trabalho transforma a natureza bem como a própria humanização do homem. Sendo assim, a categoria trabalho foi tida para Marx (1985) como central para o gênero humano.

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza [...]. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza [...] (Marx, 1985, p. 149).

Ao se ver exposto na natureza, o homem se vê obrigado a produzir por sua própria vida. Não é a natureza que o oferece sua existência, mas o modo com que ele a transforma e passa a prover a sua própria materialidade. Assim, Saviani (2007) pondera que o ato de agir sobre a natureza, transformando-a de acordo com suas necessidades, é o que conhecemos como trabalho. Nessa direção, o trabalho humano se relaciona com a natureza e o desenvolvimento das forças produtivas, sendo o trabalho um processo fundamental, entre o ser humano e a natureza, pelo qual o homem atua sobre a matéria natural a fim de transformá-la de acordo com suas necessidades (Marx, 2004). Esse processo envolve tanto o uso das habilidades físicas quanto a aplicação de uma intenção consciente e direcionada. O trabalho é, portanto, um

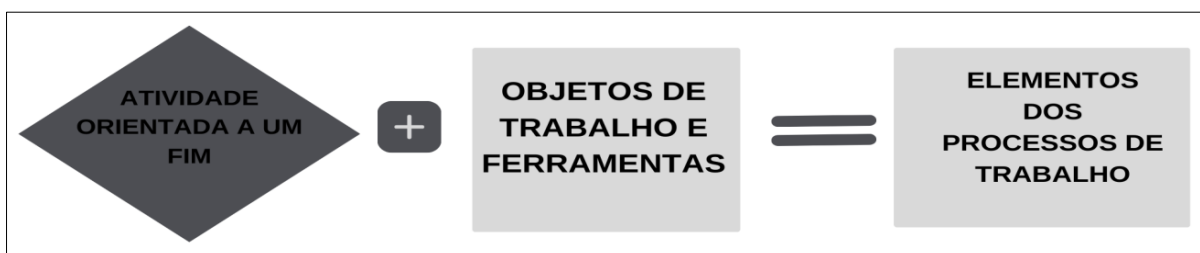
processo que vai além da simples ação do corpo, envolvendo a criação e a realização de valores de uso, ou seja, produtos que satisfazem necessidades humanas.

Assim como Marx (1985; 2004), Engels (2004) entende que o trabalho não é apenas a fonte de riqueza material, mas também é fundamental para a existência e para a transformação da vida humana. Ele descreve como o trabalho humano, desde os estágios iniciais da evolução, transformou não apenas a natureza ao seu redor, mas também foi crucial para a transição dos ancestrais primatas aos seres humanos modernos. Engels (2004) elabora análises profundas de como a relação do homem com a natureza difere da relação dos animais com a natureza, destacando que os humanos não apenas utilizam recursos naturais, mas os modificam deliberadamente para atender a objetivos específicos. Essa capacidade de dominar e de transformar a natureza é vista como uma característica distintiva da humanidade, cujo desenvolvimento está ligado ao trabalho (Engels, 2004; Marx, 1985; 2004).

Ao longo dos milênios, o trabalho humano permitiu o desenvolvimento de habilidades complexas, como o uso das mãos, a linguagem e o pensamento abstrato, que impulsionaram avanços na agricultura, na tecnologia, nas artes, nas ciências e na organização social. Dessa maneira, Engels (2016) não se furta do debate que coloca em evidência o contraste entre a visão idealista predominante, que enfatiza a mente e o pensamento, e a abordagem materialista, que reconhece o trabalho como a força motriz do progresso humano.

O processo de trabalho apresenta elementos que contribuem para essa visão transformadora. A atividade do trabalho é orientada por uma finalidade, em que o próprio trabalhador usa suas capacidades para atingir a um fim específico. O objeto do trabalho é visto a partir da matéria prima que é transformada pela ação do homem, pelos meios de trabalhos e pelas ferramentas, que são os recursos que o trabalhador utiliza para transformar objetos de trabalho quaisquer (Marx, 2004). Têm-se, então, a seguinte equação:

Imagem 2 – O processo de trabalho



Fonte: elaborado pela autora a partir de Marx (2004) (2025).

O processo de trabalho para Marx (2004) é observado a partir do seu desenvolvimento histórico, ou seja, característica distintiva da atividade humana em comparação com a dos animais. A evolução dos meios de trabalho é uma representação do desenvolvimento histórico das sociedades e das suas condições sociais ao longo do tempo. O produto do trabalho é o seu valor de uso – algo que tem uma utilidade específica para o ser humano. O trabalho modifica a matéria natural, criando um novo objeto que é adequado para satisfazer uma necessidade humana. O resultado é uma transformação da matéria que, agora, adquire uma nova utilidade e um novo valor (Marx, 2004).

Marx (2004) sublinha que o processo de trabalho não é apenas uma questão de técnica ou de habilidades físicas, mas envolve a intencionalidade humana e o contexto social. A natureza do trabalho e a maneira como os meios de trabalho são utilizados refletem as condições sociais e econômicas de uma época específica. Sendo assim, mesmo que a história da humanidade esteja ligada às disputas entre as diferentes classes existentes em cada época, elas se apresentam de maneiras diferentes com o passar do tempo. Isso quer dizer que não podemos analisar a época em que vivemos, unicamente e exclusivamente, como analisamos o passado, sem entendermos o funcionamento específico de cada contexto.

A partir dessa diferenciação tempo/histórica, temos distintas maneiras de entender o processo de trabalho humano. A forma de controle e de apropriação do trabalho na era industrial se dá quando o trabalhador realiza seu trabalho sob o controle do capital, que garante que os meios de produção e a matéria-prima sejam utilizados de forma eficiente e preservada. Nesse sistema, o trabalho é realizado de acordo com os interesses do capitalista, ou seja, aquele detém o capital e os meios de produção (Marx, 2004). Dessa maneira, a propriedade do que é produzido pelo trabalhador pertence ao capitalista. Apesar de o trabalhador vender sua força de trabalho por um valor acordado, o capitalista, ao comprar essa força de trabalho, adquire o direito de utilizar essa força e o produto resultante dela. Assim, o processo de trabalho é visto pelo capitalista como o consumo de mercadorias que ele possui, incluindo a força de trabalho do trabalhador e os meios de produção (Marx, 2004).

Marx (2004) afirma que no sistema capitalista o trabalhador é submetido à propriedade e ao controle do capitalista sobre o trabalho e sobre os produtos resultantes desse trabalho, evidenciando a relação de exploração e apropriação das mais-valias pelo capitalista. Rossi (2016), por sua vez, discute a centralidade política do proletariado na sociedade contemporânea, especialmente dentro do contexto do capitalismo, sendo o trabalho, especialmente o trabalho assalariado e abstrato, essencial para a reprodução social e econômica, determinante para as relações de poder e para a estruturação das classes sociais. O trabalho, portanto, é uma categoria

fundamental que diferencia os seres humanos de outras formas de vida (Marx, 2004; Engels, 2016), pois pelo trabalho se transforma a natureza humana assim como se produzem bens materiais. Essa transformação é um processo histórico e socialmente determinado que ocorre dentro de uma totalidade social em que o trabalho desempenha um papel central.

Para Engels (2016), o controle humano sobre a natureza não é apenas físico, mas também implica um entendimento profundo das leis naturais e das consequências sociais de suas ações. Isso leva à reflexão de que uma revolução nos modos de produção e nas estruturas sociais é necessária para alcançar um controle mais efetivo e mais sustentável sobre o ambiente e sobre a sociedade como um todo. Compartilhando desse mesmo pensamento, Rossi (2016) defende a diferenciação entre a reprodução biológica e a reprodução social, argumentando que essa última envolve relações de produção, de lutas de classe, de ideologia e de trabalho. O trabalho não é apenas uma atividade econômica, mas também um processo que molda as relações sociais e define as possibilidades e as limitações de cada formação social.

Em termos políticos, o trabalho determina não apenas a estrutura de classes na sociedade capitalista, mas também as formas de organização política e social. O proletariado é a classe revolucionária por excelência, pois é aquela que produz não apenas a mais-valia, mas também o capital que sustenta toda a estrutura econômica. Portanto, a revolução proletária é vista como o caminho para a emancipação humana, uma ruptura radical com o sistema do capitalismo que permitiria o surgimento de uma sociabilidade comunista baseada no trabalho associado e na livre organização dos produtores (Engels, 2016; Rossi, 2016).

Rossi (2016) concorda que a centralidade política do proletariado estaria ligada à sua função econômica como produtor do capital social, mas também ao seu potencial como agente de mudança social e política capaz de liderar uma transformação radical na estrutura de poder vigente. Precisa-se, dessa maneira, a centralização na defesa da relevância contínua da teoria marxista, especialmente em relação ao papel do trabalho, com o intuito de propor caminhos que repensem alguns discursos contemporâneos que têm perdido de vista a importância ontológica e política do trabalho como fundamento da transformação social revolucionária (Saviani, 2006; Rossi, 2016), tanto na esquerda quanto na direita. Nessa direção, Rossi (2016) reitera a visão marxista de que o proletariado não é apenas o principal produtor de riqueza social, mas também representa a única classe capaz de se emancipar completamente a partir da abolição da exploração. A emancipação humana, então, é colocada como objetivo superior à emancipação política, envolvendo a superação não apenas das relações de classe e da propriedade privada, mas também do Estado e de todas as formas de exploração.

Embora o trabalho seja fundamental para a criação de riqueza, ele não é a única fonte dessa riqueza. A natureza, que fornece os recursos naturais, é igualmente essencial para a produção de valores de uso e, portanto, de riqueza. O trabalho, para ser efetivo e gerar valor, deve ser realizado com os recursos naturais que a natureza oferece. No entanto, a capacidade do trabalho de criar riqueza depende da relação entre o homem e a natureza, e também da posse das condições objetivas de trabalho (Marx, 2004).

Marx (2004) critica o exagero que se dá ao papel do trabalho na produção de riqueza, ignorando o papel crucial dos recursos naturais. Ele destaca a desigualdade inerente ao sistema capitalista, em que aqueles que possuem os meios de produção e os recursos naturais controlam o trabalho dos outros, que, por sua vez, dependem dessa autorização para trabalhar e viver. A interdependência entre trabalho, recursos naturais e a estrutura de propriedade, é apontada como a posse dos recursos naturais e das condições de trabalho influenciando a dinâmica social e econômica.

Assim como Saviani (2006), Fisher e outros (2022) explicam que homens e mulheres se tornam humanos a partir da produção deles mesmos como elementos da natureza. A construção do ser humano como ser social necessita de um processo permanente de criação e reflexão sobre o mundo, sendo o trabalho e a interação com a natureza elementos constitutivos de sua formação como ser social. Sendo assim, o trabalho se apresenta anteriormente na mente humana, de forma imaginativa e criativa, para se configurar em matéria de valor de uso posteriormente – sejam materiais, sejam simbólicos. Então, é por meio dessa práxis que nos constituímos da maneira complexa que nos distingue da existência de outras espécies, ao construirmos maneiras de estar, de pensar e de sentir o mundo, produzindo nossos saberes e nossas culturas (FISHER *et al.*, 2022).

Ao se defrontar com a natureza, o ser humano imprime uma força com intenção transformadora, colocando seu corpo em movimento, dando forma útil à vida humana. Essa força é denominada força de trabalho e se manifesta por meio do ‘trabalho vivo’, que é definido justamente por esse movimento conjunto entre habilidades físicas e habilidades intelectuais existentes no corpo humano, que, ao ser colocado em prática, apresenta-se valorado de forma subjetiva e objetiva, carregando de sentido da vida humana (FISHER *et al.*, 2022).

2.1.2 O valor do trabalho e o conceito de trabalho produtivo e de improdutivo

Marx (2004) esboça sua reflexão crítica sobre como o capital determina o valor do trabalho e o impacto desse processo na dinâmica do sistema econômico capitalista, desenvolvendo conceitos como ‘trabalho produtivo’ e ‘trabalho improdutivo’. Inicialmente, ele diferencia esses conceitos, enfatizando que, sob o processo capitalista de produção, apenas o trabalho que gera mais-valia é considerado produtivo. Para o capitalismo, um trabalho é produtivo se ele valoriza diretamente o capital, ou seja, se ele contribui para a criação de mais-valia. O trabalho produtivo é aquele que contribui para a autovalorização do capital e não apenas para a produção de mercadorias em geral. Assim, Marx (2004) distingue que, embora o trabalho produtivo sempre se manifeste na forma de mercadorias, o seu valor real é medido pela quantidade de trabalho não pago que ele representa. Assim, no contexto capitalista, o trabalho produtivo não é apenas aquele que gera produtos ou mercadorias, mas especificamente aquele que produz mais-valia. Isso implica que, na análise capitalista, o trabalho é visto não apenas em termos de sua contribuição para a produção de mercadorias, mas em relação à quantidade de valor excedente que ele gera para o capitalista. Além disso, Marx (2004) critica a visão burguesa que confunde trabalho produtivo com qualquer trabalho que resulte um produto ou um valor de uso. A lógica burguesa tende a considerar todo trabalho que produz algo como produtivo, ignorando a distinção crucial de que, para ser produtivo no sentido capitalista, o trabalho deve estar diretamente ligado à valorização do capital. Essa confusão reflete uma compreensão limitada e incorreta das complexas relações entre trabalho e capital no processo de produção próprio do sistema capitalista (Marx, 2004).

Marx (2004) também destaca a importância da função social do trabalho produtivo dentro do sistema capitalista. Com o desenvolvimento da subordinação real do trabalho ao capital, não é apenas o trabalhador individual que conta, mas a capacidade de trabalho socialmente combinada. Isso significa que, no processo capitalista, várias funções e habilidades cooperam para criar um produto total, e a produtividade do trabalho deve ser vista em termos de sua contribuição para o processo de valorização do capital, e não apenas para a produção de mercadorias individuais.

Marx (2004) esclarece que nem todo trabalho assalariado é trabalho produtivo. Enquanto todo trabalhador produtivo é assalariado, nem todo trabalhador assalariado contribui diretamente para a produção de mais-valia. Quando o trabalho é comprado apenas para seu valor de uso e não para sua contribuição ao processo capitalista de produção, ele não é considerado produtivo. Assim, o trabalho produtivo é especificamente aquele que se integra ao

processo de produção capitalista de maneira a gerar mais-valia e aumentar o capital, enquanto serviços consumidos apenas por seu valor de uso não se transformam em valores de capital.

Essa análise marxista é devidamente detalhada sobre a definição de trabalho produtivo no contexto do capitalismo, enfatizando a diferença fundamental entre trabalho que gera mais-valia e trabalho que simplesmente resulta mercadorias ou serviços. A compreensão dessa distinção é crucial para uma análise mais profunda das relações entre trabalho e capital no sistema capitalista.

2.1.3 A Natureza, a crise do capital e o trabalho e a educação

Faz-se necessário ressaltar análises relevante sobre o sistema capitalista atual e sua reprodução da pobreza e da destruição ambiental, como a de Mészáros (2011). O referido autor expõe uma crítica à abordagem atual dos governos capitalistas para enfrentar a crise econômica global e as suas consequências profundas e destrutivas. Ele destaca que as medidas adotadas para mitigar os sintomas da crise, como o uso de recursos estatais para resgatar o sistema financeiro, são apenas soluções temporárias e ineficazes. Essa abordagem, descrita como uma “nacionalização camuflada”, não faz mais do que evidenciar as contradições intrínsecas do sistema capitalista, que é fundamentalmente instável e propenso à autodestruição. A crise atual não se resume a um problema financeiro, pois ela reflete uma ameaça mais ampla à sobrevivência da humanidade em função da destruição ambiental e dos conflitos militares potenciais. Sugere-se, então, mesmo com manipulações econômicas e esforços internacionais para restaurar a confiança no mercado, que a resposta global tem sido insuficiente, uma vez que ignora as raízes estruturais da crise.

Além disso, Mészáros (2011) argumenta que a tentativa de encontrar uma solução sustentável dentro do atual sistema capitalista é ilusória e irracional. A solução proposta pelos líderes do capital – a integração jurisdicional sob controle de alguns poucos – não resolve as injustiças e as desigualdades do sistema, e pode até intensificar a dominação imperialista global. Na medida que visam a manter a ordem existente, ignoram as contradições fundamentais do capitalismo e a crescente crise alimentar global. Para Mészáros (2011), a relevância do pensamento de Karl Marx é destacada, pois sua análise oferece uma perspectiva sobre a necessidade de uma mudança radical e sistêmica para enfrentar as crises estruturais e construir um futuro sustentável e justo. Somente uma transformação profunda do sistema pode oferecer uma solução viável para os problemas enfrentados pela humanidade.

Mészáros (2011) aborda também a relação entre capitalismo e destruição ecológica, argumentando que a forma como o sistema capitalista lida com a questão ambiental não é surpreendente e reflete suas contradições estruturais. O capitalismo, por sua natureza, prioriza o crescimento e a maximização dos lucros, muitas vezes em detrimento do meio ambiente. A manipulação da questão ecológica para beneficiar o “moderno Estado industrial”, como diz Mészáros (2011), não diminui a gravidade do problema. Apesar de sua relevância crescente, a crise ecológica foi historicamente ignorada em favor dos interesses do crescimento econômico. Apesar das retóricas políticas e das políticas públicas voltadas para a proteção ambiental, os problemas ecológicos são reais e têm raízes profundas na estrutura do capitalismo.

Mészáros (2011) não concorda com a ideia de que os custos da poluição e da degradação ambiental possam ser efetivamente cobertos pela comunidade ou por fundos criados especificamente para esse fim. Ele considera que a ideia de a comunidade dos produtores arcar com esses custos é uma simplificação, uma vez que o capitalismo frequentemente não proporciona os meios para que esses custos sejam suportados de maneira justa e sustentável. A criação de fundos para enfrentar os problemas ecológicos, especialmente em tempos de estagnação econômica, é uma proposta impraticável e ilusória. A falácia de que o crescimento econômico pode financiar a despoluição é desafiada pela realidade do crescimento zero e pelos problemas econômicos adicionais, como o desemprego e a inflação.

Mészáros (2011) também critica a crença de que a ciência e a tecnologia podem resolver todos os problemas ecológicos a longo prazo. O argumento é que, embora seja essencial utilizar ciência e tecnologia para enfrentar a crise ambiental, essas ferramentas estão atualmente moldadas pelas necessidades de maximização dos lucros, o que limita sua eficácia em resolver os problemas ecológicos de forma significativa. A sugestão de que a solução para a crise ecológica pode ser encontrada dentro do mesmo sistema capitalista que a causou é considerada uma forma de “retórica vazia”. Novamente, é importante entendermos que as instituições e as políticas estabelecidas para lidar com a crise ambiental têm mostrado resultados modestos e não conseguiram enfrentar a profundidade dos problemas, evidenciando uma discrepância entre a retórica e a realidade das soluções propostas.

Nesse contexto de crise estrutural do capital, ainda é relevante considerarmos que trabalho e alimentação são condições básicas para a existência humana e, por isso, se constituem como objeto de pesquisa e como tema de debate social. Nas sociedades contemporâneas, inclusive no Brasil, o advento da industrialização chegou ao campo, à produção agrícola. Bomfim (2022), por exemplo, destaca a intersecção crítica entre trabalho, ambiente e educação, propondo que a problemática ambiental deve ser entendida a partir do conceito de “conflito

socioambiental”. Esse conflito, argumenta Bomfim (2022), reflete a luta de classes persistente dentro do sistema capitalista, que se manifesta de maneiras diversas e muitas vezes camufladas. Desde a expansão de atividades predatórias, como a grilagem e o garimpo em terras indígenas, até a prática de empresas que utilizam selos ecológicos para ocultar suas reais intenções, o conflito socioambiental revela a continuidade da exploração e do antagonismo social. Em suma, a questão ambiental é uma extensão das tensões sociais e econômicas, visíveis nas disputas por território e por recursos.

A perspectiva crítica que Bomfim (2022) defende é fundamental para a educação e para a luta emancipatória. Ao adotar uma visão de rompimento com o sistema capitalista, a educação pode promover um conhecimento mais profundo e uma investigação crítica das realidades socioambientais. Isso implica não apenas a busca por soluções para os problemas ambientais, mas também o reconhecimento de que essas soluções estão imersas no próprio conflito de classes. A crítica e a denúncia são necessárias para desvelar as contradições do capitalismo e suas consequências ambientais. Portanto, mesmo as aspirações emancipatórias na educação estarão, inevitavelmente, ligadas à perpetuação do conflito enquanto o sistema de classes se mantiver intacto. Assim, para Bomfim (2022), a crítica ao sistema capitalista, marcada pela exploração e pela mercantilização da vida, revela a necessidade de uma educação científica e política que possa enfrentar a crise ambiental. A educação precisa estar preparada para desafiar e transformar as estruturas reacionárias que perpetuam a degradação ambiental. O conflito socioambiental, portanto, é um aspecto crucial a ser abordado para que a educação possa contribuir efetivamente para uma mudança significativa na sociedade.

2.1.4 Princípio educativo do trabalho

O princípio educativo do trabalho envolve pessoas, e a vida delas deve ser contextualizada considerando seus diversos aspectos, coletivos e individuais. O sujeito, para se estabelecer com uma identidade social, absorve aquilo que a sua vivência valoriza em determinado momento sócio-histórico. A partir daí, dentro da perspectiva do materialismo histórico-dialético, ao se reconhecer como “trabalhador”, o sujeito reconhecerá também sua capacidade produtiva e organizativa, bem como sua força coletiva.

O princípio educativo do trabalho se constituiu como um tema central entre os pesquisadores da educação, da engenharia, da psicologia, dentre outros (Santos, 2004; 2010), o que decorre do reconhecimento do trabalho como uma categoria fundante da humanidade (Marx, 1985; Gramsci, 1985; Antunes, 2001):

[...] num primeiro sentido, o trabalho é princípio educativo na medida em que determina pelo grau de desenvolvimento social atingido historicamente, o modo de ser da educação em seu conjunto. Nesse sentido, aos modos de produção correspondem modos distintos de educar com uma correspondente forma dominante de educação. E um segundo sentido, o trabalho é princípio educativo na medida em que coloca exigências específicas que o processo educativo deve preencher, em vista da participação direta dos membros da sociedade no trabalho socialmente produtivo. Finalmente, o trabalho é princípio educativo num terceiro sentido, à medida que determina a educação como modalidade específica e diferenciada de trabalho: o trabalho pedagógico (Frigotto; Franco; Ramos, 2005, p. 31).

Esse debate cresce no Brasil, no fim da década de 1970, sob a influência do pensamento de Gramsci, inclusive, como ponto de defesa de uma educação para além da reprodução da ordem social, como destaca Santos (2003, p. 30):

[...] esse movimento de crítica à função social da escola veio acompanhado da introdução do referencial marxiano na pesquisa em educação [...] originou uma ampliação do entendimento do chamado campo educativo para além dos muros da escola e a consideração das contradições inerentes ao processo de reprodução social [...] Uma inflexão vai direcionar os esforços de compreensão do mundo do trabalho na perspectiva de encontrar aí os fundamentos da educação, dado que as políticas educacionais são produtos.

O debate sobre o princípio educativo do trabalho também foi marcado por uma aproximação dos pesquisadores com os sujeitos coletivos, em sindicatos e movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) (Franco; Trein, 2003; Santos, 2003).

Segundo Santos e Dal Ri (2022), o MST se destaca pela abordagem inovadora na educação e no desenvolvimento rural, contribuindo para o debate sobre o princípio educativo do trabalho. Ao ocupar terras improdutivas e transformar esses espaços em acampamentos organizados, o MST cria territórios que visam a vida em coletividade e a autossuficiência. Nesse contexto, a educação se torna uma prioridade, visto que os membros do movimento enfrentam a exclusão de direitos básicos, como saúde e educação, além de condições precárias nas ocupações. Ainda, Santos e Dal Ri (2022) apontam que a filosofia educacional do MST é voltada para a formação ampla dos indivíduos sem terra. Desde os primeiros acampamentos e assentamentos, o movimento percebeu a necessidade de estruturar a educação para crianças, oferecendo um ambiente planejado e adequado para seu desenvolvimento. Com o tempo, essa preocupação evoluiu para a criação de um sistema educacional próprio, incluindo escolas em suas áreas de atuação e a articulação com instituições de ensino superior. Essa iniciativa visa a

garantir que as crianças aprendam sobre a realidade que vivem enquanto se preparam um projeto pedagógico alinhado aos princípios do movimento.

O sistema educacional do MST abrange tanto a educação formal quanto a informal. Santos e Dal Ri (2022) explicam que o movimento atua desde a Educação Infantil até o Ensino Superior, seguindo as diretrizes da legislação educacional brasileira, e busca promover a autossustentação e a soberania alimentar no campo. A criação do Programa de Reforma Agrária Popular (RAP) ampliou o escopo do MST, adicionando a ideia de “popular” à reforma agrária e destacando a importância da educação na formação de sujeitos capazes de provocar mudanças sociais significativas.

O RAP representa uma adaptação das estratégias do MST ao contexto contemporâneo do capitalismo e do agronegócio. O programa enfatiza a necessidade de uma matriz produtiva alternativa que resista ao modelo agroindustrial dominante. Essa abordagem inclui a produção agroecológica, a utilização sustentável dos recursos naturais e o desenvolvimento de cooperativas geridas pelos próprios trabalhadores. A educação, nesse cenário, desempenha um papel crucial ao formar trabalhadores que não apenas gerenciem suas atividades de forma eficiente, mas também se engajem em uma visão de transformação social e econômica (Santos; Dal Ri, 2022).

Santos e Dal Ri (2022) explicam que a pedagogia do movimento, concebida pelo MST, fundamenta-se na centralidade do trabalho como um princípio educativo e como um objetivo. No contexto do MST, o trabalho não é apenas uma atividade produtiva, mas um elemento essencial da formação humana. A educação promovida pelo movimento busca transcender o mero ensino formal, incorporando o trabalho como uma matriz formadora que molda o ser humano em sua totalidade social e histórica. Essa abordagem visa integrar o conhecimento escolar à prática concreta da vida e da luta, estabelecendo uma conexão entre a formação teórica e a aplicação prática no cotidiano dos assentamentos. Assim, a escola no MST se transforma em um espaço em que o aprendizado é diretamente vinculado à atividade produtiva e à organização coletiva, preparando os alunos para serem trabalhadores associados e não apenas assalariados.

A proposta educacional do MST, ao enfatizar o trabalho como categoria central, redefine o papel da escola ao almejar um ensino que promova o desenvolvimento de habilidades práticas e a compreensão crítica das relações de trabalho. O trabalho, nesse contexto, é entendido como uma atividade criadora e transformadora que deve ser integradamente vinculada ao currículo escolar e às práticas de produção nos assentamentos. A articulação entre educação e trabalho no MST busca superar formas alienadas de trabalho e proporcionar aos

alunos experiências de trabalho socialmente úteis e educativas. Dessa forma, a pedagogia do MST prepara os indivíduos não apenas para o mercado de trabalho, mas também para a participação ativa em uma organização coletiva e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária (Santos; Dal Ri, 2022).

Nas análises do processo educativo do MST, Santos e Dal Ri (2022) acreditam que eles demonstram como a educação pode ser um instrumento poderoso de transformação social e de desenvolvimento rural. A integração entre a formação educacional e a prática agroecológica permite que o movimento não apenas reivindique direitos, mas também construa uma nova realidade para o campo, baseada em práticas sustentáveis e na capacitação política e técnica dos seus membros. A educação, portanto, não é apenas uma resposta às necessidades imediatas, mas um componente essencial para a construção de um futuro mais justo e equitativo. O MST compreende a educação como uma dimensão essencial da formação humana, buscando não apenas preparar os indivíduos para a vida comunitária, mas também para o engajamento político e social (Santos; Dal Ri, 2022).

Saviani (2006) reflete sobre a interconexão entre trabalho e educação, abordando a necessidade de compreender ambos não como entidades separadas, mas como aspectos entrelaçados da existência humana. Isso porque, de acordo com sua visão, o ser do homem e, portanto, o ser do trabalho, é profundamente histórico. Essa perspectiva implica que o trabalho e a educação não são apenas atributos ou atividades acidentais, mas também elementos constitutivos da essência humana, cuja compreensão exige uma análise integrada de sua origem e transformação histórica. Ainda, Saviani (2006) pondera que a separação histórica entre trabalho e educação é um ponto crucial para entender a dinâmica atual dessas atividades. Historicamente, a divisão entre essas duas esferas se tornou evidente à medida que o trabalho foi progressivamente relegado a uma esfera de mera produção econômica, enquanto a educação foi institucionalizada como um processo separado e muitas vezes elitista. Esse fenômeno é uma manifestação de uma separação artificial que desconsidera a conexão fundamental entre a prática do trabalho e o processo educativo. Reconhecer essa separação histórica é essencial para reavaliar como as duas esferas podem ser reintegradas de maneira que respeite sua interdependência natural e potencialize seu impacto na formação integral do ser humano.

O processo de questionamento e de reavaliação da separação entre trabalho e educação para Saviani (2006) é um desafio complexo. Este processo exige uma abordagem crítica que não apenas identifique as raízes dessa separação, mas também busque métodos para restabelecer a conexão entre essas práticas. A reintegração do trabalho como princípio educativo é uma proposta que visa a superar a divisão artificial e a explorar como o trabalho pode servir como

uma ferramenta de aprendizado e de formação pessoal. Esse movimento é crucial para desenvolver um sistema educacional mais coerente com as necessidades reais e os contextos históricos dos indivíduos, e para restabelecer os vínculos entre trabalho e educação.

Saviani (2006) aponta que a discussão sobre a educação politécnica surge como uma tentativa de responder a essa questão, promovendo uma abordagem educacional que valorize a formação prática e técnica, em paralelo com a teoria. A educação politécnica busca integrar o conhecimento acadêmico com a experiência prática, refletindo a natureza histórica e ontológica do trabalho. Esta abordagem visa superar a dicotomia entre teoria e prática, reconhecendo que a formação integral do ser humano deve incluir ambos os aspectos, permitindo uma preparação mais eficaz para a vida profissional e para o desenvolvimento pessoal.

A análise sobre a essência humana, conforme discutido por pensadores como Henri Bergson e Karl Marx, segundo Saviani (2006), reforça a ideia de que trabalho e educação são elementos essenciais para a formação do ser humano. Saviani (2006) entende que Bergson argumenta que o trabalho é uma característica definidora da humanidade, embora não seja suficiente por si só para definir a essência humana. Karl Marx, por outro lado, considera o trabalho como a base da existência humana, afirmando que a essência do homem é produzida pelo próprio trabalho, e que a educação é um processo concomitante à formação do ser humano. Essa perspectiva sugere que o homem não apenas nasce com a capacidade de trabalhar e de educar, mas que essas capacidades são formadas e desenvolvidas pelo trabalho e pelo processo educativo. Portanto, a integração do trabalho e da educação é fundamental para entender e para promover a verdadeira essência humana e o seu desenvolvimento integral.

Nesse sentido, o conceito de trabalho como princípio educativo para Norsella (2020) é complexo e carregado de historicidade, demandando uma compreensão aprofundada que fuja de superficialidades. O trabalho, na concepção dialética, não é apenas uma atividade prática, mas um reflexo do movimento histórico e das transformações sociais. Sua inclusão no processo educativo deve ser abordada com uma reflexão contínua que reconheça sua evolução e suas implicações no desenvolvimento humano. A ideia de que o trabalho pode servir como princípio pedagógico implica uma integração entre teoria e prática, uma relação que vai além do entendimento tradicional e que necessita uma análise atenta das suas manifestações históricas e sociais.

O debate entre a valorização da cultura clássica humanista e a educação politécnica é um exemplo da tensão histórica e teórica em torno do trabalho como princípio educativo. Para Norsella (2020), por um lado, a tradição humanista defende uma formação que enfatiza o conhecimento teórico e cultural, enquanto, por outro lado, a educação politécnica propõe uma

formação mais prática e técnica, voltada para as habilidades e para o preparo para o mercado de trabalho. Esse confronto entre as duas abordagens não é apenas uma questão pedagógica, mas reflete diferentes estratégias e contextos históricos de luta por hegemonia educacional e social. Ambos os lados surgem da mesma intenção de unir teoria e prática, mas suas perspectivas, segundo Norsella (2020), divergem conforme suas bases históricas e sociais, resultando em um debate contínuo e polarizado.

Ainda para Norsella (2020), Karl Marx introduziu a ideia de que a educação deve estar plenamente ligada ao trabalho produtivo, propondo uma abordagem pedagógica que integra cultura geral e formação técnica. Frigotto (2009), por sua vez, explicita seus pressupostos sobre o princípio educativo do trabalho a partir do entendimento de que os seres humanos são moldados pelas circunstâncias e pela educação, e que esses mesmos seres podem transformar essas circunstâncias, refletindo uma visão materialista e dinâmica da educação. Frigotto (2009) alega que Karl Marx critica a visão que separa a sociedade em classes elevadas e subalternas, enfatizando que a verdadeira transformação social deve ocorrer por meio da práxis revolucionária, uma ação consciente e prática para alterar as condições existentes. Essa perspectiva revela a necessidade de uma abordagem crítica e transformadora da educação, que não se limita a adaptar os indivíduos às circunstâncias, mas que visa a mudar essas próprias circunstâncias.

O legado do economicismo, que considera a educação como um capital humano para o desenvolvimento e para a superação das desigualdades, é questionado por Frigotto (2009) em seu entendimento da teoria marxista. A visão economicista ignora a necessidade de alterar as relações de poder e de classe que perpetuam a desigualdade. A educação, neste contexto, é vista como um motor para o desenvolvimento, mas sem abordar as relações sociais que sustentam as desigualdades. Assim, a educação se torna uma ferramenta para a manutenção do status quo, ao invés de um agente de mudança social.

O pensamento iluminista e voluntarista, que acredita que a educação pode levar à consciência crítica e à prática sem considerar as circunstâncias sociais, não levaria a emancipação humana. Para Frigotto (2009) essa abordagem ignora a necessidade de uma práxis revolucionária e da transformação das condições sociais. A educação não pode ser separada das circunstâncias e da prática revolucionária, pois é apenas dentro dessas condições que se pode alcançar uma verdadeira consciência crítica e prática. Assim, Frigotto (2009) acredita que o papel do trabalho como princípio educativo é fundamental para compreender a relação entre educação e produção social. O trabalho não apenas atende às necessidades básicas e imperativas do ser humano, mas também as suas necessidades sociais, culturais e afetivas. No entanto, nas

sociedades de classe, o trabalho é reduzido a uma mercadoria, e a educação é orientada para atender às necessidades unidimensionais da produção mercantil. Para Frigotto (2009), na visão marxista, a verdadeira educação deve ir além desse modelo restritivo e buscar a formação integral do ser humano, promovendo a liberdade e a capacidade crítica dentro de um processo contínuo de transformação social.

Gramsci ([19--?]) *apud* Sobral e outros, (2016) apresenta uma análise importante sobre a divisão tradicional da educação em escolas clássicas e profissionais refletindo um esquema racional que separa as classes sociais de acordo com suas necessidades e suas funções. Historicamente, a escola clássica, baseada na tradição humanista greco-romana, era destinada às classes dominantes e intelectuais, enquanto a escola profissional atendia às classes operacionais. Esse modelo refletia uma estrutura social em que o conhecimento era dividido entre o intelectual e o manual. No entanto, com o desenvolvimento industrial crescente, tanto nas cidades quanto no campo, surgiram novas demandas para um tipo de intelectual urbano que não se encaixava no modelo tradicional. O surgimento da escola técnica, uma forma de educação profissional, mas não manual, provocou um questionamento profundo sobre a validade e a adequação da educação humanista clássica para a sociedade moderna.

A crítica de Gramsci ([19--?]) *apud* Sobral *et al.*, (2016) à divisão tradicional da educação revela um momento de transformação essencial no processo produtivo e social. Segundo Gramsci, a base industrial em expansão necessitava de uma escola que não apenas formasse trabalhadores manuais, mas também produzisse intelectuais capazes de lidar com as complexidades do mundo moderno. Gramsci ([19--?]) defendia que a divisão fundamental da educação em clássica e profissional, embora racional à sua maneira, estava se tornando obsoleta à medida que a sociedade avançava. A escola clássica, baseada em um modelo de civilização antigo e prestigiado, não era mais capaz de atender às novas exigências da industrialização e da urbanização.

Esse processo de transformação exigia uma reavaliação do sistema educacional. Segundo análises de Sobral e outros (2016), Gramsci ([19--?]) argumentava que o problema não estava apenas na industrialização em si, mas na forma como o governo abordava a educação para enfrentar essa nova realidade. A divisão entre o ensino manual e o intelectual refletia uma estrutura social dividida em classes antagônicas, perpetuando desigualdades e limitando as oportunidades para as classes subalternas. O desafio estava em criar uma educação que não apenas atendesse às necessidades industriais, mas também contribuísse para uma sociedade mais equitativa.

Em suas análises, Gramsci ([19--?]) identifica uma crise no sistema educacional que necessitava de uma solução integrada. Ele propunha a criação de uma ‘escola unitária’ que equilibrasse a formação manual e intelectual desde os primeiros anos. Essa escola seria uma base comum para todos, preparando os alunos tanto para o trabalho técnico quanto para a atividade intelectual. A ideia era superar essa divisão tradicional e promover uma educação que desenvolvesse habilidades práticas e teóricas de forma equitativa, preparando os estudantes para uma participação mais completa e eficaz na sociedade. A ‘escola unitária’, conforme proposta por Gramsci ([19--?] *apud* Sobral et al., 2016), visava a criar uma base educacional sólida, que combinasse formação geral com um desenvolvimento gradual de especializações. A proposta era que os alunos passassem por um período inicial de educação geral, momento em que adquiririam conhecimentos fundamentais e uma consciência moral e social sólidas antes de serem direcionados para as áreas técnicas ou profissionais específicas. Esse modelo buscava formar cidadãos completos, com uma base sólida de conhecimento e de habilidades, e uma compreensão crítica das realidades sociais e econômicas.

Gramsci ([19--?]) também abordava a questão da responsabilidade do Estado na implementação dessa reforma educacional. Para ele, era imperativo que o Estado assumisse a responsabilidade pelos custos da educação, garantindo que a escola unitária fosse acessível a todos e não dependesse das condições financeiras das famílias. Isso permitiria uma educação mais igualitária e mais inclusiva, essencial para a construção de uma sociedade justa e democrática. A ‘escola unitária’, portanto, não apenas ofereceria uma educação de qualidade, mas também contribuiria para a coesão social e o desenvolvimento equilibrado da sociedade.

A proposta de Gramsci ([19--?]) para a escola unitária (*apud* Sobral et al., 2016) representava uma tentativa de reconciliar a necessidade de formação técnica com o desenvolvimento de uma compreensão intelectual abrangente. Ele defendia a necessidade de uma reforma educacional que superasse as divisões existentes e preparasse os indivíduos para enfrentar os desafios de uma sociedade em transformação. A ‘escola unitária’ compreendia, assim, uma visão de uma educação que não apenas refletisse as demandas da industrialização, mas também buscasse construir uma base sólida para uma sociedade mais integrada e equitativa.

Pereira, Silva e Sá (2018) fazem uma reflexão crítica sobre o papel do trabalho no contexto do sistema capitalista e no modo de vida camponês, destacando a alienação gerada pelo capitalismo e a proposta de uma educação mais integrada e valorizadora do trabalho. A análise dessas ideias revela um contraste fundamental entre as dimensões econômica e cultural do trabalho, evidenciando a necessidade de uma abordagem educacional que transcenda as

limitações do sistema capitalista. Além disso, Pereira, Silva e Sá (2018) apontam para a alienação do trabalho no sistema capitalista. No capitalismo, o trabalho é frequentemente visto como uma fonte de frustração e desconexão. Os trabalhadores, ao venderem sua força de trabalho em troca de um salário, perdem o vínculo com o produto final e o processo produtivo. Essa alienação resulta uma experiência de trabalho fragmentada e descontextualizada, em que a atividade laboral é realizada sem uma reflexão sobre seu significado ou impacto. A desconexão entre o trabalhador e o produto gera um cenário em que o trabalho é desumanizado e transformado em um mero meio para a obtenção de recursos financeiros, desconsiderando seu valor intrínseco e seu papel na formação de uma consciência coletiva.

Pereira, Silva e Sá (2018) revelam o contraste do modo de vida camponês quando apresenta uma visão do trabalho em que o valor de uso prevalece sobre o valor de troca. Nesse contexto, o trabalho é integrado à vida social e cultural da comunidade. Os produtos do trabalho não são apenas mercadorias, mas elementos de um processo de apropriação sócio-coletiva. O valor do trabalho camponês está na qualidade do produto e na relação afetiva com o território e com o próprio processo produtivo. Essa perspectiva permite que o trabalho se torne um meio de construção cultural e social, promovendo um sentimento de pertencimento e de valorização que transcende o aspecto econômico (Pereira; Silva; Sá, 2018).

A luta dos movimentos sociais no campo reflete essa visão alternativa do trabalho, como asseverado por Pereira, Silva e Sá (2018). Esses movimentos buscam uma educação que supere a lógica capitalista, propondo um modelo de ensino que considere a dimensão territorial e o desenvolvimento integral da comunidade. A proposta educacional defendida é aquela que valoriza o trabalho não apenas como um meio de subsistência, mas como um processo educativo e cultural. A educação comprometida com a realidade camponesa deve incorporar as múltiplas dimensões do território e permitir uma ressignificação do trabalho como uma fonte de conhecimento e de realização humana.

A relação entre educação e agroecologia é um exemplo dessa abordagem integrada (Pereira; Silva; Sá, 2018). A agroecologia, ao promover práticas agrícolas sustentáveis e respeitadas com o meio ambiente, dialoga com a educação no sentido de oferecer uma perspectiva mais holística do trabalho no campo. Essa interação entre ciência, movimento e prática permite que o trabalho seja compreendido em suas múltiplas dimensões e potencializa o desenvolvimento de uma consciência crítica e coletiva. A educação agroecológica não apenas ensina técnicas de cultivo, mas também promove valores de solidariedade, respeito à natureza e ao território.

Pereira, Silva e Sá (2018) destacam que a proposta de uma educação comprometida com a valorização do trabalho camponês está ancorada em princípios que buscam superar a alienação característica do sistema capitalista. Ao integrar o conhecimento acadêmico com as práticas populares e o contexto territorial, essa educação contribui para a construção de uma sociedade justa e equilibrada, e possibilita a formação de cidadãos conscientes e engajados com a realidade socioeconômica e ambiental de suas comunidades.

Pereira, Silva e Sá (2018) reafirmam a necessidade urgente de reavaliar o papel do trabalho e da educação em nossa sociedade. Enquanto o capitalismo promove a alienação e a fragmentação do trabalho, o modo de vida camponês e as propostas educativas alternativas oferecem uma visão integrada e humanizada do trabalho. A valorização do trabalho como uma fonte de conhecimento e de realização humana é essencial para a construção de uma sociedade que não se organize pela exploração, mas pela cooperação e pelo desenvolvimento sustentável. A integração entre educação, agroecologia e práticas comunitárias emerge como uma resposta promissora para a construção de um futuro mais equitativo e significativo.

As práticas de socioeconomia solidária, segundo Oliveira e Machado (2011), oferecem um potencial formativo significativo que supera a simples geração de renda para a sobrevivência material dos trabalhadores. Esses projetos não visam a acumulação de capital, mas o reinvestimento e a distribuição dos bens produzidos entre todos os envolvidos, promovendo a formação dos sujeitos por meio do trabalho associativo, autogestionário e solidário. Esse formato cria um espaço em que o aprendizado e o ensino acontecem de maneira contínua e dinâmica, refletindo uma abordagem educativa que se estende para além do ambiente de trabalho.

Em contraste com o modelo tradicional de economia, que foca na acumulação de capital e no lucro, a socioeconomia solidária prioriza a equidade e a cooperação (Oliveira; Machado, 2011). Nesses projetos, os trabalhadores não apenas executam suas tarefas, mas também participam ativamente da administração e da gestão do trabalho. Isso cria um ambiente em que valores sociais, como solidariedade e justiça, são promovidos e praticados. Portanto, o trabalho associativo e autogestionário não se limita às funções produtivas, mas abrange a formação de novas formas de organização e relacionamento social.

Para Oliveira e Machado (2011), a experiência prática desses projetos demonstra que o trabalho coletivo é um processo educativo constante. Os participantes não realizam apenas tarefas produtivas, mas também se engajam em discussões sobre questões do cotidiano, como a gestão dos recursos, a criação dos filhos e a situação das instituições públicas. Esse diálogo contínuo dentro da cooperativa permite que os trabalhadores desenvolvam habilidades

administrativas, políticas e sociais, promovendo a formação integral dos sujeitos. Além disso, Oliveira e Machado (2011) ponderam que a prática da socioeconomia solidária fomenta uma reflexão crítica sobre a organização social e econômica. O diálogo e a colaboração entre os membros da cooperativa possibilitam a construção de soluções para desafios diários e a formação de um espírito de comunidade. Esse processo educativo é essencial para a conquista da emancipação, pois capacita os indivíduos a se tornarem protagonistas de suas próprias vidas e de suas comunidades, promovendo uma mudança social significativa.

A formação proporcionada pela socioeconomia solidária vai além dos limites do espaço físico de trabalho, impactando o tempo de vida dos trabalhadores. A interação entre o tempo de trabalho e o tempo de vida pessoal é fundamental para o desenvolvimento de uma consciência crítica e participativa. Os trabalhadores realizam não apenas suas funções, mas também contribuem para uma cultura de justiça e igualdade que influencia suas vidas fora do ambiente de trabalho (Oliveira; Machado, 2011). Assim, no entendimento de Oliveira e Machado (2011), a organização da produção e do consumo, fundamentada na não exploração e na distribuição justa dos resultados, representa uma possibilidade de mudança estrutural. A formação de cooperativas, como as de mulheres, ilustra como o trabalho solidário pode levar à construção de novos valores éticos, culturais e sociais. Esses projetos demonstram como a pedagogia do trabalho solidário pode ser um elemento fundante para a transformação social e econômica.

Essas práticas de socioeconomia solidária têm uma pedagogia própria, baseada no trabalho coletivo e solidário. Essa abordagem amplia a concepção tradicional de ação pedagógica, que geralmente se restringe ao ambiente escolar. A socioeconomia solidária, nesse sentido, oferece uma educação não impositiva e não exploradora, desafiando a ordem social estabelecida e promovendo uma visão mais abrangente da formação humana (Oliveira; MACHADO, 2011). Sendo assim, Oliveira e Machado (2011) acreditam que a natureza dos processos socioeconômicos solidários revela uma dimensão educativa do trabalho que articula intencionalidade e ação. Esses processos proporcionam aos sujeitos a oportunidade de expressar sua criatividade, garantir a sobrevivência e o desenvolvimento, e, ao mesmo tempo, contribuir para a construção de uma sociedade justa e equitativa. As experiências em curso nesses projetos oferecem *insights* valiosos sobre estratégias, práticas e contradições, enriquecendo a compreensão da pedagogia do trabalho solidário.

Neto (2020) reflete que a partir da análise das práticas educacionais do MST e das influências teóricas da ‘pedagogia socialista soviética’, é possível identificar como o trabalho como princípio educativo emerge como uma abordagem essencial para a educação do campo.

Desde os anos 1980, o MST busca uma tradução e uma adaptação do método educacional baseado nos princípios da escola do trabalho, como exposto nas obras de Moisey M. Pistrak.

A necessidade de uma educação que integrasse o trabalho manual e intelectual, segundo Neto (2020) sempre foi uma preocupação do MST. A visão era que a escola não deveria apenas preparar os indivíduos para o mercado de trabalho, mas também integrar a atividade intelectual ao contexto das atividades rurais, rompendo a dicotomia entre trabalho manual e intelectual. Essa perspectiva se alinha com a ideia de que a educação deve refletir a realidade dos sujeitos, proporcionando uma formação que não apenas instrua, mas também liberte e empodere os trabalhadores rurais. Como exemplo, Neto (2020) cita a crescente tradução e análise das experiências pedagógicas da União Soviética durante o período revolucionário de 1917 a 1930, que, por meio dos estudos do professor Luiz Carlos de Freitas, permitiu ao MST e aos centros de formação do movimento adotar projetos educacionais que valorizavam o trabalho como princípio educativo. Esses projetos foram inspirados pela experiência do Commissariado Nacional da Educação da Rússia (Narkompros) que estabeleceu as Escolas Experimentais-Demonstrativas, focadas na educação integral e na superação das barreiras entre teoria e prática.

Ainda sobre a experiência soviética, Neto (2020) esclarece que o período pós-revolucionário na Rússia foi marcado pela criação da escola única do trabalho, uma tentativa de integrar a educação com a produção e a prática social. Os pedagogos soviéticos reconheciam a importância do trabalho na formação dos indivíduos e na construção de uma nova sociedade. Essa abordagem incluía a auto-organização dos estudantes e a aplicação do trabalho socialmente necessário como elementos centrais do processo educativo, promovendo uma educação que se conectava diretamente com a vida comunitária e a realidade social.

Para Neto (2020) a pedagogia socialista propôs que a educação não apenas refletisse, mas também contribuísse ativamente para a vida sociocultural. Essa ideia se alinhou com a proposta de Paulo Freire, que defendia uma investigação crítica dos processos de vida dos estudantes. No entanto, a pedagogia socialista avançou ao sugerir que a educação deve transformar o ambiente ao seu redor, tornando a produção e o espaço público parte do processo educativo, criando uma educação engajada e profundamente integrada à vida comunitária.

Neto (2020), explica que a aplicação do conceito de ‘complexo de estudos’, introduzido pelo Narkompros, buscou eliminar a separação entre teoria e prática, promovendo uma educação que estivesse inserida na vida prática e não apenas em abstrações disciplinares. Essa abordagem visava a um aprendizado mais holístico e integrado, em que o conhecimento acadêmico e o trabalho prático se fundissem em um processo educativo contínuo e contextualizado.

Nas práticas educacionais atuais do MST, o trabalho como princípio educativo tem se mostrado eficaz tanto nas escolas itinerantes quanto nos centros de formação em agroecologia (Neto, 2020). A auto-organização e o autosserviço são elementos-chave, permitindo que os estudantes se envolvam ativamente na manutenção e na gestão dos espaços escolares, desenvolvendo um senso de responsabilidade e de pertencimento. Essas práticas educacionais não apenas melhoram a infraestrutura escolar, mas também promovem uma compreensão mais profunda da interconexão entre o ambiente e o processo educativo.

Outro ponto importante para Neto (2020) é como a integração do trabalho com a educação ambiental nos centros de formação em agroecologia exemplifica como a prática pedagógica pode contribuir para a sustentabilidade e para a conscientização ambiental. A proposta do ‘diálogo de saberes’ ilustra a importância da educação transformadora, que não apenas prepara os estudantes para a vida profissional, mas também os capacita para que se tornem agentes ativos na reconstrução ecológica da agricultura. Esse enfoque reflete a necessidade de uma abordagem educacional que seja crítica e transformadora, alinhada com os desafios ambientais contemporâneos.

Nesse sentido, para Neto (2020), o trabalho como princípio educativo, adotado pelo MST e inspirado pela pedagogia socialista, demonstra uma abordagem inovadora e crítica da educação que busca integrar teoria e prática, bem como promover a inclusão dos educandos na realidade sociocultural e ambiental. Essa abordagem não apenas desafia as normas educacionais convencionais, mas também contribui para a formação de cidadãos conscientes e engajados, capazes de enfrentar as complexidades do mundo contemporâneo e de promover mudanças significativas em suas comunidades.

2.2. Economia solidária

Entende-se por economia solidária o “[...] conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão” (Brasil, 2005, p. 11), e que se compõe de variadas práticas econômicas e sociais organizadas sob as formas de cooperativas, de associações, de clubes de trocas, de empresas autogestionárias, de redes de cooperação, dentre outras que realizam atividades para a produção de bens, para a prestação de serviços, para as finanças solidárias, para as trocas, para o comércio justo e para o consumo solidário. Trata-se, portanto, da organização da produção, do consumo e da distribuição de riqueza centrada na valorização do ser humano e não do capital, caracterizada, portanto, pela igualdade (Singer, 2012).

A economia solidária se constitui como um processo de construção histórica como parte importante dos movimentos sociais que lutam pela emancipação dos trabalhadores desde a primeira revolução industrial, época em que surgiram as primeiras fábricas e, também, as primeiras cooperativas. Robert Owen, considerado um dos pioneiros em experiências solidárias e de autogestão, adquiriu uma imensa empresa têxtil na Inglaterra do início do século XVIII. Como proprietário, ao invés de explorar a mão de obra do trabalhador, tratava-os de modo a não se sentirem apenas um objeto alienado da produção, colhendo como fruto o aumento da produtividade. Com o passar do tempo, as práticas cooperativistas e de autogestão foram aprimoradas e adaptadas a diferentes contextos sociais e culturais.

A partir dos anos 1990, a economia solidária, em uma sociedade cada vez mais globalizada e desigual, desenvolveu-se e incentivou modos de produção autogeridos pelos próprios trabalhadores, valorizando mais as práticas coletivas de cooperação e autogestão. De acordo com Singer (2012), práticas de cooperação e autogestão contribuem para o processo de emancipação humana diante da subordinação imposta pelo mercado, sendo, portanto, alternativas de contraposição à sociedade capitalista.

O princípio da autogestão representa a diferença crucial entre as gestões capitalistas e as gestões solidárias. Uma empresa autogerida não pratica a hierarquização entre os trabalhadores e propõe uma administração democrática, ainda que mantenha divisões de cargos, como coordenadores, encarregados ou gestores. Outra diferença importante diz respeito à tomada de decisões, que são realizadas em conjunto e sempre de baixo para cima. Convocam-se assembleias para as pequenas decisões e para as de maior impacto são constituídas juntas de delegados, eleitos pelos próprios funcionários que, além de decidirem, têm a tarefa de repassar aos trabalhadores as decisões tomadas para que elas as assumam ou as recusem (Singer, 2012). Nas empresas capitalistas, por outro lado, funcionários que ocupam os cargos mais altos na hierarquia são mais bem remunerados, possuem privilégios de informações e de decisões dentro do ambiente de trabalho, promovendo e incentivando a competitividade como valor universal entre os trabalhadores (Singer, 2012).

A economia solidária propõe, também, um processo de ruptura com ideias dominantes, como por exemplo, a competitividade. Tendo como um de seus fundamentos a igualdade das relações sociais e econômicas, preconiza uma economia “solidária” ao invés de “competitiva”. Isso significa que a cooperação deve ser estimulada. Nessa organização, cada um desempenha uma atividade especializada, por meio da qual se chega a um produto que só tem utilidade quando complementado pelos produtos de outras atividades (Singer, 2012).

Nessa perspectiva, são transmitidos valores culturais que consideram o ser humano na sua integralidade ética e lúdica, visando ao desenvolvimento comunitário e humano e à satisfação das necessidades humanas, à justiça social, à igualdade de gênero, de raça, de etnia, de acesso igualitário à informação, ao conhecimento e à segurança alimentar, à preservação dos recursos naturais pelo manejo sustentável e à responsabilidade com as gerações futuras, construindo uma nova forma de inclusão com participação de todos (Singer, 2012).

Para Singer (2003), a economia solidária, conceito que tem ganhado destaque tanto na Europa quanto na América Latina, baseia-se na prática da solidariedade e da autogestão. O princípio fundamental da economia solidária é a cooperação entre seus membros, contrastando com o individualismo competitivo do capitalismo. Essa abordagem busca criar organizações que promovam a igualdade e o bem-estar coletivo, ao invés da competição e da desigualdade, sendo a autogestão e a solidariedade com os mais desfavorecidos seus pilares, que refletem uma tentativa de construir um modelo econômico justo e inclusivo.

A autogestão, um dos conceitos centrais da economia solidária, envolve a administração democrática das organizações. Em uma cooperativa, por exemplo, todos os membros têm direitos iguais e participam das decisões, desde a escolha dos gestores, até a definição das estratégias da empresa. Isso se aplica a diversas formas de organizações solidárias, como cooperativas agrícolas, como associações de produtores e como clubes de poupança. A ideia é que a gestão e os lucros sejam compartilhados de forma equitativa entre todos os participantes, promovendo justiça e inclusão social (Singer, 2003).

Outra faceta da economia solidária é a sua preocupação com a solidariedade com os desfavorecidos. Esse aspecto se manifesta na formação de cooperativas voltadas para o apoio a desempregados, a trabalhadores em situação precária e a pessoas em situação de vulnerabilidade. A economia solidária surge, portanto, como uma resposta às crises econômicas e sociais que resultam desemprego em massa e marginalização de grupos vulneráveis. O objetivo é oferecer uma alternativa viável e sustentável àqueles que são excluídos do mercado de trabalho tradicional (Singer, 2003).

Singer (2003) lembra que além das cooperativas de produção, a economia solidária também se manifesta em cooperativas de serviços voltadas para a assistência social. Em países da Europa Ocidental, onde o estado de bem-estar social é insuficiente para atender à demanda crescente, essas cooperativas desempenham um papel crucial. Elas oferecem suporte às crianças em risco, aos idosos e às pessoas com deficiência, muitas vezes substituindo ou complementando o papel do estado na provisão de serviços sociais. Assim, a economia solidária combate não apenas o desemprego, mas também promove a inclusão e a justiça social.

Para Singer (2003), a revivência da economia solidária nas últimas décadas pode ser atribuída à reação contra as políticas neoliberais que dominaram a partir dos anos 1980. As políticas de Margaret Thatcher e Ronald Reagan, que priorizavam o livre mercado e a redução dos gastos sociais, resultaram em um aumento do desemprego estrutural e uma deterioração das condições de trabalho. O enfraquecimento das garantias trabalhistas e a transferência de produção para países com baixos salários exacerbaram a desigualdade e a precariedade. Em resposta a essas condições, a economia solidária emergiu como uma alternativa ao modelo econômico dominante, promovendo a participação e a igualdade no local de trabalho.

Singer (2003) cita o exemplo do complexo cooperativo de Mondragón, fundado na Espanha, em 1956, para ilustrar como a economia solidária pode se expandir e prosperar. A cooperativa, iniciativa do padre José Maria Arizmendiarrera, evoluiu para um conglomerado significativo de cooperativas que abrange desde a produção industrial, até a pesquisa e a previdência social. O sucesso de Mondragón demonstra que a economia solidária pode oferecer um modelo viável e eficaz, mesmo em contextos econômicos desafiadores. Sua capacidade de adaptação e de crescimento contínuo reforça a ideia de que a economia solidária pode funcionar como uma alternativa robusta ao capitalismo tradicional.

A conexão entre a economia solidária e as instituições acadêmicas e sociais é fundamental para seu desenvolvimento e sua expansão. No Brasil, a colaboração entre universidades, movimentos sociais e ONG's tem contribuído para o fortalecimento e a diversificação da economia solidária. As universidades, em particular, desempenham um papel crucial na pesquisa e na incubação de cooperativas, oferecendo suporte teórico e prático para o movimento. A integração da economia solidária nas discussões acadêmicas e nas políticas pode ajudar a moldar uma visão crítica e fundamentada sobre seu papel e seu potencial para promover uma transformação social e econômica significativa (Singer, 2003).

Uma das propostas do CEVAE Serra Verde, por exemplo, é o trabalho associado através das hortas comunitárias mantidas por trabalhadores que apresentaram interesse naquele tipo de trabalho, com envolvimento dos princípios agroecológicos. Fisher e outros (2022) exemplificam que a agroecologia e a educação do campo são formas expressas de conhecimentos históricos acumulados e desenvolvidos ao longo do tempo por povos tradicionais, por pequenos produtores rurais, por ribeirinhos e outros, tornando-se referência para movimentos sociais e políticos atuais, além de espaços educativos – como os CEVAE's, que se propõem como alternativa ao projeto societário capitalista.

Santos e Rummert (2013) também nos proporcionam uma importante reflexão sobre como o associativismo pode favorecer uma formação coletiva ao valorizar os saberes

reconhecidos como tácitos, e, sobretudo, dar maior liberdade aos sujeitos para repensar e refletir suas próprias atuações, integrando os seus trabalhos as suas capacidades cognitivas de reflexão e de prática nos processos produtivos, mesmo que eles ainda sejam engessados pelo sistema de produção seriado. Entende-se por saberes tácitos, então, aqueles saberes que não são visíveis, mas são falados e são repassados a partir das experiências dos trabalhadores e da relação entre eles, a fim de que possam ser contados e mantidos como método, compartilhado com um grupo.

Dentro da perspectiva do trabalho como princípio educativo, fica explícito que existe uma intenção educativa, sobretudo ao considerarmos que a aprendizagem da forma de trabalhar é necessária para o desenvolvimento da atividade laboral e da manutenção de uma nova perspectiva da função que evoluirá o cotidiano laboral, levando ao aperfeiçoamento das técnicas utilizadas, da otimização do tempo e do desenvolvimento da autonomia do sujeito no processo produtivo (Santos; Rummert, 2013). Dessa maneira, o trabalho associado vem como uma proposta de contraponto à maneira empresarial capitalista, em que o trabalhador recebe os comandos e os executa, sem poder analisar, refletir, questionar ou mesmo desenvolver algo a respeito do trabalho executado por ele e seus pares.

No modo associada, os indivíduos possuem incentivos para entender se o que fazem é eficiente ou se poderia haver outra forma de realizar o trabalho levando em conta vários aspectos, assim como a melhoria da produtividade, o beneficiamento das ferramentas de trabalho e a facilitação do cotidiano dentro da empresa (Santos; Rummert, 2013). Assim, entender o pensamento do trabalho associado e cooperado, e o sentido do trabalho pelo viés do próprio trabalhador é um dos pilares desse projeto para o alcance dos objetivos propostos.

Lechat (2002) aponta o cooperativismo revolucionário, como descrito por Singer (2003), tem suas raízes nos socialistas utópicos da Europa do século XIX, que buscavam uma reestruturação da sociedade com base na autonomia comunitária. Esses pensadores, nomeados por Karl Marx como ‘socialistas utópicos’, para diferenciá-los dos ‘socialistas científicos’, propuseram ideias inovadoras sobre como a sociedade poderia ser reorganizada para promover maior equidade e colaboração. Para Lechat (2002), Martin Buber, ao categorizar os pensadores em três gerações, ilustra como cada grupo contribuiu com diferentes aspectos ao movimento cooperativista. Saint-Simon e Charles Fourier, antes da Revolução Francesa, apresentaram pensamentos iniciais, enquanto Robert Owen e Pierre Joseph Proudhon fizeram uma síntese mais ampla de suas ideias. Posteriormente, Piotr Kropotkin e Gustav Landauer continuaram essa evolução até a primeira guerra mundial. Esses pensadores ajudaram a formar as bases teóricas do cooperativismo que influenciaram o desenvolvimento de práticas cooperativas subsequentes.

Lechat (2002) descreve que, no século XIX, a prática do cooperativismo na Inglaterra e nos Estados Unidos experimentou altos e baixos. Várias comunidades cooperativas surgiram, mas a maioria não conseguiu se sustentar a longo prazo devido à oposição da classe patronal e à hostilidade governamental. A cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochdale se destacou ao estabelecer princípios que ainda servem de referência para o cooperativismo global. No entanto, as dificuldades enfrentadas por essas iniciativas destacam a resistência enfrentada pelos empreendimentos cooperativos em um ambiente econômico adverso. O surgimento desses empreendimentos, muitas vezes em resposta às crises econômicas, aponta para a natureza reativa e adaptativa do cooperativismo.

Lechat (2002) argumenta sobre como as diferentes “ondas” de economia social na Europa refletem como crises econômicas podem gerar novos modelos cooperativos e sociais. Durante 1830 e 1840, o cooperativismo focou em sociedades de socorro mútuo e de cooperativas de produção como resposta às dificuldades dos trabalhadores. A crise de 1873-1895 levou à modernização da agricultura e à criação de cooperativas agrícolas e de poupança. Já a Grande Depressão, de 1929 a 1932, trouxe uma intervenção estatal e a formação de cooperativas de consumo e de habitação como alternativas ao desemprego e à recessão. Cada uma dessas crises gerou soluções cooperativas adaptadas ao contexto econômico da época, demonstrando a flexibilidade e a necessidade de resposta rápida às mudanças sociais e econômicas.

A partir dos anos 1970, uma nova onda de cooperativismo emergiu com a crise do capitalismo e o aumento do desemprego (Lechat, 2002). Nesse período, teve-se um renascimento das cooperativas de trabalhadores e uma nova abordagem à economia social, influenciada por movimentos sociais e étnicos. A queda do Muro de Berlim, em 1989, e o fim das utopias anteriores deram lugar a novas visões de economia social que integrou comunitarismo, ecologismo e solidariedade. A produção de uma nova literatura e a teoria econômica da autogestão, desenvolvida por economistas e sociólogos em instituições como a Universidade de Cornell, ajudaram a sistematizar e a divulgar essas novas formas de organização econômica. Assim, o cooperativismo continuou a evoluir, refletindo e adaptando-se às condições econômicas e sociais em constante mudança.

Lechat (2002) afirma que o conceito de “economia social” tem sido objeto de debate ao longo de um século e meio, com várias interpretações e terminologias surgindo para descrever suas diferentes facetas. Na França, segundo Guélin (*apud* Lechat, 2002), a definição de economia social é complexa e tem variado significativamente, refletindo a diversidade das realidades sociais e políticas. No século XIX, a crítica à ciência econômica por não integrar a

dimensão social levou a um envolvimento de diferentes tendências políticas, incluindo socialistas, social-cristãos e liberais. Essas críticas compartilhavam um descontentamento comum com os custos humanos da revolução industrial e buscavam alternativas que incorporassem aspectos sociais à economia, criando uma base para o desenvolvimento do conceito de economia social.

Lechat (2002) reitera que atualmente, segundo Guélin (*apud* Lechat, 2002), a economia social é definida como composta por organismos produtores de bens e de serviços que operam em condições jurídicas variadas. O diferencial dessa abordagem é que a participação dos indivíduos é baseada em sua livre vontade, o poder não vem da posse de capital, e a aplicação dos lucros não é fundamentada na detenção de capital. Essa definição reflete uma tentativa de distinguir a economia social das formas tradicionais de organização econômica, ressaltando seu caráter distintivo ao enfatizar a livre participação e a distribuição equitativa dos lucros, diferentemente do modelo capitalista tradicional.

Laville (*apud* Lechat, 1994) introduziu o conceito de economia solidária, que se caracteriza por sua lógica distinta em relação ao mercado capitalista ao Estado. Enquanto a economia capitalista é focada na acumulação de capital e nas relações competitivas, a economia solidária prioriza fatores humanos e valoriza o laço social através da reciprocidade. Laville (*apud* Lechat, 1994) destacou que a economia solidária adota formas comunitárias de propriedade e se diferencia das práticas estatais, que envolvem uma autoridade central e formas institucionais de propriedade. Essa concepção é uma resposta à necessidade de criar uma alternativa que une os aspectos econômico, social e político de maneira mais harmônica (Lechat, 2002).

Para os países em desenvolvimento, especialmente na África e na América Latina, termos como “economia popular” são preferidos, conforme sugerido por autores como Nyssens e Larrachea (*apud* Lechat, 1994). Esse conceito é inspirado em Luís Razeto e foca nas atividades econômicas realizadas por populações de baixa renda, refletindo uma realidade socioeconômica diferente da observada nos países do norte. A economia social, portanto, é apresentada de forma mais ampla, englobando cooperativas, mutualidades e associações sem fins lucrativos. A proliferação de diferentes terminologias e conceitos é atribuída à crescente diversidade e à complexidade das organizações que desafiam a lógica do desenvolvimento capitalista, levando a debates contínuos sobre a definição e o alcance do setor econômico. O desafio de delimitar o campo da economia social permanece relevante, pois influencia tanto a teorização quanto a prática dessas organizações alternativas (Lechat, 2002).

A origem da economia solidária no Brasil é um tema complexo que pode ser abordado de diferentes maneiras, seja examinando as condições socioeconômicas e políticas que deram origem a essa prática, seja analisando o desenvolvimento atual e retrospectivamente investigando suas raízes. Ambas as abordagens têm suas vantagens e desvantagens, e um estudo abrangente deve considerar tanto o contexto histórico quanto a evolução atual das práticas de economia solidária. O estudo das origens dessa abordagem econômica revela a interação entre movimentos sociais, instituições acadêmicas e políticas públicas, e oferece uma visão sobre como a economia solidária emergiu e se consolidou no Brasil (Lechat, 2002).

Nos últimos anos do século XX, o Brasil enfrentou desafios significativos, como a crise econômica e o desemprego estrutural que impulsionaram a sociedade civil a buscar alternativas viáveis de organização econômica. A economia solidária surgiu como uma resposta a essas dificuldades, oferecendo uma forma de engajamento econômico que valorizava a solidariedade e a autogestão. Esse contexto foi crucial para a emergência de iniciativas que buscavam resolver problemas sociais e econômicos por meio de cooperativas, de associações e de outras formas de organização comunitária, refletindo uma necessidade premente de alternativas ao modelo econômico dominante (Lechat, 2002).

Para entender como a economia solidária se estabeleceu no Brasil, é necessário examinar a atuação de diversos atores sociais, incluindo movimentos sociais, sindicatos, ONG's, igrejas e governos. Esses grupos desempenharam papéis importantes na promoção e na organização de iniciativas solidárias, como fóruns, feiras e redes de apoio. Ao mesmo tempo, a academia começou a se envolver mais profundamente com esse conceito, estudando e nomeando o campo da economia solidária. A interação entre esses dois mundos, o acadêmico e o prático, foi fundamental para a construção e a legitimação da economia solidária como uma área de interesse legítimo e relevante (Lechat, 2002).

Historicamente, a economia solidária no Brasil estava imersa em conceitos como autogestão, cooperativismo e economia informal. Durante décadas, esses termos foram usados de forma intercambiável, mas a necessidade de uma definição clara e específica levou ao desenvolvimento do conceito de economia solidária. O termo “economia popular solidária” e o conceito de “economia informal” ilustram as dificuldades de categorizar adequadamente as práticas e as experiências econômicas que surgiam. Essas categorias, embora úteis, frequentemente não capturavam a totalidade das características e dos objetivos das iniciativas solidárias (Lechat, 2002).

O conceito de economia solidária começou a ganhar forma no Brasil a partir dos anos 1990. O livro “Economia de Solidariedade e Organização Popular”, organizado por Moacir

Gadotti e publicado em 1993, foi um marco importante. Luis Razeto, autor chileno mencionado na obra, conceituou a economia solidária como uma abordagem econômica fundamentada na solidariedade, no mutualismo e na autogestão comunitária. Essa definição ajudou a consolidar o conceito e a diferenciá-lo de outras abordagens econômicas. Em 1994, o termo “terceiro setor” também começou a ganhar popularidade, mas foi em 1995 que a economia solidária passou a ser discutida amplamente no Brasil (Lechat, 2002).

Vários eventos e encontros marcaram o avanço do pensamento e do movimento de economia solidária no Brasil. O VIII Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Sociologia, em 1995, e o III Encontro Nacional da Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão (ANTEAG), em 1996, foram importantes para a divulgação e para a discussão de experiências e de práticas solidárias. Os trabalhos apresentados nesses eventos, incluindo os de Luiz Inácio Gaiger e Paul Singer, ajudaram a definir e a legitimar o conceito de economia solidária como uma alternativa viável para enfrentar problemas econômicos e sociais (Lechat, 2002).

Além desses eventos, o papel das universidades e centros de pesquisa foi crucial para o desenvolvimento da economia solidária no Brasil. A criação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a formação de grupos de pesquisa como o de “Organizações e Democracia” na Universidade Estadual Paulista (UNESP) foram iniciativas significativas que contribuíram para a sistematização e promoção da economia solidária. Esses grupos não apenas estudaram e pesquisaram o tema, mas também apoiaram a criação e desenvolvimento de cooperativas e outras iniciativas solidárias (Lechat, 2002).

Lechat (2002) acreditava que o processo de consolidação da economia solidária no Brasil envolveu a articulação de diversos atores e a construção de uma base teórica e prática sólida. A economia solidária foi moldada por uma combinação de necessidades econômicas e sociais, esforços acadêmicos e o envolvimento de movimentos e instituições. O desenvolvimento desse campo representa um paradigma emergente que busca reconciliar os princípios de solidariedade com a prática econômica, oferecendo uma alternativa ao modelo capitalista predominante e refletindo uma busca por justiça social e econômica.

Silva e Azevedo (2010) propõem uma reflexão sobre a formação do trabalhador em um contexto oposto ao individualismo e à competitividade predominantes na economia de mercado. Foca em como a economia solidária, uma alternativa à organização econômica convencional, pode oferecer um modelo que enfatiza a cidadania e a preservação da vida. A questão central discutida é se a economia solidária representa uma real possibilidade de emancipação do

trabalhador ou se, ao contrário, legitima formas de exploração como uma forma de apaziguamento político. A análise busca entender se as práticas promovidas por essa alternativa de economia são motivadas por uma genuína preocupação com o bem-estar dos mais vulneráveis e a preservação ambiental, ou se são meramente uma resposta à pressão por práticas mais sustentáveis. Para Silva e Azevedo (2010), essa discussão também se estende à relação entre desenvolvimento sustentável e economia solidária, questionando se o conceito de sustentabilidade realmente promove inclusão social e economia sustentada ao longo do tempo.

Silva e Azevedo (2010) questionam se as políticas atuais de desenvolvimento, que frequentemente priorizam a inovação tecnológica e a demanda do capital atendem efetivamente às necessidades básicas das populações e garantem uma equidade social real. Nesse contexto, a Economia Solidária surge como uma alternativa que poderia alinhar desenvolvimento econômico com justiça social e sustentabilidade ambiental, desafiando as premissas do modelo econômico dominante e propondo uma abordagem mais holística e inclusiva para a transformação social e econômica (Silva; Azevedo, 2010).

A economia solidária surge como uma alternativa à lógica do mercado capitalista, oferecendo uma abordagem que visa a combater o desemprego e a destruição ambiental, promovendo a preservação da vida humana (Silva; Azevedo, 2010). Este movimento busca redefinir o trabalho como um princípio educativo, ao invés de meramente um meio de produção para o capital. No entanto, a formação do “trabalhador solidário” enfrenta riscos políticos significativos, uma vez que o capital tem a capacidade de absorver e de adaptar qualquer lógica que lhe seja oposta. Portanto, a questão central é se a economia solidária, ao propor um novo modelo de trabalho e de inclusão social, está realmente oferecendo uma emancipação do trabalhador ou apenas legitimando novas formas de exploração.

A economia solidária se distancia das lógicas taylorista e toyotista, caracterizadas pela eficiência e pela produção em massa, buscando uma inclusão social mais equitativa por meio do trabalho (Silva; Azevedo, 2010). Contudo, a sua força é contraditória, pois depende de um aumento do desemprego e da criação de um setor público não estatal, o que resulta na transferência de responsabilidades do Estado para a sociedade civil. Essa mudança, além de responder a crises sociais, também enfrenta a questão de se realmente está criando um novo paradigma de trabalho ou se está apenas ajustando o existente à nova realidade socioeconômica.

O conceito de trabalho na economia solidária é alvo de debate (Silva; Azevedo, 2010). Alguns argumentam que as práticas de autogestão e de cooperação mudam a natureza da produção ao substituir a exploração capitalista por novas formas de relação entre trabalhadores e meios de produção. Gaiger (2003) refuta a ideia de que a economia solidária constitui um

novo modo de produção, afirmando que, apesar das inovações internas, ela ainda deve coexistir com o capitalismo. A economia solidária, portanto, substitui determinadas relações capitalistas por outras, mas não elimina o capitalismo como estrutura dominante, nem representa uma ameaça substancial à forma capitalista.

Por outro lado, a proposta de um novo tipo de trabalhador na economia solidária implica uma cultura autogestionária, que une o trabalho produtivo à formação de trabalhadores-gestores. Isso reflete uma tentativa de criar uma nova cultura profissional baseada em competências compartilhadas e na responsabilidade coletiva. A visão de Singer (2000) sobre a economia solidária como um híbrido entre capitalismo e pequena produção de mercadorias sugere que, embora haja avanços, ainda não se alcançou uma superação completa do modelo capitalista. Ainda, para Silva e Azevedo (2010), as tecnologias sociais desempenham um papel crucial na formação desse novo tipo de trabalhador. Elas envolvem práticas transformadoras que interagem com a população e buscam soluções para a inclusão social e para a melhoria das condições de vida. Inspiradas pelos ensinamentos de Paulo Freire e pela integração entre saber acadêmico e saber popular, essas tecnologias visam a uma formação “não bancária” do trabalhador, promovendo a participação ativa e a unidade entre trabalho e ciência. Essa abordagem objetiva transformar o trabalhador em um intelectual ativo, que entende e dirige seu próprio trabalho.

A transição para a economia solidária e para o desenvolvimento de tecnologias sociais, no entanto, enfrentam desafios significativos (Silva; Azevedo, 2010). A baixa viabilidade econômica dos empreendimentos solidários, evidenciada pelas dificuldades em comercialização e em acesso ao crédito, destaca a necessidade de políticas públicas mais robustas. A luta pela criação de linhas de financiamento e de apoio institucional é crucial para o sucesso desses empreendimentos. A realização desse potencial dependerá da capacidade de superar obstáculos institucionais e garantir que as tecnologias sociais não sejam prejudicadas por políticas conservadoras ou interesses estabelecidos pelo Estado.

Silva e Azevedo (2010) colocam que a economia solidária e as tecnologias sociais oferecem promessas de um novo modelo de trabalho e de inclusão, mas não estão isentas de desafios e de riscos. A problemática se a economia solidária representa uma verdadeira emancipação do trabalhador ou uma nova forma de exploração é complexa e demanda uma análise cuidadosa. A dialética entre reprodução e transformação, bem como o papel das políticas públicas e da formação, é essencial para entender o impacto real desse modelo alternativo e de seu potencial para gerar mudanças significativas na sociedade.

Visto isso, um dos principais aspectos positivos da economia solidária é sua capacidade de promover a inclusão social e a redução das desigualdades. Ao contrário do modelo econômico tradicional, que muitas vezes concentra riqueza e poder nas mãos de poucos, a economia solidária busca distribuir os recursos de forma mais equitativa. Cooperativas, associações e empreendimentos solidários oferecem oportunidades de trabalho e de geração de renda para grupos marginalizados, como trabalhadores desempregados, comunidades de baixa renda e minorias. Esses empreendimentos, ao operarem pela cooperação e pela participação democrática, ajudam a criar um ambiente econômico mais justo e inclusivo, promovendo a capacidade de agir de forma solidária entre os seres humanos, no lugar de uma cultura que incentiva a competição.

Sendo assim, ao adotar práticas que priorizam a sustentabilidade ambiental e a união entre trabalhadores, esses empreendimentos podem contribuir também, para a preservação dos recursos naturais e a redução dos impactos ambientais. Cooperativas e associações buscam implementar práticas de produção e consumo mais responsáveis, como a utilização de tecnologias limpas, a minimização de resíduos e o comércio justo (Jesus; Tiriba, 2003; Pelegrini; Narciso Shiki; Shiki, 2015). Esse enfoque sustentável não só beneficia o meio ambiente, mas também atende a uma demanda crescente dos consumidores por produtos e por serviços que respeitam padrões éticos e ecológicos.

É importante entendermos que ao incentivar a colaboração e a participação ativa dos membros da comunidade na gestão dos empreendimentos, a economia solidária promove uma maior integração social e um maior fortalecimento dos laços entre as pessoas. Cooperativas e projetos solidários frequentemente servem como centros comunitários que fomentam o engajamento cívico e a solidariedade entre os moradores. Esse tipo de interação não apenas contribui para um ambiente social mais participativo, mas também pode criar redes de apoio cruciais em tempos de crise ou de necessidade (Jesus; Tiriba, 2003; Pelegrini; Narciso Shiki; Shiki, 2015).

Embora pouco comentado, a economia solidária também pode se tornar uma força significativa para a adaptação econômica e a inovação. Em um mundo onde as crises econômicas e as mudanças rápidas nos mercados podem afetar gravemente os negócios convencionais, os empreendimentos solidários tendem a mostrar uma capacidade maior de superação. Por serem mais flexíveis e baseados em modelos de gestão participativa, essas organizações podem responder de forma mais eficaz às necessidades e às demandas locais. Além disso, a economia solidária estimula a inovação tecnológica ao encorajar novos modelos de negócios e novas formas de organização que desafiam as normas estabelecidas e promovem

práticas econômicas justas e sustentáveis (Jesus; Tiriba, 2003; Pelegrini; Narciso Shiki; Shiki, 2015).

A economia solidária representa uma alternativa promissora e necessária ao modelo econômico convencional, oferecendo benefícios significativos em termos de inclusão social, de sustentabilidade e de solidariedade (Albuquerque, 2003; Junges; Campos, 2002). Em um momento de crescente conscientização sobre as desigualdades e os impactos ambientais negativos do modelo econômico tradicional, é fundamental apoiar e expandir iniciativas solidárias. Políticas públicas e práticas empresariais que promovem a economia solidária podem contribuir para um futuro justo, sustentável e inclusivo, refletindo um compromisso com o bem-estar coletivo e a conscientização do trabalhador sobre sua condição no mundo.

2.2.1 As possibilidades e os limites da autogestão, da cooperação e do associativismo na economia solidária

Édi Benini e Elcio Benini (2010) compreendem que a emergência das organizações coletivas dos trabalhadores com finalidades socioeconômicas tem ganhado destaque na atual conjuntura econômica. Tais organizações visam, primordialmente, à geração de trabalho e renda, e possuem como característica essencial a ausência de um proprietário tradicional. Nesse modelo, os trabalhadores são, simultaneamente, donos e gestores dos meios de produção, caracterizando a organização como autogestionária e solidária. Este texto analisa a viabilidade e as contradições desse modelo no contexto capitalista.

Édi Benini e Elcio Benini (2010) demonstram que as organizações autogestionárias têm como objetivo imediato proporcionar uma alternativa ao sistema capitalista tradicional, no qual a presença de um proprietário é a norma. Nesses empreendimentos, os trabalhadores, ao se tornarem donos dos meios de produção, também assumem a responsabilidade pela gestão, implementando um modelo de trabalho baseado na autogestão. Este sistema promete uma estrutura de trabalho mais igualitária e participativa, afastando-se da hierarquia tradicional do capitalismo.

No entanto, a ideia de autogestão enfrenta críticas substanciais. Ferraz e Dias (2008), apud Benini e Benini (2010), argumentam que, no contexto da economia solidária, o conceito de autogestão tende a se diluir, tornando-se uma forma de gestão participativa e democrática que visa melhorar a eficácia econômica e a eficiência produtiva. Embora o conceito de autogestão carregue uma promessa de emancipação, na prática, muitas vezes se reduz a uma gestão que, embora democrática, não questiona profundamente as estruturas do capitalismo.

Édi Benini e Elcio Benini (2010) explicam que a economia solidária, ao proporcionar um espaço para práticas autogestionárias, não só envolve dimensões sociais e culturais, mas também busca gerar alternativas econômicas viáveis. No entanto, essas práticas frequentemente se limitam a ajustes dentro do sistema capitalista existente. A “autogestão solidária” pode ser vista como uma tentativa de formar novas relações produtivas sem a figura do proprietário, mas enfrenta a dificuldade de se destacar significativamente das práticas capitalistas dominantes. Assim, Édi Benini e Elcio Benini (2010) esclarecem que o capitalismo é caracterizado pela reificação do trabalho, no qual trabalhadores vendem sua força de trabalho e os proprietários acumulam lucro. As iniciativas de economia solidária e autogestão surgem como uma resposta a essa dinâmica, mas é necessário questionar se essas iniciativas são verdadeiramente revolucionárias ou apenas uma adaptação do capitalismo que busca sobreviver em um contexto de crise.

A contradição principal reside na inserção dos empreendimentos autogestionários dentro do capitalismo (Édi Benini; Elcio Benini, 2010). Embora tais empreendimentos proponham um modelo alternativo, eles continuam a operar segundo as regras do mercado capitalista. Isso pode levar a uma situação em que a autogestão se torna uma forma de adaptação, não uma transformação fundamental das relações de trabalho. Portanto, é essencial avaliar se esses empreendimentos realmente desafiam o sistema ou se apenas ajustam sua forma de operação dentro das condições vigentes.

Os empreendimentos autogestionários são frequentemente vistos como uma forma de resistência ao capitalismo, mas sua capacidade de superar a alienação do trabalho é limitada. A estrutura dessas iniciativas, muitas vezes, mantém a propriedade privada dos meios de produção e opera dentro das lógicas de mercado. Dessa forma, mesmo quando são autogeridos, eles enfrentam limitações significativas para criar um sistema econômico verdadeiramente alternativo (Édi Benini; Elcio Benini, 2010).

Édi Benini e Elcio Benini (2010) apresentam como é importante distinguir entre a utopia do cooperativismo e a prática real dos empreendimentos solidários. Enquanto o cooperativismo tem princípios autogestionários, os meios organizacionais e institucionais frequentemente usados para implementá-lo podem ser mais conservadores do que o ideal proposto. A diferença entre o ideal e a prática pode influenciar a capacidade dos empreendimentos solidários de se desviar significativamente do capitalismo tradicional.

A economia solidária, muitas vezes, se reduz a uma forma de resistência ao desemprego e à precarização, sem necessariamente desafiar as estruturas fundamentais do capitalismo. As cooperativas, por exemplo, podem adotar práticas burocráticas e hierárquicas que limitam sua

capacidade de oferecer uma alternativa real ao sistema econômico dominante (Édi Benini; Elcio Benini, 2010).

Édi Benini e Elcio Benini (2010), em estudos sobre cooperativas e economia solidária, sugerem que, embora essas iniciativas possam oferecer uma certa autonomia e um espaço para práticas de solidariedade, elas frequentemente permanecem limitadas por estruturas econômicas e organizacionais que não questionam profundamente a propriedade privada e a lógica do valor de troca. A autogestão, nesse contexto, tende a ser mais uma forma de gestão interna do que uma transformação radical do sistema produtivo.

Édi Benini e Elcio Benini (2010) afirmam que, diante das limitações identificadas, é necessário um projeto político que vá além do capital. Esse projeto deveria incluir novas formas de organização econômica e social que visem a uma superação mais efetiva das limitações do modelo capitalista. A integração de empreendimentos solidários, redes de apoio e políticas públicas pode ser um caminho para fortalecer essas práticas e potencializar suas capacidades transformadoras.

Para Édi Benini e Elcio Benini (2010), a análise das contradições e limitações dos empreendimentos solidários deve levar a uma reflexão mais ampla sobre a possibilidade de criar um novo paradigma econômico. Se esses empreendimentos forem capazes de desenvolver uma consciência crítica coletiva e identificar os mecanismos de dominação do capital, podem contribuir para a formação de uma base histórica para novos enfrentamentos e transformações sociais.

Sendo assim, Édi Benini e Elcio Benini (2010) ponderam que, enquanto a economia solidária oferece possibilidades para práticas alternativas e autogestionárias, é crucial reconhecer que suas limitações estruturais e a necessidade de um projeto político mais abrangente são fatores determinantes para avaliar seu verdadeiro potencial emancipatório. A luta por uma economia solidária mais eficaz exige uma reflexão contínua sobre suas práticas e um esforço para superar as contradições que ainda permeiam esse modelo.

Lacerda (2018) aponta que o histórico de intervenções da racionalidade moderna nas comunidades tradicionais da Amazônia tem causado graves prejuízos às comunidades indígenas e ribeirinhas. Essas intervenções, geralmente motivadas por desrespeito às culturas nativas, assistencialismo político-partidário e exploração mercantil da selva, resultaram na desagregação do tecido social dessas comunidades. A perda de coesão comunitária, a monetarização das relações interpessoais, o abandono das práticas tradicionais de ajuda mútua, a perda de soberania territorial e a degradação ambiental são alguns dos efeitos negativos desse fenômeno. Diante desse cenário, surgem, como alternativas viáveis, práticas pautadas pela

cooperação, solidariedade e autogestão, que podem ser ferramentas importantes para a construção das estruturas locais e para a emancipação social das comunidades.

A cooperação, conforme descrito, é um ato de trabalho conjunto baseado na ajuda mútua para o bem-estar coletivo (Lacerda, 2018). Nas comunidades tradicionais da Amazônia, esse conceito se manifesta por meio do “Ajuri”, um termo que se refere a ações organizadas e em grupo, geralmente lideradas por uma figura socialmente reconhecida e não intermediadas pela remuneração. O Ajuri, portanto, representa uma forma de cooperação que ainda mantém o caráter gratuito e coletivo, voltada para o bem comum da comunidade, como atividades de limpeza e organização de eventos. Esse tipo de cooperação é uma estratégia vital para a sobrevivência e a reprodução da vida comunitária, mas tem sido enfraquecida pela monetarização e pelos desafios impostos por intervenções externas.

Para Lacerda (2018), a solidariedade nas comunidades amazônicas se diferencia da filantropia tradicional, que muitas vezes é motivada por um altruísmo de classes burguesas. Em vez disso, a solidariedade nessas comunidades é uma prática que se fundamenta em laços afetivos e no pertencimento a um território ou universo cultural comum. Como Gabriel, da comunidade ribeirinha de São Gabriel, observa, a solidariedade é mais um sentimento do que uma ação calculada, e se manifesta como um apoio mútuo desinteressado, sem expectativas de reciprocidade direta. Esse tipo de solidariedade, que se limita, muitas vezes, a relações de proximidade, como parentesco e vizinhança, não necessita de uma estrutura organizacional formal e é praticado de forma espontânea.

A autogestão é um conceito que prioriza a democracia direta e a participação coletiva nas decisões. Nas comunidades ribeirinhas, como exemplificado por Juarez, da comunidade São José, a assembleia ou reunião é um espaço onde todos os membros podem participar e expressar suas opiniões. Esse processo, apesar de ser coordenado por uma liderança legitimada, busca envolver toda a comunidade nas decisões que afetam suas vidas. A autogestão, portanto, se manifesta em reuniões periódicas, nas quais a participação de todos é essencial e as decisões são tomadas por maioria. Essa prática visa excluir a figura centralizada do mandatário, promovendo um ambiente mais democrático e participativo.

Lacerda (2018) coloca que a análise das práticas de cooperação, solidariedade e autogestão revela que essas abordagens apresentam um papel crucial na resistência e na recuperação das comunidades tradicionais diante dos impactos negativos das intervenções modernas. A cooperação, quando baseada no Ajuri, e a solidariedade, fundamentada em vínculos afetivos e na ajuda mútua espontânea, contribuem para a coesão e o bem-estar da comunidade. A autogestão, por sua vez, promove um ambiente democrático em que todos os

membros têm voz e participação nas decisões, fortalecendo a estrutura social e organizativa das comunidades.

Essas práticas, quando implementadas de maneira consistente e respeitosa das tradições locais, podem auxiliar na reconstrução das estruturas sociais enfraquecidas e na promoção da emancipação social. A cooperação, a solidariedade e a autogestão não só ajudam a preservar as práticas culturais tradicionais, mas também fornecem uma base para a construção de uma autonomia sustentável e a recuperação da coesão comunitária perdida. Assim, essas práticas oferecem um caminho para a reconstrução e o fortalecimento das comunidades tradicionais na Amazônia, proporcionando uma alternativa viável e respeitosa às intervenções externas que têm causado tanto dano (Lacerda, 2018).

Albuquerque (2003) demonstra que o associativismo, em um sentido amplo, refere-se ao processo pelo qual indivíduos ou grupos se reúnem de forma regular para atender a demandas comuns. Esse processo é caracterizado pela pluralidade, buscando consenso sobre divergências e baseando suas decisões em princípios éticos, sem pretensão de verdade absoluta. O associativismo é, portanto, uma prática social situada historicamente que visa à autonomia coletiva, qualificando a cooperação entre pessoas por meio de valores como reciprocidade, confiança, pluralidade e respeito mútuo (Albuquerque, 2003).

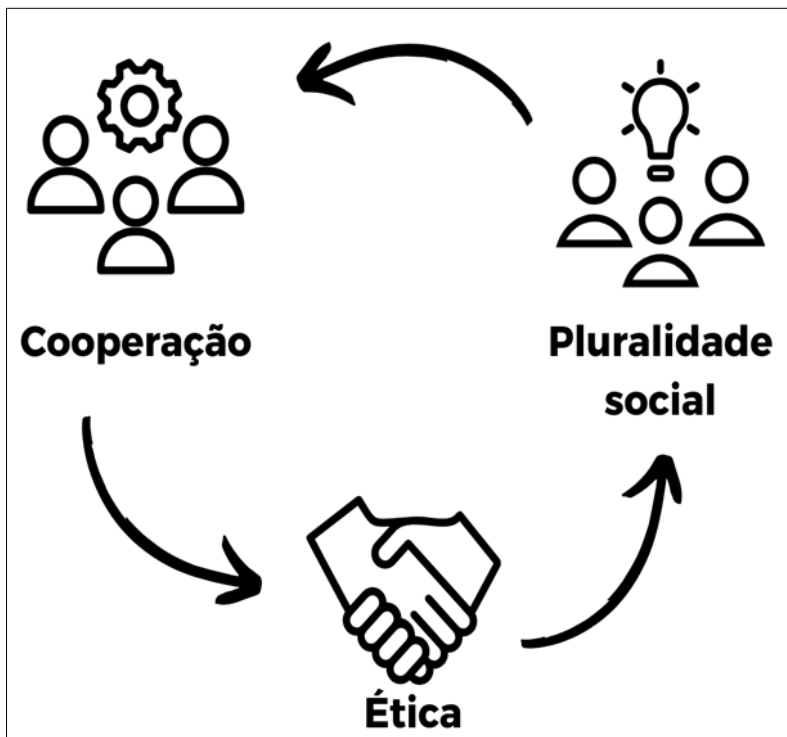
Nesse contexto, Albuquerque (2003) demonstra que o associativismo é visto como uma prática democrática. A qualidade e o caráter associativo se evidenciam nas operações realizadas entre pessoas e/ou grupos, refletindo um modo de exercício da cidadania. Independentemente dos resultados alcançados ou da maneira como os membros estão agrupados, o associativismo constitui uma prática democrática essencial para a convivência em sociedade.

Para Albuquerque (2003), o associativismo se caracteriza por um modo de agir coletivo no qual os princípios da ação social são formados na experiência concreta do grupo. Ele envolve um conjunto de ações realizadas por pessoas mobilizadas por um projeto comum, geralmente sem fins lucrativos. Essas ações buscam superar dificuldades por meio da cooperação e da construção de critérios mais gerais e universais, valorizando a autonomia dos indivíduos e a consideração do outro como alguém capaz de tomar decisões.

A essência do associativismo transcende a simples celebração de um contrato mútuo entre pessoas. Ele se fundamenta na repartição de ganhos e na união de esforços para implementar um tipo de ação social diferente, que valoriza a cooperação qualificada. Esse tipo de cooperação se baseia em princípios éticos e morais que reconhecem a autonomia e a capacidade de decisão dos indivíduos envolvidos (Albuquerque, 2003).

Albuquerque (2003) aponta que três dimensões essenciais do associativismo podem ser identificadas. A primeira recusa a lógica economicista, que reduz o comportamento humano à busca do lucro máximo e à prática cooperativa como um meio de obter ganhos egoístas. A segunda destaca a necessidade de compreender a cooperação como um espaço social plural e não apenas instrumental. A terceira dimensão enfatiza a interdependência ética e a fragilidade da cooperação, reconhecendo que falhas podem ocorrer independentemente dos propósitos.

Imagem 3 – Esquema “as dimensões da cooperação”, segundo Albuquerque (2023)



Fonte: elaborado pela autora (2025)

Para Albuquerque (2003), existem dois tipos de cooperação no associativismo. A cooperação “instrumentalizante” ou “narcisa”, que é mais frágil e pautada pela lógica de trocas de mercado, e a cooperação “qualificada” ou “recíproca”, que tende a ser mais complexa e dependente de reciprocidade, de confiança e de respeito mútuo. Ambos os tipos são constitutivos do associativismo e refletem a ressignificação de um processo fundamental na vida social. Albuquerque (2003), ainda, explica que o associativismo é tradicionalmente compreendido a partir de uma perspectiva normativa que reduz a complexidade do processo associativo aos objetivos ou às razões de agrupamento das pessoas. A organização de grupos para atender necessidades comuns e melhorar condições de vida é vista como um espaço de resistência e de representação, envolvendo diversas formas organizacionais.

Diversas modalidades de organização associativa incluem associações filantrópicas, associações de moradores, associações de defesa da vida, associações culturais e desportivas, associações de classe e associações de trabalho. Cada uma dessas modalidades possui características distintas e atende a diferentes necessidades sociais, econômicas e culturais (Albuquerque, 2003). O associativismo é, portanto, uma prática cidadã que reflete a tentativa de ocupação de espaços públicos e o estabelecimento de um tipo de sociabilidade fundamentado na solidariedade e no controle democrático. As estratégias sociais envolvidas incluem eleição para cargos, controle de baixo para cima e transparência pública (Albuquerque, 2003).

Albuquerque (2003) esclarece que, independentemente do ângulo de análise, o associativismo deve ser entendido como um processo pelo qual a sociedade civil tenta gerenciar o bem comum através da participação democrática e da argumentação. Ele projeta um modelo de regulação alternativo que integra espaços econômicos, sócio-políticos e culturais em uma perspectiva mais ampla. Assim, o referido autor afirma que o associativismo oferece um modelo de regulação alternativo ao se fundamentar na prática da cidadania e na promoção de modos plurais de atuação. Ele propõe uma interação mais ampla entre diferentes esferas da vida social e pode servir como um modelo para uma “outra economia”, que valoriza a cooperação e a solidariedade como princípios fundamentais.

Sobre a autogestão, Albuquerque (2003) entende que esse conceito abrange uma gama de práticas sociais, políticas e econômicas, destacando-se por seu caráter democrático e horizontal na tomada de decisões. Em termos amplos, refere-se a um sistema em que o poder é compartilhado entre todos os membros de um coletivo, permitindo uma autonomia significativa e uma colaboração mais equitativa. Esta abordagem não se limita a um tipo específico de organização ou atividade, mas se manifesta de diferentes formas de estrutura e de prática que priorizam relações sociais mais igualitárias.

A autogestão é multifacetada, envolvendo dimensões sociais, econômicas, políticas e técnicas (Albuquerque, 2003). Em sua dimensão social, a autogestão é vista como um processo coletivo que busca criar ações e resultados que beneficiam a todos os envolvidos, reforçando a ideia de que o trabalho em grupo pode levar a soluções mais eficazes e mais justas. No aspecto econômico, a autogestão desafia o enfoque tradicional no capital e destaca a importância do trabalho, favorecendo práticas que priorizam o valor do esforço humano sobre o lucro. Do ponto de vista político, por sua vez, a autogestão se baseia em sistemas de representação e de tomada de decisão que promovem a construção coletiva e o poder compartilhado. Isso garante que todas as vozes sejam ouvidas e que o equilíbrio de forças seja mantido, permitindo um ambiente mais democrático e inclusivo. Em termos técnicos, a autogestão sugere novas formas de organizar e

dividir o trabalho, o que pode levar a maior eficiência e inovação nas práticas produtivas (Albuquerque, 2003). Ainda, Albuquerque (2003) sinaliza que, embora o conceito de autogestão tenha se popularizado com o avanço das técnicas de administração, sua definição permanece imprecisa e ambígua. Frequentemente associado a processos produtivos, o termo é utilizado para descrever tanto práticas industriais quanto fenômenos políticos. Essa ambiguidade pode levar à confusão entre a autogestão como uma técnica de gestão e a sua natureza como um fenômeno social e político mais amplo.

De acordo com Albuquerque (2003), historicamente, a autogestão não é uma inovação recente. Ela tem sido uma característica de várias experiências ao longo do tempo, desde os falanstérios e a Comuna de Paris, até os soviets da Revolução Russa e suas propostas anarquistas. No entanto, seu uso generalizado e seu reconhecimento aumentaram especialmente na segunda metade do século XX, refletindo o acúmulo de práticas históricas e a necessidade de alternativas ao modelo capitalista tradicional. Para Albuquerque (2003), essa diversidade de concepções é notável, e a falta de uma definição geral reflete a complexidade do conceito. Desde suas origens, a autogestão tem sido associada a lutas dos trabalhadores e a movimentos operários, sugerindo que ela é mais do que uma técnica de gestão: é uma prática social e política que se constrói e é legitimada historicamente. Por essa razão, entender a autogestão envolve mais do que um exercício de inventário histórico. É necessário analisar como as práticas sociais e organizacionais evoluem e como se relacionam com o contexto socioeconômico e político (Albuquerque, 2003). A transformação contínua da produção e a globalização têm exigido novos modos de organização do trabalho, o que inclui uma revisão crítica da autogestão.

Segundo Albuquerque (2003), no contexto atual, a autogestão ressurge como uma resposta aos desafios impostos pela reestruturação produtiva e pelo desemprego crescente. Ela é vista tanto como uma solução para salvar empresas da falência quanto como uma proposta ideológica para a transformação social. Esse ‘dualismo’ destaca a complexidade do conceito e sua relevância, tanto para a prática econômica quanto para a mudança política, pois a autogestão tem uma dimensão social significativa, como destacado por Massimo Folins, que a vê como uma forma de organização que transcende a apropriação privada da mais-valia e mantém a livre iniciativa. No entanto, essa perspectiva pode obscurecer o caráter crítico e inovador da autogestão, focando excessivamente no aspecto técnico e gerencial.

Com a globalização e a introdução de novas tecnologias, a autogestão tem sido integrada às práticas modernas de gestão, frequentemente reduzida a uma técnica de gestão que visa a aumentar a produtividade e a eficácia organizacional. Isso pode desviar a atenção de seu potencial como uma prática radical e transformadora que busca modificar as relações sociais e

de trabalho. Dessa forma, Albuquerque (2003) afirma que a crítica à autogestão como mera técnica de gestão revela a necessidade de uma compreensão mais profunda e holística do conceito, devendo ser vista como uma prática social que pode desafiar e modificar as normas estabelecidas, oferecendo uma alternativa ao modelo capitalista dominante e promovendo uma reapropriação do poder decisório pelas coletividades. Na visão de Albuquerque (2003), a autogestão, enquanto conceito e prática, é essencial para a “outra economia” e a economia solidária, pois representa uma forma de ação coletiva que busca transformar a sociedade pela cooperação qualificada e pela autonomia decisória. A prática de autogestão, portanto, vai além da simples organização do trabalho, refletindo um esforço contínuo para criar uma sociedade mais justa e equitativa.

Almeida (2014) explica que a autogestão é um conceito fundamental dentro das discussões sobre organização do trabalho e poder coletivo. Ela se refere à estrutura em que o poder de decisão é exercido diretamente pelos próprios membros da organização, sem a necessidade de um corpo separado de gestores especializados. Isso significa que, na autogestão, não há uma administração hierárquica tradicional, dando lugar às decisões coletivas, refletindo uma forma de organização igualitária e participativa. Esta ideia está profundamente enraizada nos ideais socialistas e no movimento operário, surgindo como uma resposta à gestão capitalista tradicional, em que o poder e o controle sobre o trabalho são detidos pelos proprietários e administradores externos (Albuquerque, 2003).

Como descrito por Almeida (2014), o surgimento da autogestão é amplamente relacionado com o capitalismo que, ao buscar incessantemente a valorização do capital e o aumento da produtividade, cria um terreno fértil para a emergência de ideias autogestionárias. Segundo Marx (2009), o capitalismo promove o progresso das forças produtivas e a inovação tecnológica, mas também intensifica a exploração dos trabalhadores, forçando-os a produzir mais sem um aumento proporcional em seus salários. A busca incessante por mais-valia, seja através da extensão da jornada de trabalho ou da introdução de novas tecnologias, demonstra a necessidade do capitalismo em maximizar a produtividade e a exploração, o que, paradoxalmente, fomenta a reflexão e a busca por alternativas como a autogestão.

Na opinião de Almeida (2014), a crítica marxista ao capitalismo também aponta para a questão da ‘heterogestão’, em que os trabalhadores são submetidos a um controle externo e rígido, sem acesso ao controle sobre seus próprios meios de produção ou os frutos do processo de trabalho. Esse sistema de gestão externa não apenas intensifica a exploração, mas também é um reflexo das contradições e das limitações do capitalismo. As medidas de heterogestão que visam a aumentar a eficiência e a produtividade também perpetuam a alienação dos

trabalhadores, que se tornam instrumentos dentro da máquina produtiva, sem uma real participação nas decisões que afetam suas vidas e suas condições de trabalho.

Almeida (2014) também irá pautar historicamente, como a autogestão tem sido uma aspiração do movimento operário desde o século XIX, surgindo como uma alternativa à exploração e à desigualdade inerentes ao capitalismo. A luta pela autogestão está intimamente ligada ao socialismo, uma vez que a plena socialização dos meios de produção é vista como crucial para a realização desse modelo de gestão. No entanto, a história mostra que o movimento operário foi dominado por outras correntes ideológicas, como o comunismo e a social-democracia, que, embora tenham integrado aspectos da autogestão em suas plataformas, não a adotaram plenamente. A análise da autogestão, portanto, deve considerar seu contexto histórico e material, refletindo as condições sociais e econômicas que moldaram e continuam a moldar suas propostas e suas práticas.

Junges e Campos (2022) refletem sobre como o associativismo emerge como um conceito crucial para a compreensão das dinâmicas de cooperação e de solidariedade em diversas esferas sociais. De acordo com Morais e Moura (2020), o associativismo é caracterizado pelo protagonismo local, em que as iniciativas são moldadas pelas necessidades e pelos interesses das comunidades, refletindo uma ação solidária e uma participação cidadã. Esse modelo de organização é visto como uma forma eficaz de enfrentar problemas locais, promovendo a interação e a colaboração entre indivíduos para alcançar objetivos comuns. Através da união de esforços e experiências, o associativismo não apenas melhora a qualidade de vida dos participantes, mas também contribui para o crescimento e o empoderamento comunitário.

Historicamente e socialmente, o associativismo tem desempenhado um papel fundamental no desenvolvimento das sociedades, como destacado por Hülse e outros (2019). Ao longo da história, o associativismo possibilitou que os indivíduos alcançassem objetivos que seriam impossíveis de forma desarticulada. Por isso, o associativismo atua em várias dimensões (econômica, social, ambiental e política) promovendo um ambiente em que a troca de experiências e a convivência coletiva favorecem o desenvolvimento e o progresso. Em outras palavras, ele se apresenta como um mecanismo para fomentar melhorias na qualidade de vida e promover a inserção social através da colaboração e do apoio mútuo (Hülse *et al.*, 2022).

Leonello e Cosac (2009 *apud* Junges; Campos, 2022), confirmam que a lógica subjacente ao associativismo é a união de indivíduos com interesses comuns, o que é essencial para a melhoria das condições de vida e o desenvolvimento local. Eles ressaltam que o associativismo visa a concretizar demandas sociais por meio da autonomia e da cooperação,

criando uma estrutura em que a solidariedade se torna o motor do progresso. Esse modelo ajuda não apenas na obtenção de renda e de sobrevivência, mas também promove um senso de comunidade e de pertencimento. O associativismo, portanto, se revela como um meio para enfrentar desigualdades e para promover mudanças sociais significativas ao unir pessoas a partir de objetivos compartilhados.

Junges e Campos (2022) destacam que, além de promover a cooperação e a solidariedade, o associativismo também é um reflexo da democracia e da igualdade entre os membros da associação. Esse modelo democrático fortalece os valores coletivos e individuais, permitindo que as decisões sejam tomadas de maneira conjunta e participativa. O associativismo fomenta a construção de confiança e de reciprocidade entre os membros, aspectos essenciais para o sucesso e a sustentabilidade das ações coletivas. Por conseguinte, a ação coletiva, sustentada por princípios de solidariedade e de cooperação, torna-se uma ferramenta eficaz para promover a justiça social e a emancipação, contribuindo para avanços sociais significativos.

Jesus e Tiriba (2003) consideram que o conceito de cooperação é central para compreender a dinâmica de trabalho e de interação entre indivíduos dentro de um coletivo. O termo “cooperação” carrega consigo um significado semântico de ação conjunta e movimento coletivo, distinguindo-se da perspectiva individualista. O primeiro aspecto a ser considerado é o entendimento de cooperação como ação e movimento. Na sua essência, a cooperação envolve a disposição de trabalhar em comum, demonstrando um empenho compartilhado em empreendimentos coletivos. Este esforço coletivo é resultado não apenas da colaboração, mas também de uma representação e de uma visão compartilhada de mundo e de ser humano. Cada participante contribui para o sucesso do empreendimento, cujo sucesso depende da participação ativa de todos.

Jesus e Tiriba (2003) afirmam que, ao se considerar a cooperação enquanto movimento, é possível observar um paralelo com a história da humanidade. Nas primeiras civilizações, a vida coletiva era a norma e o grupo fornecia proteção e meios materiais para a sobrevivência – apesar da falta de direitos individuais e da prevalência do abuso de poder por parte das elites. Jesus e Tiriba (2003) alegam que o retorno ao coletivo pode ser impulsionado tanto pelo progresso técnico quanto pelas condições sociais criadas pelo capitalismo. O desenvolvimento das associações, como o sindicalismo, o socialismo político e a cooperação, emerge como resposta à necessidade de unir forças para enfrentar as adversidades. Assim, a cooperação se torna uma ferramenta importante na luta dos trabalhadores por melhores condições e uma participação mais equitativa nos frutos do trabalho.

Jesus e Tiriba (2003) explicam que na perspectiva marxista acrescenta uma dimensão crítica à compreensão da cooperação. Marx (2009) vê a cooperação como uma forma de trabalho em que muitos trabalhadores colaboram de acordo com um plano, resultando uma força produtiva coletiva que é superior à soma das forças individuais. A cooperação, para Marx (2009), não é apenas uma maneira de organizar o trabalho, mas uma característica fundamental do processo de formação humana, pois está para além soma das capacidades individuais, criando uma nova força produtiva social. No entanto, a cooperação no capitalismo é muitas vezes manipulada para servir ao interesse do capital, transformando-a em uma forma de produzir mais-valia.

Jesus e Tiriba (2003) utilizam-se do argumento de que Marx (2009) distingue entre diferentes formas de cooperação, a saber: i) *aquela fundamentada na propriedade comum dos meios de produção*; e ii) *aquela baseada na servidão ou assalariamento*. No capitalismo, a cooperação é dirigida para a maximização do lucro e para a produtividade do capital, muitas vezes resultando em uma “cooperação passiva”, em que os trabalhadores são subordinados a uma autoridade externa. As inovações tecnológicas e organizacionais, como a taylorista-fordista e a toyotista, ilustram essas dinâmicas de cooperação que, apesar de oferecerem formas de participação mais democrática, ainda permanecem sob a influência dominante do capitalista. De acordo com Jesus e Tiriba (2003), a análise das motivações por trás da cooperação revela uma tensão entre interesses individuais e coletivos. Enquanto alguns veem a cooperação como uma escolha racional para maximizar benefícios pessoais, outros argumentam que valores como solidariedade e democracia econômica desempenham um papel crucial. A visão neoliberal ou utilitário-monetarista tende a reduzir a cooperação a um cálculo de interesses pessoais, negligenciando a dimensão moral e ética que pode inspirar a participação em empreendimentos cooperativos. Portanto, compreender as motivações dos trabalhadores para a cooperação é fundamental para o sucesso de tais empreendimentos.

Na prática das associações cooperativas, segundo Jesus e Tiriba (2003), os motivos que levam alguém a cooperar podem variar. Muitas vezes, a participação é movida por interesses individuais que se alinham com objetivos coletivos, como o acesso a recursos ou a oportunidades que seriam inacessíveis individualmente. Por outro lado, o engajamento em cooperativas também pode ser impulsionado pela consciência de contribuir para o bem-estar coletivo e para a construção de uma economia mais justa. Assim, a cooperação como ação e movimento é crucial para o sucesso e a sustentabilidade de empreendimentos coletivos.

A relação entre cooperação e o movimento dos trabalhadores é complexa e varia significativamente entre diferentes contextos. Para Jesus e Tiriba (2003), o sucesso das

cooperativas em contextos periféricos pode ser prejudicado pela falta de integração com movimentos sociais existentes e pela dificuldade em adaptar os princípios cooperativos às condições locais. Jesus e Tiriba (2003), ainda, elucidam que os desafios enfrentados pelos processos cooperativos no século XXI são diversos. A crise do emprego e a proliferação de empreendimentos econômicos autogeridos levantam questões sobre a viabilidade e a eficácia da cooperação como modelo econômico. Portanto, é crucial que os trabalhadores e os pesquisadores discutam e reflitam sobre as concepções e sobre as práticas de cooperação considerando as dificuldades e as potencialidades das associações cooperativas. O objetivo é de criar condições que permitam à cooperação transcender a lógica do mercado e do individualismo, promovendo uma prática social que fortaleça a autonomia e a dignidade dos trabalhadores. Não ao acaso, a cooperação, seja como ação, seja como movimento, representa um aspecto fundamental da interação social e econômica. A compreensão das suas dimensões históricas, teóricas e práticas é essencial para explorar seu potencial como uma alternativa ao modelo capitalista dominante e para construir uma economia mais inclusiva e equitativa (Jesus; Tiriba, 2003).

Horta (2015) considera que para entender a importância das práticas associativas na história das classes trabalhadoras, é fundamental reconhecer que elas não são um fenômeno recente, mas sim uma parte essencial da identidade dessa classe. Desde o início, essas práticas, que incluem atividades beneficentes e de apoio a trabalhadores em dificuldades, têm sido um reflexo da necessidade de solidariedade e de cooperação entre os trabalhadores. No Brasil e em outros países, essas iniciativas mostram a persistente busca dos trabalhadores por suporte mútuo e pela construção de uma rede de apoio em tempos de crise. Para tanto, Horta (2015) exemplifica que, na França, o mutualismo inspirou movimentos filantrópicos e socialistas, influenciando pensadores como Charles Fourier e Joseph Proudhon, que desafiaram o individualismo liberal e promoveram ideais humanistas. Essas ideias foram influenciadas por sociedades similares na Grã-Bretanha, conhecidas como *friendly societies*, que ajudaram a moldar os sistemas adotados na França. Esse processo evidencia como as práticas associativas sustentam não apenas a solidariedade, mas também alimentam teorias que buscam um modelo justo e coletivo de organização social.

No Brasil, o mutualismo teve um impacto significativo nas duas maiores cidades, Rio de Janeiro e São Paulo, especialmente no final do século XIX e início do XX. Essas práticas associativas, adaptadas às condições locais, mostraram-se fundamentais na formação e na resistência da classe trabalhadora. Assim, as práticas associativas promovem solidariedade e são uma forma de resistência e de construção da identidade de classe, que permitem a integração

das lutas nos diferentes aspectos da vida dos trabalhadores, reforçando a importância da solidariedade na construção e na continuidade da resistência social (Horta, 2015).

2.2.2 A importância das cooperativas no trabalho com a terra

Pelegri, Narciso Shiki e Shiki (2015) explicam que a literatura que analisa o papel das cooperativas nos países em desenvolvimento destaca a importância estratégica dessas instituições para o sucesso das políticas de desenvolvimento rural. Desde o início, o desenvolvimento cooperativo tem sido considerado uma prioridade nos processos de crescimento econômico e social. As agências internacionais, os governantes dos países em desenvolvimento, os planejadores e os pesquisadores têm enfatizado o papel da cooperação e das instituições cooperativas na intensificação do desenvolvimento rural. Isso se deve à capacidade dessas organizações de promover a colaboração e o fortalecimento comunitário, o que é essencial para alcançar um desenvolvimento sustentável.

No entanto, Pelegri, Narciso Shiki e Shiki (2015) defendem que os valores e os objetivos das cooperativas têm mudado ao longo do tempo, refletindo os discursos e as estratégias de desenvolvimento global. Embora as cooperativas tenham sido inicialmente vistas como um meio para promover a colaboração e a melhoria das condições de vida rural, a sua função evoluiu para se ajustar às necessidades e exigências dos contextos econômico e social em constante transformação. Essa evolução destaca a flexibilidade das cooperativas, mas também levanta questões sobre sua eficácia em diferentes cenários de desenvolvimento.

O processo de modernização da agricultura no Brasil, desde meados do século XX, exemplifica a integração das cooperativas na estrutura produtiva moderna. A constituição de complexos agroindustriais, a disponibilização de crédito rural e a implantação de sistemas de pesquisa agropecuária foram fundamentais para a modernização da agricultura. Instituições como a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) desempenharam um papel crucial na geração e na adaptação de tecnologias agrícolas, o que contribuiu para o crescimento da produtividade e a transformação da agricultura brasileira em um setor altamente tecnificado (Pelegri; Narciso Shiki; Shiki, 2015).

Pelegri, Narciso Shiki e Shiki (2015) demonstram que, durante as décadas de 1970 e 1980, a agricultura brasileira passou por um extraordinário desenvolvimento, impulsionado por inovações nas biotecnologias, na microeletrônica e na automação. Esse processo modernizou a agricultura, mas também consolidou uma estrutura fundiária que muitas vezes favoreceu práticas tecnológicas avançadas em detrimento de métodos tradicionais. Assim, enquanto

algumas áreas se beneficiaram da modernização, outras permaneceram excluídas, continuando a operar com práticas agrícolas menos produtivas e mais rudimentares.

As cooperativas agrárias, inseridas nessa estrutura agroindustrial, têm enfrentado críticas por sua conformidade com o modelo capitalista. Segundo Pelegrini, Narciso Shiki e Shiki (2015), elas frequentemente se comportam como empresas capitalistas, subordinando a lógica cooperativa aos interesses da cadeia de produção agroindustrial, o que levanta a questão de até que ponto as cooperativas realmente promovem a solidariedade e a cooperação, ou se acabam servindo para reforçar o status quo do sistema agroindustrial. Contrapõe-se a essa visão a perspectiva de alguns teóricos contemporâneos que atribuem à estagnação econômica e ao subdesenvolvimento das áreas rurais a deficiências na organização social, local e regional. Para esses Pelegrini, Narciso Shiki e Shiki (2015), a cooperação e a participação comunitária são elementos cruciais para o desenvolvimento endógeno. Nesse contexto, as cooperativas e as associações são vistas como instrumentos importantes para promover a solidariedade e o desenvolvimento sustentável, desafiando a visão negativa predominante em alguns setores.

Para Pelegrini, Narciso Shiki e Shiki (2015), nos últimos anos, houve um aumento na criação de associações e cooperativas, impulsionado pela crença de que essas organizações podem ter efeitos positivos significativos a nível local e regional. A cooperação entre produtores rurais, por meio de associações e de cooperativas, tem sido considerada uma estratégia promissora para a transferência de tecnologias inovadoras e para a comercialização conjunta de produtos. Esse modelo participativo valoriza o potencial endógeno das comunidades e pode contribuir para o desenvolvimento nacional e global. Nesse sentido, Pelegrini, Narciso Shiki e Shiki (2015) afirmam que as associações e as cooperativas frequentemente desempenham um papel que vai além da simples viabilização da produção e do consumo, inserindo grupos e comunidades em um ambiente de cooperação e de educação participativa. Esse ambiente pode ter impactos positivos no desenvolvimento, promovendo a inclusão e a capacidade de autogestão das comunidades. O Programa Economia Solidária, por exemplo, criado pelo Governo Federal do Brasil, em 2003, é um exemplo de iniciativas que buscam fortalecer a economia solidária e o desenvolvimento através da participação e inclusão social.

A descentralização do planejamento e das decisões administrativas, como proposto por Ortega (2008 *apud* Pelegrini; Narciso Shiki; Shiki, 2015), tornou-se uma estratégia importante para o desenvolvimento territorial. Essa abordagem, de baixo para cima, permite a participação das esferas públicas e privadas locais na concepção dos planos de desenvolvimento, contrastando com o modelo centralizado tradicional. Essa mudança tem facilitado a criação de

fóruns regionais e locais de economia solidária, promovendo uma maior articulação entre os atores institucionais e os membros das redes solidárias.

Pelegrini, Narciso Shiki e Shiki (2015) destacam que apesar dos avanços, as experiências com associações e cooperativas variam amplamente. Alguns locais têm conseguido construir redes de apoio bem-sucedidas, enquanto outros enfrentam dificuldades operacionais e gerenciais. Os desafios incluem a necessidade de coordenação efetiva entre cooperativas e instituições estatais, e a formação de redes de apoio que podem ser essenciais para o sucesso dessas iniciativas. Essas dificuldades destacam a importância de um planejamento participativo e de uma construção gradual do capital social.

Os teóricos Santos e Rodriguez (2005 *apud* Pelegrini, Narciso Shiki e Shiki, 2015) argumentam que é urgente buscar alternativas econômicas e sociais ao modelo dominante. Embora as cooperativas e os empreendimentos de economia solidária tenham se mostrado eficazes em algumas áreas, ainda não se tornaram uma alternativa predominante ao capitalismo. A dificuldade em transformar o cooperativismo em uma alternativa significativa reflete desafios estruturais e operacionais enfrentados por essas organizações. Nessa direção, Pelegrini, Narciso Shiki e Shiki (2015) afirmam que dentro da estrutura cooperativa elementos como a necessidade de decisões democráticas e a busca por investimentos externos podem criar obstáculos. Esses desafios podem impactar a eficácia das cooperativas e sua capacidade de competir com empresas capitalistas. Apesar disso, as cooperativas de trabalhadores têm mostrado um potencial para maior produtividade e maior adequação ao mercado fragmentado, além de promoverem a redução das desigualdades econômicas e benefícios não econômicos para seus membros.

De acordo com Pelegrini, Narciso Shiki e Shiki (2015), a multiplicação das cooperativas e a disseminação do cooperativismo têm sido acompanhados por uma reflexão crítica sobre seu papel e seu impacto. O debate sobre o cooperativismo e a economia solidária no Brasil tem se ampliado, focando na integração dessas práticas no desenvolvimento territorial e na construção de novas formas de sociabilidade. Essa abordagem destaca a importância da cooperação e da participação comunitária no planejamento e na gestão do desenvolvimento, enfatizando a necessidade de um equilíbrio entre crescimento econômico e desenvolvimento social.

Pelegrini, Narciso Shiki e Shiki (2015) sinalizam que as cooperativas e as associações desempenham um papel crucial no desenvolvimento rural, embora enfrentem desafios significativos. O fortalecimento dessas organizações, aliado a um planejamento participativo e descentralizado, pode contribuir para a construção de um desenvolvimento mais equitativo e sustentável. A experiência acumulada e as lições aprendidas devem ser utilizadas para

aprimorar as práticas cooperativas e garantir que elas cumpram efetivamente seu papel no desenvolvimento rural e na promoção da economia solidária.

Gontijo e Paula (2019) refletem sobre a relevância da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) para o debate sobre Economia Solidária (ES) em seu relacionamento com o Estado e o capitalismo. A discussão revela um panorama complexo que envolve tanto as preocupações internas sobre a cooptação quanto as críticas externas à eficácia da ES como alternativa ao sistema capitalista. Para entender essas questões, é essencial analisar os argumentos apresentados e suas implicações.

Primeiramente, segundo Gontijo e Paula (2019), a criação da Senaes e seu reconhecimento como um avanço para a ES são vistos de maneiras distintas. Para alguns, a existência de uma secretaria dedicada à ES simboliza um fortalecimento da economia solidária no Brasil. No entanto, essa proximidade com o aparato estatal também suscita receios, principalmente sobre a possível cooptação da Economia Solidária por políticos para interesses diversos. Essa preocupação é central nas críticas internas, que temem que a aproximação com o Estado possa transformar a Economia Solidária em uma ferramenta de interesses políticos ao invés de um movimento autônomo e transformador.

Para Gontijo e Paula (2019), as críticas internas sobre a cooptação podem ser contextualizadas em duas perspectivas principais. A primeira, apresentada por Schwartzman (1970), sugere que a cooptação ocorre quando lideranças políticas são absorvidas pelo centro do poder, prejudicando a representação social e a ação direta. A segunda perspectiva, proposta por Reis (2020), compreende a incorporação de novas forças sociais no processo político como parte da formação de um mercado político e do fortalecimento da democracia liberal. Essa visão considera que a integração de novos atores pode contribuir para a institucionalização do poder e para a construção de um Estado mais plural.

Além das críticas internas, Gontijo e Paula (2019) acreditam que há críticas externas que questionam o potencial da ES para se afirmar como uma alternativa viável ao capitalismo. Autores como Gaiger e Dagnino (2003;2007) sugerem que a ES pode ser apropriada para fins contrários aos seus princípios, como a precarização das relações de trabalho ou a renúncia a direitos históricos de cidadania. Essas críticas apontam para o risco de que a Economia Solidária, ao ser integrada ao sistema capitalista ou ao aparato estatal, possa ser diluída e perder sua capacidade de promover uma transformação social significativa.

A literatura sobre Economia Solidária distingue duas vertentes principais, a saber: a *crítica* e a *neoliberal*. A ES crítica busca uma transformação social profunda, abordando não apenas aspectos econômicos, mas também políticos, culturais e ambientais. Em contraste, a ES

neoliberal se restringe a aspectos econômicos, focando na geração de trabalho e de renda sem propor mudanças estruturais no sistema capitalista. Essa dicotomia destaca a diferença entre uma abordagem que visa a emancipação através da transformação social ampla e outra que se limita a aspectos econômicos superficiais (Gontijo; Paula, 2019). Além disso, a perspectiva crítica da Economia Solidária enfatiza a importância da autonomia, do diálogo e da argumentação não coercitiva. Essas condições são vistas como fundamentais para a emancipação, que vai além da simples inserção econômica. Em contraste, a perspectiva neoliberal considera a autonomia apenas no âmbito da capacidade econômica e não busca alterar as estruturas sociais existentes. Essa diferença fundamental entre as duas vertentes reflete as variadas abordagens da Economia Solidária em relação à mudança social.

Gontijo e Paula (2019) esclarecem que a proposta da ES é integrar valores como autonomia, solidariedade e cooperação, no que diz respeito à educação e formação. Ainda, de acordo com análises de Gadotti e Singer (2009 *apud* Gontijo; Paula, 2019), a formação deve incluir não apenas conhecimentos técnicos, mas também uma pedagogia que fomente a cultura solidária e a autogestão. A reeducação para a prática da Economia Solidária envolve a vivência e a reflexão teórica, visando a uma mudança de comportamento e a uma nova prática social que sejam consistentes com os princípios da Economia Solidária.

Gontijo e Paula (2019), alegam que a crítica sobre a formação e sobre a educação também está relacionada ao papel da ES na mudança social. Para a ES, a educação deve proporcionar não apenas habilidades técnicas, mas também uma consciência crítica e habilidades de gestão participativa. Esse enfoque busca promover uma visão de mundo que desafie as lógicas capitalistas e que fomente uma nova forma de organização social e econômica.

A discussão sobre a Economia Solidária destaca um processo dialético e paulatino de mudança social. Para Gontijo e Paula (2019), é necessário considerar tanto os aspectos ideológicos quanto os materiais que influenciam a prática da ES. A relação com o Estado e as críticas sobre a cooptação são importantes para entender as limitações e as possibilidades da ES. Manter a autonomia do movimento enquanto se busca disputar espaços e recursos no Estado é crucial para preservar os objetivos transformadores da Economia Solidária.

2.2.3 Os desafios para a emancipação do trabalhador

Cattani (2003) explicita que a expressão ‘emancipação social’ abrange um amplo espectro de princípios e de processos associados a outros conceitos, como autoemancipação

proletária, autogoverno, socialismo, sociedade autogerida e sociedade dos produtores livremente associados. O conceito de ‘emancipação social’ é um processo ideológico e histórico de liberação de comunidades políticas ou de grupos sociais da dependência, da tutela e da dominação nas esferas econômica, social e cultural. Em outras palavras, emancipar-se significa conquistar a plena capacidade civil e cidadã, superando o poder exercido por outros e alcançando maior consciência e autonomia em relação às normas sociais e morais.

Em uma sociedade verdadeiramente emancipada, Cattani (2003) entende que a autonomia é um princípio central. Uma comunidade é considerada emancipada quando suas leis não são impostas de forma repressiva ou paternalista, mas são resultado de um processo democrático e participativo. A autonomia implica que a sociedade não obedeça a regramentos arbitrários ou subjetivos, mas, por outro lado, a uma lei maior orientada pelo bem comum e pelo objetivo universalizante. Na prática, isso se traduz em indivíduos que possuem liberdade plena, pautada pela igualdade, pela reciprocidade de direitos e obrigações, e pelo respeito à diferença e à liberdade do outro.

Contrapõe-se a esse ideal de emancipação social, portanto, as formas de controle que negam a autonomia e a capacidade autônoma das massas (Cattani, 2003). O pensamento elitista, por exemplo, sustenta a ideia de que as desigualdades naturais entre indivíduos justificam a concentração de poder e de riqueza nas mãos dos mais capazes. Nessa visão, as massas são vistas como medíocres e incapazes da auto-organização, sendo necessário que um grupo de líderes direcione a sociedade. Esse elitismo se manifesta tanto em suas formas radicais quanto nas versões mais moderadas e mais contemporâneas, que perpetuam o controle social através de diversos mecanismos.

A primeira variante contemporânea do elitismo é aquela que se disfarça de progressismo (Cattani, 2003). Exemplo disso são as ideias vanguardistas e jacobinas, que, apesar de buscar o bem comum, assumem que as massas são incapazes de desenvolver uma consciência plena de seus interesses. Essas visões muitas vezes se traduzem em regimes autoritários ou em políticas que promovem o bem-estar de forma impositiva, sem considerar a participação efetiva das pessoas envolvidas. Em muitos casos, isso resulta uma concentração de poder em líderes carismáticos ou em políticas que, embora bem intencionadas, não respeitam a autonomia.

A segunda variante desse elitismo é mais explicitamente tutelar, em que a participação autônoma das massas é amplamente rejeitada (Cattani, 2003). Aqui, as elites se colocam como protetoras, defendendo que o povo é incapaz de participar plenamente da vida política e social. Governantes populistas e caudilhos exemplificam essa forma de controle, que pode se desdobrar em práticas assistencialistas e repressivas. Nessa configuração, o objetivo é manter a

subserviência dos indivíduos, muitas vezes através da implementação de políticas que reforçam a dependência das elites.

No contexto contemporâneo, segundo Cattani (2003), a dominação social se apresenta de forma mais difusa e complexa. O controle não se dá apenas por meio de instituições estatais ou figuras de autoridade visíveis, mas por meio do mercado e das relações capitalistas. A teoria neoliberal, por exemplo, promove a ideia de que o mercado, ao regular as diferenças e definir o lugar de cada um, garante a liberdade individual. No entanto, essa visão esconde a verdadeira natureza das relações de poder e da alienação dos trabalhadores, que são levados a crer que sua situação é uma consequência de suas próprias escolhas e capacidades.

A educação, embora tenha um potencial libertário significativo, muitas vezes reforça a dominação social ao internalizar e ao legitimar normas de controle. Nas sociedades de classes, a educação pode ser um mecanismo de perpetuação das desigualdades, mantendo os indivíduos na estrutura hierárquica existente. O desafio é garantir que a educação contribua para a emancipação social, promovendo a consciência crítica e a participação ativa na vida política e social. Nesse sentido, Cattani (2003) argumenta que enfrentar os desafios da emancipação social na contemporaneidade exige uma abordagem multidimensional. É necessário considerar novas questões, como a sustentabilidade ambiental e a luta contra a exclusão global. Além disso, a relação entre trabalho e emancipação deve ser reavaliada, reconhecendo que o objetivo não é abolir o trabalho, mas transformar suas condições opressivas. A sociedade emancipada deve promover um trabalho que permita a realização plena dos indivíduos e que contribua para a construção de um futuro mais justo e igualitário. Assim, a busca pela emancipação social continua sendo uma tarefa desafiadora, mas essencial para a construção de uma sociedade mais livre e autônoma.

Cattani (2003), apresenta uma crítica contundente ao capitalismo, argumentando que seu modelo econômico, que foi inovador em seu surgimento, tornou-se inadequado para as necessidades contemporâneas, necessitando ser superado. O capitalismo, sistema econômico que emergiu no ocidente moderno, revolucionou a produção e expandiu as possibilidades materiais da humanidade. No entanto, ao longo dos últimos séculos, o capitalismo revelou-se como um sistema predatório e desumano que, embora tenha avançado em termos tecnológicos e produtivos, não corresponde mais às necessidades e às potencialidades do tempo presente.

O capitalismo trouxe avanços significativos ao substituir formas primitivas de produção baseadas em despotismos diversos. Com a introdução da racionalidade instrumental e da inovação tecnológica, o capitalismo ampliou a capacidade produtiva da sociedade. Contudo, o sistema se tornou medíocre ao limitar a produção coletiva às relações de apropriação privada,

criando um cenário em que a riqueza gerada não beneficia a coletividade. A expansão tecnológica, por sua vez, ocorreu em um sistema que não se adapta às novas realidades sociais e ambientais, tornando-se obsoleto frente às necessidades atuais (Cattani, 2003).

Segundo Cattani (2003), o primeiro grande problema do capitalismo é a intensificação da exploração e da alienação do trabalhador. A lógica capitalista, que busca incessantemente o acúmulo de riqueza, transforma o trabalho humano em um processo desumanizante e estressante. A especialização flexível e a automação, embora tragam benefícios para uma minoria, exacerbam a precarização do trabalho para a maioria. O sistema disciplinar do capitalismo promove uma forma de trabalho que não apenas suprime a criatividade, mas também assegura uma inserção subordinada na sociedade e na economia de consumo alienado.

Outro problema, para Cattani (2003), diz respeito à acentuação das desigualdades. Embora o capitalismo tenha produzido uma abundância de bens e de serviços, a distribuição desses recursos é extremamente desigual. A concentração de riqueza nas mãos de uma pequena elite reflete uma injustiça profunda, em que a riqueza de uma minúscula parcela da população equivale àquela de metade da humanidade. As elites dominantes frequentemente interpretam essa desigualdade como resultado de meritocracia, ignorando que a concorrência entre desiguais legitima a exclusão e a marginalização dos menos favorecidos.

Cattani (2003) também destaca a ameaça à sobrevivência física do planeta como um problema do modelo atual. A exploração predatória dos recursos naturais pelo capitalismo industrial tem causado danos irreversíveis ao meio ambiente. A poluição do ar e da água, e a destruição de ecossistemas refletem um desequilíbrio ecológico global que põe em risco a vida na Terra. O capitalismo, ao priorizar o lucro sobre a sustentabilidade, contribui para crises ambientais que afetam todas as regiões do mundo, demonstrando sua incapacidade de lidar com as questões ecológicas de maneira responsável.

Diante desses problemas, surge a necessidade urgente de construir uma nova economia que responda às demandas de justiça social, de respeito humano e de desenvolvimento sustentável. Em vez da competição desenfreada, devem prevalecer a cooperação e a solidariedade. A relação com a natureza deve ser respeitosa e não destrutiva. O novo paradigma econômico deve promover a partilha de recursos e o consumo consciente, substituindo o acúmulo irracional de riqueza por uma gestão mais equitativa e responsável (Cattani, 2003).

Apesar da crescente conscientização sobre a necessidade de uma economia alternativa, existem desafios significativos. O primeiro desafio é a redefinição do papel do trabalho, que deve ser valorizado como elemento essencial para a realização pessoal e social, não apenas como uma mercadoria. O segundo desafio é distinguir as alternativas econômicas verdadeiras

e as práticas conservadoras que mantêm a hegemonia das elites. Finalmente, as alternativas econômicas precisam demonstrar que podem oferecer avanços superiores ao capitalismo em termos sociais, ecológicos e tecnológicos, promovendo uma transformação real e abrangente.

O capitalismo, embora tenha desempenhado um papel histórico importante, revela-se cada vez mais inadequado para enfrentar as necessidades e os desafios contemporâneos. Cattani (2003) entende que a superação do capitalismo é essencial para criar um sistema econômico justo, sustentável e humano. As alternativas ao capitalismo, embora enfrentem desafios significativos, oferecem uma oportunidade para construir uma nova economia que possa responder às exigências do século XXI, promovendo a justiça social, a sustentabilidade ambiental e a realização plena do potencial humano.

Tiriba (2001) pondera que o mundo atual se divide em três grandes camadas sociais, a saber: 1) *a elite com alto poder de consumo*; 2) *uma classe média que luta para satisfazer suas necessidades básicas*; e 3) *um grupo de excluídos que sobrevive em condições precárias*. Nos centros urbanos, por exemplo, essa divisão se reflete na crescente diversidade de atividades informais e muitas vezes ilegais, como vendedores ambulantes e pequenos prestadores de serviços. Essa realidade é um reflexo das desigualdades geradas por políticas de globalização que priorizam o lucro em detrimento do desenvolvimento local e autônomo, resultando uma crescente população marginalizada.

Ainda, Tiriba (2001) exemplifica como a globalização e a concentração de riqueza têm exacerbado a desigualdade, criando um cenário em que a violência e a miséria se tornam comuns, especialmente em países periféricos. O fenômeno das “meninas de rua” e outras formas de pobreza extrema são consequências diretas dessa desigualdade, demonstrando a fragilidade da rede de proteção social e econômica em muitas regiões. Além disso, a violência nas cidades é um sintoma da desintegração social e das falhas das políticas públicas em lidar com a realidade dos excluídos.

Tiriba (2001) também explicita que a diminuição dos empregos formais e o aumento da pobreza têm levado muitos a buscar alternativas de subsistência através de microempreendimentos informais. Apesar de frequentemente considerados tecnologicamente atrasados, esses empreendimentos representam uma forma de resistência e de adaptação dos trabalhadores às condições adversas. A economia popular e a produção artesanal, muitas vezes ignoradas pelas análises econômicas tradicionais, são essenciais para a sobrevivência das pessoas. A resistência e a solidariedade que emergem dessas práticas, portanto, são fundamentais para entender a cultura do trabalho e a forma como os trabalhadores tentam superar as limitações impostas pela lógica capitalista dominante.

A partir dos dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Tiriba (2001) vê a existência de um vasto “exército de excluídos”, pois, em 1995, cerca de duzentas milhões de crianças viviam em condições precárias, das quais 100 milhões estavam nas ruas. A situação é particularmente grave em regiões como África, Ásia e América Latina, onde crianças frequentemente entram precocemente no mercado de trabalho devido à extrema pobreza. No Brasil, por exemplo, oito milhões de crianças e de adolescentes são condicionados ao trabalho informal ou marginal, refletindo a amplitude da crise social e econômica.

A realidade dessas crianças e desses adultos é marcada por uma luta constante pela sobrevivência, muitas vezes em condições degradantes e com remunerações miseráveis. A busca por trabalho é uma necessidade básica, não uma escolha, com muitos envolvidos em atividades ilegais como prostituição e tráfico de drogas, como forma de garantir algum sustento. Na visão de Tiriba (2001), a busca incessante por qualquer forma de trabalho revela a falência dos sistemas formais de emprego e proteção social, em que o trabalho assalariado não é suficiente para assegurar uma vida digna.

Tiriba (2001), explica que a “economia popular” é um termo controverso, questionando-se o que realmente define o “popular” nessa esfera. O problema da marginalidade urbana frequentemente se associa a atividades ilegais, como o tráfico de drogas, que se fundem com a economia informal em várias regiões da América Latina. A expansão do narcotráfico desde os anos 1980 tem contribuído para o aumento da violência nas grandes cidades, destacando a complexidade e a sobreposição entre economia legal e ilegal.

Diferente das experiências históricas de produção associada, em que a intenção era instaurar uma nova cultura de trabalho, as estratégias atuais de sobrevivência buscam apenas a manutenção da vida (Tiriba, 2001). Os empreendimentos autônomos, muitas vezes vistos como soluções temporárias para a subsistência, não conferem a autonomia esperada, e muitas vezes perpetuam a submissão ao capital. A ideia de “autoemprego” pode mascarar uma realidade de subemprego e de vulnerabilidade, com trabalhadores enfrentando longas jornadas e precariedade. Além disso, as atividades dos trabalhadores informais, como vendedores ambulantes, não são necessariamente uma forma de autoemprego ou trabalho temporário, mas sim uma estratégia de sobrevivência em um mercado altamente instável. A falta de segurança e a necessidade de adaptar-se constantemente às mudanças e aos desafios da fiscalização e da oferta de trabalho revelam a precariedade dessas ocupações, com consequências graves para a saúde e para o bem-estar dos trabalhadores e suas famílias (Tiriba, 2001).

Na opinião de Tiriba (2021), as estratégias de sobrevivência muitas vezes envolvem toda a família, incluindo crianças, que desempenham papéis significativos em atividades

econômicas para ajudar no sustento familiar. Desde vender produtos nas ruas, até trabalhar em tarefas diversas, as crianças e jovens contribuem para a renda familiar, refletindo a necessidade desesperada de superar a pobreza. Essas atividades, muitas vezes, comprometem a educação e a saúde dos envolvidos, perpetuando um ciclo de exclusão e marginalização.

Embora algumas atividades possam parecer alternativas viáveis para escapar da exclusão, essas práticas também refletem uma aceitação da lógica do mercado dominante, como pondera Tiriba (2001). A atividade no setor informal, incluindo trabalhos ilegais e marginalizados, muitas vezes, não oferece uma verdadeira alternativa à exploração capitalista, mas, por outro lado, uma forma de adaptação às suas exigências. Isso demonstra como a economia popular, apesar de suas intenções de autonomia, ainda está profundamente entrelaçada com as estruturas opressivas existentes.

Por fim, o termo “popular” deve ser compreendido com cautela, reconhecendo que as atividades econômicas dos setores excluídos não são homogêneas ou ideologicamente consistentes. A diversidade de experiências e práticas dentro da economia popular reflete tanto a resistência quanto a adaptação às condições adversas impostas pela globalização e pela crise econômica. Entender a economia popular envolve reconhecer a complexidade das relações sociais e econômicas e como essas práticas se relacionam com o sistema capitalista e suas contradições.

Tiriba (2001) explica que a divisão dos frutos do trabalho e os vínculos estabelecidos dentro das organizações econômicas populares podem revelar se essas relações estão pautadas na solidariedade ou na dependência. Os trabalhadores se associam a essas organizações por diferentes motivos, que vão além da simples necessidade econômica. Enquanto alguns buscam um alívio dos problemas cotidianos, como no caso da trabalhadora de costura que vê sua participação como uma forma de desvio mental, a maioria é impulsionada pela urgência de garantir uma fonte de renda estável diante do desemprego e da pobreza. Assim, o associativismo representa não apenas uma alternativa ao mercado de trabalho formal, mas, frequentemente, a principal fonte de sustento para os membros.

Segundo Tiriba (2001), para muitos trabalhadores, especialmente os mais velhos, a integração em organizações econômicas populares surge como uma alternativa viável frente à exclusão do mercado de trabalho convencional. A idade avançada, muitas vezes, é vista como um impedimento para novas oportunidades, e o mercado formal tende a desconsiderar a experiência e as habilidades adquiridas ao longo dos anos. Em contraste, o ambiente de uma organização popular proporciona um espaço de reconhecimento e camaradagem, facilitando a integração e a manutenção de vínculos sociais importantes. Esse aspecto de companheirismo

dentro da organização pode ser um diferencial significativo para a manutenção e o desenvolvimento de novas relações de trabalho.

Tiriba (2001) também afirma que o associativismo vai além da simples sobrevivência econômica e busca, muitas vezes, criar novas formas de relação social que desafiem a lógica do capital. A maturidade do grupo e as condições objetivas influenciam se esses projetos podem evoluir para alternativas sustentáveis ao modelo capitalista dominante. Entretanto, qualquer iniciativa precisa de tempo para amadurecer e se solidificar. A experiência prática e o envolvimento contínuo são fundamentais para que o associativismo se estabeleça como uma verdadeira alternativa, evidenciando a importância de um desenvolvimento cuidadoso e consciente das práticas e relações estabelecidas no contexto econômico popular.

Além disso, entende-se que a compreensão da cultura do trabalho exige uma análise que transcenda o simples ato de produzir, buscando responder a questões fundamentais sobre o propósito e os beneficiários da produção. Em vez de limitar a visão do trabalho ao mero intercâmbio de mercadorias, é essencial questionar para quem e para que se produz, bem como quem realmente se beneficia das riquezas geradas. A produção pode ser vista não apenas como uma atividade econômica, mas como um meio de estabelecer e fortalecer relações de solidariedade e intercâmbio social, político, educativo e cultural dentro da comunidade. Essa perspectiva amplia a visão do mercado, que vai além da troca de bens e serviços, refletindo também as dinâmicas sociais e culturais que moldam a vida comunitária (Tiriba, 2001).

No entanto, Tiriba (2001) afirma que, mesmo dentro de organizações econômicas populares que supostamente visam à solidariedade e à justiça social, a influência das práticas capitalistas é inevitável. As relações de produção e circulação de mercadorias nos setores formal e informal da economia ainda estão profundamente enraizadas na lógica capitalista. Quando as organizações populares não levam em conta as reais condições de vida e as necessidades das comunidades locais, correm o risco de adotar critérios que reproduzem o modo capitalista de produção e consumo. Assim, é importante reconhecer que, embora essas organizações possam buscar alternativas ao modelo dominante, elas ainda operam dentro de um sistema que frequentemente limita sua capacidade de efetuar mudanças significativas.

A forma como as organizações de economia popular se estruturam e se inserem nos setores formal e informal da economia é crucial para entender seu impacto real. A análise deve considerar como essas organizações se associam a outras entidades econômicas, suas relações com governos e empresários e o compromisso com a comunidade local. Critérios como a definição dos bens a serem produzidos, o estabelecimento dos preços, os padrões de qualidade e a amplitude das relações entre produtores e consumidores são fundamentais para avaliar a

eficácia e a genuinidade do compromisso das organizações com os objetivos de solidariedade e justiça social. Esses aspectos ajudam a compreender se essas organizações estão realmente contribuindo para uma transformação positiva dentro da comunidade ou se, inadvertidamente, estão perpetuando práticas capitalistas prejudiciais (Tiriba, 2001).

Tiriba (2001) é enfática ao propor que as organizações de economia popular reflitam criticamente sobre seus critérios de produção e suas práticas de mercado para garantir que suas operações sejam verdadeiramente voltadas ao bem-estar das comunidades que servem. A efetiva articulação com a comunidade local e a consideração das condições reais de vida são essenciais para evitar a reprodução das desigualdades e das práticas exploratórias do mercado capitalista. Apenas ao integrar plenamente essas considerações em suas estratégias e práticas, as organizações podem aspirar a criar um impacto positivo e transformador na vida das pessoas e nas estruturas sociais das comunidades em que atuam.

Nesse contexto de interação entre agroecologia e hortas urbanas, a economia solidária também surge como uma alternativa viável ao modelo econômico tradicional, promovendo práticas que priorizam o bem-estar social, a equidade e a sustentabilidade (Singer, 2003; Tiriba, 2003). Em um cenário global caracterizado por desigualdades crescentes e crises econômicas recorrentes, a economia solidária oferece uma abordagem inovadora e inclusiva, com foco na colaboração e na justiça social. Este trabalho abordará a importância da economia solidária, destacando seus benefícios sociais, econômicos e ambientais, e defendendo por que essas práticas devem ganhar mais destaque nas políticas econômicas contemporâneas.

2.3 Trabalho, agricultura urbana e agroecologia

As contribuições do pensamento marxista parecem ser de grande valia para analisar as temáticas em questão e para desenvolver criticamente o conceito de trabalho e educação. Em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels (2017) explicitam como as ideias dominantes de uma época estão atreladas à luta de classes. Na compreensão de que as ideias da classe dominante são as ideias dominantes, pode-se inferir que o modo de produção da agricultura no capitalismo também está submetido à influência da ideologia dominante, que naturaliza a exploração do homem pelo homem e do homem sobre a natureza. Nas palavras dos autores:

As ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes, ou seja, a classe que é o poder material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios para a produção material dispõe assim, ao mesmo tempo, dos meios para a produção espiritual, pelo que lhe está assim, ao mesmo tempo, submetidas em média as ideias

daqueles a quem faltam os meios para a produção espiritual. As ideias dominantes não são mais do que a expressão ideal (ideell) das relações materiais dominantes, as relações que precisamente tornam dominante uma classe, portanto as ideias do seu domínio. Os indivíduos que constituem a classe dominante também têm, entre outras coisas, consciência, e daí que pensem; na medida, portanto, em que dominam como classe e determinam todo o conteúdo de uma época histórica, é evidente que o fazem em toda a sua extensão, e portanto, entre outras coisas, dominam também como pensadores, como produtores de ideias, regulam a produção e a distribuição de ideias do seu tempo; que, portanto, as suas ideias são as ideias dominantes da época (Marx; Engels, 2017, p. 47).

Fisher, Cordeiro e Tiriba (2022) lembram que o trabalho dos homens e mulheres do campo, baseado em vínculos estreitos com a natureza, revela um conjunto complexo e valioso de saberes acumulados ao longo do tempo. Esses saberes, desenvolvidos por meio de práticas produtivas de base familiar e comunitária, refletem uma interação com os ciclos naturais e a dinâmica ambiental. Os modos de vida desses trabalhadores são moldados pela necessidade de compreender e adaptar-se às condições naturais, conferindo-lhes um vasto acervo de conhecimentos que se materializa em sistemas específicos de uso e manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é, portanto, uma herança cultural e prática continuamente aperfeiçoada e transmitida ao longo das gerações.

A Agroecologia E A Educação Do Campo são expressões significativas desse acervo de saberes, segundo Fisher, Cordeiro e Tiriba (2022), representando a sistematização e a valorização dos conhecimentos historicamente acumulados por pequenos produtores rurais, ribeirinhos, quilombolas, seringueiros e outros grupos tradicionais. Essas práticas não apenas garantem a sobrevivência e o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais, mas também se tornam referências para instituições educativas como as Escolas Família Agrícola e as escolas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Esses espaços educativos buscam construir um projeto societário alternativo ao capitalismo, valorizando a sabedoria popular e a prática comunitária.

Para Fisher, Cordeiro e Tiriba (2022), o reconhecimento e a valorização desses saberes não hegemônicos são de extrema importância, tanto do ponto de vista político quanto epistemológico. Esses saberes, mesmo coexistindo com o modo de produção capitalista, revelam formas alternativas de organização econômica e cultural, essenciais para compreender a complexidade das práticas de trabalho no campo. A importância desses saberes reside em sua capacidade de oferecer uma perspectiva crítica e uma alternativa ao modelo dominante de produção capitalista, proporcionando uma visão mais equilibrada e sustentável de interação com a natureza.

Fisher, Cordeiro e Tiriba (2022) consideram que os “saberes do trabalho associado” são construídos a partir da relação íntima entre seres humanos e natureza, bem como da apropriação coletiva dos meios de produção e dos frutos do trabalho. Esses saberes refletem uma práxis que engloba aspectos materiais, intelectuais e subjetivos da atividade laboral, configurando uma forma de conhecimento simultaneamente prática e teórica. Esse tipo de conhecimento é desenvolvido em contextos onde as decisões são tomadas de forma democrática e coletiva, e onde os recursos e os excedentes são geridos de maneira a beneficiar a comunidade.

Fisher, Cordeiro e Tiriba (2022) afirmam que a compreensão do trabalho como mediação entre seres humanos e natureza é fundamental para o estudo e a valorização dos saberes associados. A construção de premissas teórico-metodológicas para o estudo desses saberes deve levar em conta a relação dinâmica e interdependente entre o sujeito, o objeto do conhecimento e o ato de conhecer. Nesse sentido, os saberes do trabalho associado oferecem uma abordagem que integra a experiência prática à compreensão teórica, refletindo uma perspectiva holística e contextualizada da realidade.

A luta de classe é também uma luta por valores e por decisões sobre o que, como e para quem produzir conhecimento, como alertam Fisher, Cordeiro e Tiriba (2022). A maneira como os saberes são apropriados pode determinar seu impacto, seja como força de libertação, como tem sido no movimento agroecológico, ou como ferramenta de opressão, como ocorre no agronegócio. A apropriação dos saberes pelo capital pode desviar esses conhecimentos de seu propósito inicial e utilizá-los contra os próprios trabalhadores e o meio ambiente.

Fisher, Cordeiro e Tiriba (2022) reconhecem que, historicamente, a classe trabalhadora tem desenvolvido um patrimônio de saberes que é resultado de sua práxis econômico-cultural-político-ética. Esses saberes, quando apropriados para o benefício da própria classe, têm o potencial de promover transformações significativas e de contribuir para a construção de alternativas ao sistema capitalista dominante. A capacidade desses saberes de promover a libertação e a sustentabilidade é um testemunho do valor e da relevância da sabedoria acumulada pelas comunidades rurais e trabalhadoras ao longo dos anos.

Reconhecer e valorizar os saberes do trabalho associado, para Fisher, Cordeiro e Tiriba (2022), é um passo crucial para a construção de um modelo de desenvolvimento mais justo e sustentável. Esses saberes oferecem não apenas uma alternativa ao capitalismo, mas também um exemplo de como a integração harmoniosa entre seres humanos e natureza pode ser alcançada e mantida. O estudo e a aplicação desses conhecimentos são essenciais para promover maior equidade e sustentabilidade nas práticas produtivas e nas relações sociais.

2.3.1 As possibilidades e limites/contradições da agricultura urbana

Curan e Marques (2021) acreditam no potencial da Agricultura Urbana e Periurbana (AUP) para enfrentar a insegurança alimentar e promover a sustentabilidade nas cidades. Essa prática, quando baseada nos princípios agroecológicos, oferece uma alternativa viável e integrada aos desafios contemporâneos relacionados à alimentação (Curan; Marques, 2021). A valorização da AUP, especialmente em áreas periféricas, pode atender a uma demanda crescente por alimentos saudáveis e acessíveis. Ao cultivar alimentos localmente, as populações urbanas podem obter uma dieta rica em micronutrientes e promover a autossuficiência alimentar. A descentralização da produção e o fortalecimento dos mercados locais são essenciais para garantir que os alimentos sejam frescos, acessíveis e nutritivos, contribuindo significativamente para a segurança alimentar e nutricional das cidades.

Além de seus benefícios nutricionais, Curan e Marques (2021) ressaltam que a AUP desempenha um papel relevante na promoção da saúde pública e da integração social. Nas periferias urbanas, onde o acesso a alimentos saudáveis pode ser limitado, a prática da agricultura agroecológica pode transformar terrenos abandonados em espaços produtivos e comunitários. Esse processo não só contribui para a melhoria das condições ambientais e alimentares locais, como também fomenta a participação ativa da comunidade e a criação de ambientes mais saudáveis. A prática agrícola nas cidades tende a permitir a troca de conhecimentos sobre alimentos e receitas, promovendo uma mudança de hábitos alimentares e contribuindo para a melhoria da saúde da população. A AUP, portanto, vai além da simples produção de alimentos, ao criar oportunidades para a educação e a conscientização sobre a sustentabilidade e a saúde.

Apesar de seu crescimento informal nas últimas décadas, Curan e Marques (2021) acreditam que a AUP ainda é frequentemente vista como um modismo ou uma prática temporária. No entanto, sua expansão e relevância indicam uma necessidade real de segurança alimentar e geração de renda em contextos urbanos. A prática da agricultura nas cidades oferece uma visão mais ampla das relações socioambientais, destacando a importância de considerar aspectos sociais e comunitários, além dos técnicos e produtivos. A AUP também pode contribuir para a resiliência das cidades e para o fortalecimento dos sistemas alimentares regionais, ao reduzir as emissões de gases de efeito estufa e criar ambientes urbanos mais saudáveis. Assim, a integração da AUP nas políticas urbanas pode ser uma chave para um futuro mais sustentável e equitativo. A agricultura, enquanto prática social realizada nas cidades, tende

a se desenvolver de acordo com as possibilidades de ocupação do espaço urbano em concordância com a legislação vigente (Savian; P. Boff; M. Boff, 2021).

Maas, Malvestiti e Gontijo (2020) entendem que o planejamento do desenvolvimento sustentável nas cidades deve enfrentar múltiplos desafios, entre os quais a segurança alimentar e nutricional ocupa um papel principal. A agricultura urbana emerge como uma solução multifacetada para esse problema, ao mesmo tempo em que pode promover ambientes urbanos mais verdes e sustentáveis. Integrando a produção de alimentos diretamente nos centros urbanos, a agricultura urbana oferece uma forma prática de garantir a oferta de produtos frescos e acessíveis, além de gerar renda para os envolvidos. Esse modelo não apenas pode melhorar a segurança alimentar, mas também contribui para o meio ambiente, ao criar espaços verdes produtivos dentro das cidades, equilibrando a produção alimentar com o desenvolvimento urbano sustentável.

Segundo Maas, Malvestiti e Gontijo (2020), a definição de agricultura urbana engloba a produção, comercialização e processamento de produtos agrícolas dentro dos limites urbanos. Essa prática permite a oferta regulada de alimentos frescos cultivados localmente, o que pode levar a preços mais acessíveis e à geração de renda. A agricultura urbana, ao se inserir no contexto da cidade, favorece a criação de uma cadeia produtiva local, reduzindo a dependência de produtos importados e contribuindo para a economia local. Além disso, a proximidade entre o local de produção e o consumidor final pode aumentar a transparência e a segurança alimentar, ao mesmo tempo em que promove uma maior integração entre os espaços urbanos e a natureza.

Embora políticas públicas voltadas para a agricultura urbana tenham como foco principal a segurança alimentar e nutricional, elas também refletem a necessidade de políticas ambientais e de planejamento urbano. A esfera municipal é fundamental para promover essas práticas, mas a efetivação de incentivos financeiros e suporte requer a colaboração de outras esferas de governo. Cidades brasileiras, como São Paulo e Curitiba, já implementaram programas que visam integrar a agricultura urbana em suas políticas públicas, como o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana (PNAUP), que enfatiza o uso de tecnologias agroecológicas (Maas; Malvestiti; Gontijo, 2020). No entanto, a valorização da agricultura urbana ainda enfrenta desafios, e a continuidade e expansão dessas iniciativas são essenciais para garantir que seus benefícios para a saúde pública e o meio ambiente sejam plenamente alcançados.

O crescimento acelerado das populações urbanas nos países em desenvolvimento está intensificando a demanda pelos sistemas de abastecimento de alimentos, gerando um desafio significativo para a agricultura urbana e periurbana (Alves; Oliveira, 2020). À medida que a

população urbana aumenta, a necessidade de produzir alimentos suficientes para atender a essa demanda também cresce. Esse aumento no consumo de recursos finitos torna imperativo encontrar maneiras de produzir alimentos de forma sustentável dentro dos limites urbanos. O grande desafio é implementar práticas agrícolas que minimizem o impacto ambiental e o uso excessivo de recursos, ao mesmo tempo em que garantem a oferta contínua e acessível de alimentos para a população crescente (Alves; Oliveira, 2020).

Para Alves e Oliveira (2020), o planejamento urbano para a agricultura urbana e periurbana está sendo progressivamente integrado às políticas nacionais e aos documentos institucionais nos níveis municipais. Diversas cidades têm adotado políticas de proteção de terras agrícolas e desenvolvido bancos de dados sobre áreas disponíveis para atividades agrícolas. No entanto, os autores consideram que, apesar do suporte político aparente, existem várias restrições legais que dificultam a plena implementação dessas práticas. Questões relacionadas ao acesso à terra e preocupações com a saúde pública, como a proliferação de mosquitos em áreas agrícolas urbanas, são barreiras significativas. Algumas cidades têm tentado contornar esses obstáculos oferecendo aluguéis temporários para terrenos vagos, incentivando o cultivo local e atraindo a participação comunitária (Alves; Oliveira, 2020).

Alves e Oliveira (2020) ponderam que, apesar das tentativas de integração da agricultura urbana e periurbana no planejamento urbano, a efetivação dessas práticas enfrenta desafios relacionados à infraestrutura habitacional e ao uso da terra. Muitos modelos de habitação urbana apresentam áreas limitadas para o cultivo, e as dificuldades para implementar estratégias oficiais de planejamento são exacerbadas pela falta de recursos. Quando as cidades se expandem e os preços da terra aumentam, a agricultura urbana tende a deslocar-se para áreas periurbanas. A falta de uma estratégia legal específica para a manutenção de terras cultivadas nas cidades resulta em um cenário em que a agricultura urbana informal, frequentemente desprovida de suporte institucional, enfrenta dificuldades para se sustentar e prosperar.

Em algumas cidades, Alves e Oliveira (2020) esclarecem que a agricultura urbana e periurbana tem sido promovida como uma ferramenta de preservação ambiental. Iniciativas como hortas urbanas ecológicas e jardins comunitários têm contribuído para a criação e manutenção de corredores ecológicos e para a sustentabilidade urbana. Essas práticas não apenas ajudam a melhorar o ambiente urbano, mas também promovem a participação comunitária e a conscientização ambiental. No entanto, a eficácia dessas iniciativas depende da implementação de políticas que reconheçam e incentivem a contribuição da agricultura urbana para a preservação ambiental e a saúde das cidades.

Na opinião de Alves e Oliveira (2020), além dos benefícios ambientais, a agricultura urbana e periurbana também desempenha um papel importante na saúde e no aspecto social das populações urbanas. Ao ser integrada ao planejamento urbano, essa prática pode contribuir para a segurança alimentar e nutricional, promover a saúde pública e reduzir a pobreza. Iniciativas que visam combater a insegurança alimentar e aumentar a solidariedade social nos bairros podem ajudar a melhorar as condições de vida em áreas urbanas vulneráveis. A inclusão da agricultura urbana nas políticas públicas pode, portanto, promover benefícios sociais e econômicos significativos para as comunidades urbanas.

O sucesso da agricultura urbana e periurbana está ligado à implementação de políticas públicas que promovam e regulamentem essas práticas. É fundamental que as políticas de planejamento urbano considerem os riscos para a saúde e o meio ambiente associados à agricultura, elaborando estratégias que apoiem a produção e o consumo locais (Alves; Oliveira, 2020). A crescente popularidade da agricultura urbana como atividade de lazer e fonte de renda, aliada à demanda por alimentos de qualidade, ressalta a necessidade de políticas de incentivo e suporte que legitimem e ampliem essa prática nos ambientes urbanos. O desenvolvimento sustentável da agricultura urbana e periurbana depende da colaboração entre políticas públicas, planejamento urbano e engajamento comunitário, visando um equilíbrio entre produção alimentar e sustentabilidade ambiental (Alves; Oliveira, 2020).

De acordo com Savian, P. Boff e M. Boff (2021), a agricultura urbana possui um caráter multifuncional, tornando-se uma ferramenta valiosa para o desenvolvimento das cidades, com benefícios que vão além da simples produção de alimentos. Entre suas diversas contribuições, destacam-se a preservação da cultura alimentar, a gestão de resíduos, a conservação da biodiversidade, o controle do microclima e a geração de empregos. Quando orientada pelos princípios da agroecologia, a agricultura urbana promove não apenas a produção de alimentos saudáveis, mas também a conservação dos recursos naturais, oferecendo uma abordagem sustentável que integra diversos aspectos da vida urbana. No contexto brasileiro, essa prática desempenha um papel crucial na melhoria da qualidade de vida nas cidades, permitindo a preservação do patrimônio, reforçando identidades e fomentando a educação ambiental.

Além dos aspectos culturais e ambientais, Savian, P. Boff e M. Boff (2021) destacam que a agricultura urbana é um componente relevante na dinâmica econômica e social das cidades brasileiras. Sua implementação fortalece a segurança alimentar e nutricional, promove a saúde pública e educa a população sobre práticas sustentáveis. Essas características multifuncionais contribuem para transformar os espaços urbanos em ambientes mais sustentáveis e resilientes. Ao integrar práticas agrícolas no contexto urbano, a agricultura

urbana combina a produção de alimentos com a melhoria das condições ambientais e sociais, promovendo um ciclo virtuoso de benefícios para a comunidade e para o meio ambiente.

2.3.2 Agroecologia

Entender como o paradigma da Agroecologia é apreendido pelos sujeitos que se dedicam ao cultivo sustentável, tanto em contextos urbanos quanto rurais, pode revelar as formas de resistência desses agricultores à ideologia dominante, bem como os processos formativos e culturais que os levaram a se aproximar desse novo paradigma.

Nos últimos anos, os métodos e técnicas da agricultura tradicional ocidental, especialmente os ligados aos latifúndios e ao agronegócio em países em desenvolvimento ou mais pobres, têm sido questionados sob diversos aspectos. Um deles é o viés sociopolítico, relacionado à manutenção da concentração de terras e à exploração dos solos por meio de monoculturas voltadas à exportação. No Brasil, a concentração fundiária ainda constitui um problema estrutural, contribuindo para a pobreza rural e para o êxodo populacional do campo.

Além disso, as técnicas convencionais de cultivo, focadas em monoculturas ou, no máximo, em rotações simples, não permitem a regeneração adequada dos solos nem dos sistemas ecológicos. Tais práticas provocam sérios problemas socioambientais, como desertificação, erosão, extinção de espécies da fauna e flora, e escassez de sementes nativas. A ausência de fiscalização sistemática, que poderia preservar e mitigar os danos ambientais, favorece o uso exagerado de defensivos agrícolas, gerando contaminação dos lençóis freáticos e comprometendo o abastecimento de água de comunidades urbanas e rurais.

Como forma de resistência a esse modelo e às suas consequências socioambientais, a Agroecologia surge como um novo paradigma “que vem se formando no interior do capitalismo, como contradição dialética, apoiando-se em princípios que subvertem sua lógica em todas as dimensões: econômica, social, cultural, científica, tecnológica e ambiental” (Oliveira; Christoffoli, 2017, p. 152).

Dada a sua relevância no manejo ecológico da agricultura, a Agroecologia pode ser compreendida como um marco importante para o desenvolvimento social, tanto rural quanto urbano, no Brasil. Esse paradigma se apresenta como indissociável da política e das necessidades de construção de formas antissistêmicas por populações periféricas ou marginalizadas, excluídas dos processos de produção capitalista. Trata-se, portanto, de um campo iniciado na ciência cidadã, de maneira contra-hegemônica, por meio de lutas sociais

organizadas que buscam promover mudanças estruturais não apenas no campo agrícola, mas em uma colaboração integrada entre o rural e o urbano (Ornelas, 2021, p. 53-54).

Ornelas (2021) ressalta que as propostas de agriculturas alternativas antissistêmicas surgiram na década de 1970, como críticas aos modelos de agricultura convencional predatória. No entanto, a origem do termo “agroecologia” é atribuída a Miguel Altieri, agrônomo chileno e autor do livro *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura alternativa*, publicado no Brasil em 1989. Desde então, o termo passou a ser amplamente utilizado para articular e fortalecer as agriculturas alternativas na América Latina.

No decorrer da década de 1990, com a mobilização político-social de movimentos ambientais e do campo, o conceito de Agroecologia passou a integrar práticas, métodos, princípios e processos orientados ao manejo de sistemas agroalimentares sustentáveis, com foco na justiça social. Trata-se de uma ciência cidadã, que articula saberes tradicionais e populares, diferentes áreas do conhecimento e uma abordagem transdisciplinar crítica, configurando-se como um movimento sociopolítico voltado à transformação de valores em prol de mudanças socioambientais e socioeconômicas, sempre considerando o bem viver das comunidades (Ornelas, 2021).

Nesse contexto, as práticas agroecológicas desempenham um papel relevante nas hortas urbanas, oferecendo uma abordagem sustentável e holística para o cultivo de alimentos em ambientes urbanos (Caporal; Costabeber, 2004). Com a expansão das cidades e o crescimento da população urbana, torna-se cada vez mais evidente a necessidade de práticas agrícolas que respeitem os princípios ecológicos e promovam a saúde do solo e dos ecossistemas. Esta pesquisa busca discutir a importância das práticas agroecológicas em hortas urbanas, destacando seus benefícios ambientais, sociais e econômicos, com base no cotidiano dos trabalhadores das hortas do CEVAE Serra Verde.

É importante destacar que, ao empregar métodos que reduzem o uso de produtos químicos sintéticos e promovem a biodiversidade, as práticas agroecológicas contribuem para a proteção e a restauração dos ecossistemas. Técnicas como compostagem, uso de adubos verdes, integração e rotação de culturas favorecem a fertilidade do solo e a gestão eficiente dos recursos naturais (Belo Horizonte, 2006). Além disso, essas práticas podem reduzir a poluição do ar e da água, ao evitar fertilizantes e pesticidas químicos que contaminam os recursos hídricos e prejudicam a qualidade ambiental.

Do ponto de vista econômico, as práticas agroecológicas podem trazer vantagens significativas para as hortas urbanas. A redução da dependência de insumos externos e caros, como fertilizantes químicos e pesticidas, diminui os custos operacionais, aumentando a

viabilidade econômica das hortas. A produção local de alimentos também pode gerar economias para os consumidores e novas oportunidades de emprego e renda nas comunidades urbanas. Além disso, a integração de práticas agroecológicas aumenta a resiliência das hortas frente às mudanças climáticas e outras pressões ambientais, garantindo uma produção alimentar mais sustentável e duradoura (Machado; Filho, 2014; Leff, 2002; Altieri, 2008; Caporal; Costabeber, 2004).

Ao cultivar alimentos de forma orgânica e sustentável, as hortas urbanas agroecológicas fornecem produtos frescos e nutritivos, muitas vezes com menor impacto ambiental. Essas práticas promovem a diversidade alimentar, permitindo o cultivo de uma ampla gama de vegetais e frutas que atendem melhor às necessidades nutricionais da população. Além disso, ao reduzir a dependência de alimentos industrializados, contribuem para a melhoria da saúde pública e a prevenção de doenças associadas a dietas inadequadas.

As hortas agroecológicas também têm um impacto positivo no fortalecimento das comunidades urbanas. Frequentemente, esses espaços funcionam como centros comunitários, nos quais moradores se reúnem para cultivar, aprender e trocar conhecimentos sobre práticas sustentáveis. Dessa forma, as hortas incentivam a educação ambiental, promovem a conscientização sobre a importância da sustentabilidade e fomentam uma cultura de responsabilidade e engajamento com o meio ambiente.

2.3.3 O futuro da agricultura e a necessidade de desconstrução do modelo do agronegócio capitalista

Machado e Filho (2014) acreditam que o debate sobre o futuro da agricultura é essencial para compreendermos os rumos que nossa sociedade pode tomar. Os autores apontam para a insustentabilidade do agronegócio e a necessidade de uma transição para modelos mais sustentáveis, como a agroecologia. Evidencia-se, portanto, a necessidade urgente de reavaliar nossos métodos de produção agrícola.

Para Machado e Filho (2014), o agronegócio, com suas práticas de agricultura industrial, tem demonstrado uma série de falhas e de impactos negativos. Baseado em fontes confiáveis e na experiência acumulada, podemos prever um futuro sombrio se não alterarmos os rumos da produção agrícola. A agricultura industrial promove uma série de problemas sociais, políticos, ambientais, técnicos, ecossistêmicos e éticos. Esses problemas não são apenas especulativos, mas têm sido amplamente documentados e observados nas últimas décadas.

Em contraste com o modelo insustentável do agronegócio, Machado e Filho (2014) evidenciam que a agroecologia surge como uma proposta viável e sustentável. A agroecologia não apenas critica as práticas do agronegócio, mas também oferece uma alternativa sólida. Esse modelo busca integrar os conhecimentos científicos e tecnológicos recentes com práticas tradicionais, respeitando e preservando a biodiversidade e os ciclos naturais.

Machado e Filho (2014) apontam que nos primeiros tempos da humanidade, a relação com a natureza era harmônica. A população pequena e o uso limitado dos recursos naturais permitiam um impacto mínimo no meio ambiente. Este equilíbrio foi mantido por milênios, com práticas de caça, pesca e coleta que respeitavam a capacidade regenerativa da natureza. Com o aumento populacional e a escassez dos recursos naturais, os seres humanos começaram a se tornar nômades, buscando novas fontes de subsistência. No período neolítico, a domesticação de animais e o cultivo de vegetais marcaram uma grande transformação. Essa transição para a agricultura possibilitou o crescimento populacional, mas também começou a acirrar as contradições entre o ser humano e o meio ambiente (Machado; Filho, 2014).

A Revolução Industrial trouxe avanços significativos, incluindo a mecanização da agricultura. A invenção da semeadeira-cultivadora, por Jethro Tull, em 1701, é um exemplo desses avanços. No entanto, a industrialização também exacerbou as contradições entre o progresso tecnológico e a preservação ambiental, iniciando um ciclo de exploração intensiva dos recursos naturais (Machado; Filho, 2014).

No século XIX, a descoberta de fertilizantes sintéticos, por Justus von Liebig, e, posteriormente, o desenvolvimento de agrotóxicos como o diclorodifeniltricloroetano (DDT), intensificaram a exploração da agricultura industrial. Essas inovações, embora tenham aumentado a produtividade, também provocaram uma série de problemas ambientais e sociais, como a degradação dos solos e como a contaminação dos alimentos (Machado; Filho, 2014).

Outro ponto histórico importante para entendermos o contexto do agronegócio, lembrado por Machado e Filho (2014), é a “Revolução Verde” e as suas práticas associadas, como as monoculturas e o uso intensivo de insumos químicos que levaram à destruição da agrobiodiversidade. O modelo de agricultura industrial tem contribuído para a marginalização dos pequenos produtores e a concentração de terras, além de gerar uma série de problemas associados às práticas agrícolas modernas.

Para Machado e Filho (2014), a natureza é um sistema complexo e dinâmico, composto por uma vasta gama de organismos e processos interdependentes. A compreensão dessa complexidade é crucial para o desenvolvimento de métodos agrícolas que respeitem os ciclos naturais e promovam a sustentabilidade a longo prazo. Além disso, os autores lembram que a

adoção de novos métodos agrícolas deve integrar os conhecimentos tradicionais com os avanços científicos recentes. A agroecologia, como um novo paradigma, visa resolver as contradições do modelo de agronegócio, respeitando a complexidade dos ecossistemas e promovendo práticas que sejam tanto produtivas quanto sustentáveis.

Para que a agroecologia se estabeleça como uma alternativa viável, Machado e Filho (2014) apontam que é necessário desconstruir os conceitos e práticas dominantes da agricultura industrial. A crítica ao agronegócio envolve a rejeição de práticas que promovem a degradação ambiental e social, em favor de métodos que respeitem a natureza e promovam uma produção mais equilibrada. Ainda para os autores, a agroecologia deve ser compreendida como um método de produção que integra saberes antigos e avanços modernos. Este modelo busca a produção de alimentos de forma sustentável, utilizando técnicas que respeitam o meio ambiente e promovem a saúde dos ecossistemas.

De acordo com Machado e Filho (2014), as críticas à agroecologia muitas vezes surgem de mal-entendidos ou interesses estabelecidos. A agroecologia não se opõe ao uso de tecnologias modernas, mas busca aplicá-las de maneira a respeitar e integrar os processos naturais. É importante separar a solidariedade humana e a assistência aos pequenos produtores da proposta de um novo modelo de produção agrícola. Dessa maneira, os caminhos para uma transição para a agroecologia não são simples e enfrentam desafios significativos (Machado; Filho, 2014). É necessário que os profissionais e produtores estejam abertos a novas ideias e métodos, reconhecendo as limitações do modelo atual e as oportunidades que a agroecologia oferece para uma produção mais sustentável e equitativa.

O futuro da agricultura depende da nossa capacidade de adotar novos paradigmas que respeitem o meio ambiente e promovam a justiça social. A agroecologia representa uma alternativa promissora ao modelo do agronegócio, oferecendo um caminho para uma produção alimentar mais sustentável e equitativa. A reflexão crítica e a disposição para a mudança são essenciais para superar os problemas atuais e construir um futuro mais harmonioso com a natureza (Machado; Filho, 2014).

Machado e Filho (2014) também esclarecem ainda que a agroecologia emerge como uma resposta necessária às falhas do agronegócio. Ao adotar práticas que respeitam os ciclos naturais e promovem a sustentabilidade, podemos não apenas enfrentar os desafios atuais, mas também garantir um futuro mais equilibrado e justo para todos. A transição para a agroecologia exige coragem e inovação, mas os benefícios potenciais para o meio ambiente e a sociedade são inegáveis e urgentes.

A agroecologia tem se tornado um termo de grande popularidade, frequentemente usado como uma solução universal para os problemas da produção agropecuária. No entanto, a questão central é como implementar essa abordagem de maneira prática e eficaz. Embora a agroecologia seja promovida como uma alternativa viável ao agronegócio, muitas interpretações e definições do termo permanecem vagas e, muitas vezes, meramente teóricas. Este texto busca discutir a necessidade de um conceito de agroecologia que seja claro e aplicável, abordando as múltiplas dimensões que ele deve abranger para realmente confrontar o agronegócio (Machado; Filho, 2014).

Nesse sentido, Machado e Filho (2014) apontam que é essencial entender que a agroecologia não pode ser apenas uma moda passageira ou um conceito abstrato. Ela deve oferecer soluções concretas e práticas para os problemas enfrentados na produção agropecuária moderna. Isso inclui uma abordagem que considere a escala da produção, garantindo que a tecnologia empregada possa atender às necessidades alimentares de uma população global crescente, atualmente estimada em cerca de 6,9 bilhões de pessoas. Sem essa consideração fundamental, qualquer proposta agroecológica se torna inadequada.

Ainda é relevante recolocar as contradições inerentes das políticas adotadas e das propostas de superação do modelo vigente. Para Machado e Filho (2014), a Revolução Verde, que marcou um período de grandes avanços na produtividade agrícola por meio do uso intensivo de insumos químicos e tecnologias modernas, trouxe benefícios significativos em termos de aumento de rendimento. No entanto, essa revolução também gerou uma série de problemas graves, incluindo a miséria no campo, a expulsão de pequenos agricultores, a destruição da biodiversidade e a degradação ambiental. Esses efeitos negativos evidenciam a necessidade de uma abordagem alternativa que possa mitigar ou reverter esses danos.

A agroecologia, como uma proposta de tecnologia alternativa, deve considerar a dimensão da escala. Isso significa que as soluções propostas devem ser capazes de competir em escala global com as práticas do agronegócio. Exemplos de produção em pequena escala, embora valiosos como alternativas locais, não podem ser o padrão para enfrentar a produção agrícola em larga escala que domina o mercado global. A agroecologia deve, portanto, ser capaz de operar em uma escala planetária, o que representa um desafio significativo em termos de implementação (Machado; Filho, 2014).

Além da escala, Machado e Filho (2014) exemplificam que a agroecologia deve integrar várias dimensões fundamentais, incluindo sociais, políticas, econômicas, ambientais, técnicas, energéticas, administrativas e éticas. Essas dimensões não são apenas importantes, mas interdependentes, e sua consideração é crucial para a criação de um sistema produtivo

verdadeiramente sustentável e eficaz. Cada uma dessas dimensões deve ser abordada de maneira que contribua para a produção de alimentos limpos e sustentáveis.

Nesse contexto, Machado e Filho (2014) refletem que a dimensão social da agroecologia é particularmente complexa, pois envolve a melhoria das condições de vida dos produtores e a redução da pobreza. Ao contrário do agronegócio, que frequentemente concentra riqueza e poder nas mãos de poucos, a agroecologia visa distribuir os benefícios de maneira mais equitativa e respeitar as condições humanas dos trabalhadores. A concentração de renda e a degradação social associadas ao agronegócio contrastam fortemente com os objetivos de justiça social e bem-estar promovidos pela agroecologia.

Politicamente, Machado e Filho (2014) ponderam que a agroecologia não altera diretamente os regimes sociais, mas pode ser um agente de mudança se implementada dentro de um arcabouço político apropriado. A tecnologia agroecológica deve ser acompanhada por um suporte teórico e prático que assegure sua eficácia e integração com práticas e políticas que favoreçam a justiça social e a sustentabilidade.

No aspecto econômico, segundo Machado e Filho (2014), a agroecologia deve ser capaz de gerar resultados financeiros positivos para os produtores, sem comprometer outras dimensões, especialmente a ambiental. A produção agroecológica pode, de fato, resultar em custos menores e maior lucratividade devido à utilização de recursos endógenos e da energia solar, contrastando com o modelo intensivo e poluidor do agronegócio. A evidência mostra que práticas como o Pastoreio Racional Voisin (PRV) são bem-sucedidas em grandes escalas e podem reduzir custos enquanto aumentam a sustentabilidade.

Ambientalmente, a agroecologia deve ser uma resposta à deterioração provocada pela agricultura industrial. A manutenção da matéria orgânica no solo e a redução da contaminação ambiental são objetivos centrais. Sendo assim, para Machado e Filho (2014), a prática agroecológica deve minimizar os impactos negativos sobre o ambiente, promovendo a saúde do solo e a biodiversidade.

A dimensão energética é essencial para a agroecologia, pois a produção agrícola demanda uma quantidade significativa de energia (Machado; Filho, 2014). A ideia de que a agroecologia pode funcionar com uma baixa demanda energética é equivocada. A produção em larga escala exige uma gestão eficiente da energia solar, a principal fonte de energia para a fotossíntese e a produção agrícola sustentável.

Culturalmente, a agroecologia deve respeitar e se adaptar aos padrões culturais dos produtores. A introdução de novas tecnologias deve considerar o contexto cultural dos usuários

para evitar resistências e garantir uma adoção eficaz. O sucesso da agroecologia depende da sua capacidade de dialogar com as práticas e conhecimentos locais (Machado; Filho, 2014).

Ainda, administrativamente, a agroecologia deve permitir que os produtores sejam autônomos e capazes de gerenciar suas produções de forma eficaz. A tecnologia proposta deve ser acessível e gerenciável pelos produtores, ao contrário do agronegócio, que muitas vezes impõe um controle externo que limita a autonomia do agricultor (Machado; Filho, 2014).

A dimensão técnica da agroecologia é vital para a sua implementação bem-sucedida. É necessário que os produtores sejam treinados nas técnicas agroecológicas, que incluem práticas como plantio direto, rotação de culturas e manejo sustentável do solo. A formação adequada dos profissionais é essencial para a eficácia das técnicas agroecológicas (Machado; Filho, 2014).

Machado e Filho (2014) reiteram que a dimensão ética é fundamental para a prática da agroecologia. Isso inclui o tratamento respeitoso dos trabalhadores e a condução de práticas agrícolas que respeitem tanto as pessoas quanto o meio ambiente. A ética é um componente essencial para garantir que a agroecologia não apenas produza alimentos, mas também promova relações humanas justas e responsáveis.

A soberania alimentar é um resultado natural da aplicação bem-sucedida das dimensões mencionadas. A agroecologia pode promover a autonomia dos produtores e dos países, garantindo que os alimentos sejam produzidos de maneira sustentável e que as sementes não sejam controladas por grandes corporações. A soberania alimentar assegura que as comunidades tenham controle sobre seus sistemas alimentares e sejam capazes de produzir alimentos de forma independente e sustentável.

Segundo Machado e Filho (2014), a agroecologia representa uma alternativa ao agronegócio, mas sua eficácia depende da consideração e integração de diversas dimensões essenciais. Para que a agroecologia se estabeleça como uma solução viável, é necessário um conceito claro que aborde as dimensões de escala, social, política, econômica, ambiental, energética, cultural, administrativa, técnica e ética. Somente assim será possível enfrentar os desafios do agronegócio e promover um sistema agrícola mais justo e sustentável.

Leff (2002) acredita que a agroecologia emerge como uma alternativa essencial ao modelo agrícola convencional, oferecendo uma abordagem holística que integra saberes locais com princípios ecológicos. Diferentemente da agricultura industrial, que explora os recursos naturais e degrada o meio ambiente, a agroecologia se baseia em uma constelação de conhecimentos e práticas que respeitam e valorizam a diversidade ecológica e cultural. Este campo do saber não se conforma com uma única ciência, mas se desenvolve na interface entre

diferentes cosmovisões, teorias e práticas. As técnicas agroecológicas são adaptadas às condições ecológicas e culturais específicas de cada local, proporcionando uma resposta mais adequada e sustentável às necessidades das comunidades rurais.

De acordo com Leff (2002), a agroecologia se apresenta como uma reação ao modelo agrícola predatório que tem dominado o campo até o presente. Em contraste com a agricultura capitalista, que prioriza o lucro e a produtividade a qualquer custo, a agroecologia busca promover uma agricultura mais sustentável e justa, orientada para o bem comum e o equilíbrio ecológico. Isso é evidente na maneira como a agroecologia propõe um novo paradigma de produção, que se baseia na teoria da produtividade nequentrópica e na ciência ecológica. O princípio da fotossíntese, por exemplo, serve como fundamento para a construção de um modelo produtivo que valoriza a interação harmoniosa entre a natureza e a cultura.

A proposta agroecológica, segundo Leff (2002), é, portanto, uma tentativa de reconectar a produção agrícola com suas raízes culturais e ecológicas. Em vez de tratar a terra apenas como um recurso a ser explorado, a agroecologia vê a terra como um ente vivo, que deve ser cultivado com respeito e cuidado. Assim como a arte culinária preserva sabores e tradições, a agroecologia resgata a conexão entre o agricultor e a terra, preservando o conhecimento e as práticas que sustentavam a vida rural antes da modernização forçada. Esta abordagem promove a biodiversidade, a sustentabilidade e a segurança alimentar, valorizando a produção local e cultural (Leff, 2002).

A realidade atual, marcada pela globalização e pela homogeneização dos alimentos, evidencia a perda de sabores e práticas tradicionais. A massificação da produção agrícola e a intervenção tecnológica têm resultado na redução da diversidade e da qualidade dos alimentos. Leff (2002) pondera que a agroecologia, por sua vez, resgata e valoriza a diversidade local, combatendo a uniformização e a perda de identidade cultural dos alimentos. Ao promover técnicas e práticas que respeitam as condições específicas de cada região, a agroecologia defende a preservação das tradições e saberes que tornam a agricultura mais rica e significativa.

A agroecologia se posiciona como uma ferramenta vital para enfrentar os desafios da agricultura moderna (Leff, 2002). Ela oferece um novo paradigma de produção que integra ciência, prática e cultura, promovendo uma abordagem mais sustentável e equitativa. Ao valorizar os saberes locais e respeitar os limites ecológicos, a agroecologia não apenas propõe uma alternativa ao modelo atual, mas também convida a uma reflexão profunda sobre o futuro da agricultura e da relação entre o ser humano e a natureza. Este novo paradigma não só busca restaurar a qualidade dos alimentos e a saúde do planeta, mas também resgatar a dignidade e o conhecimento dos agricultores, fortalecendo a conexão entre a terra e suas culturas.

Leff (2002) aponta que a agroecologia se destaca como uma solução essencial frente ao modelo agrícola convencional, oferecendo uma abordagem que une saberes locais e princípios ecológicos. Ao contrário da agricultura industrial, que explora recursos naturais e degrada o meio ambiente, a agroecologia baseia-se em uma combinação de conhecimentos e práticas que valorizam a diversidade ecológica e cultural. Este campo não se limita a uma única ciência, mas se desenvolve na interseção de várias cosmovisões, teorias e práticas. As técnicas agroecológicas são ajustadas às condições específicas de cada região, proporcionando respostas mais sustentáveis às necessidades das comunidades rurais.

Em contraste com a agricultura capitalista, que prioriza lucro e produtividade a qualquer custo, Leff (2002) alega que a agroecologia busca uma agricultura mais sustentável e justa, voltada para o equilíbrio ecológico e o bem comum. Este novo paradigma é fundamentado na teoria da produtividade neguentrópica e nos princípios da ciência ecológica, com a fotossíntese sendo um pilar importante na construção de um modelo produtivo que promove a harmonia entre natureza e cultura.

A agroecologia também tem como objetivo reconectar a produção agrícola com suas raízes culturais e ecológicas (Leff, 2002). Em vez de tratar a terra como um mero recurso a ser explorado, vê-se a terra como um ente vivo que deve ser cultivado com respeito e cuidado. Esta abordagem resgata o vínculo entre agricultor e terra, preservando conhecimentos e práticas tradicionais que sustentavam a vida rural antes da modernização. Assim, promove a biodiversidade, a sustentabilidade e a segurança alimentar, enquanto valoriza a produção local e cultural.

Leff (2002) faz ainda uma importante crítica sobre como a globalização e a homogeneização dos alimentos têm levado à perda de sabores e práticas tradicionais. A massificação da produção e a intervenção tecnológica resultam na redução da qualidade e da diversidade dos alimentos. A agroecologia combate essa uniformização ao promover práticas que respeitam as condições locais, preservando as tradições e saberes que enriquecem a agricultura.

A agroecologia, como Leff (2002) esclarece, representa uma abordagem inovadora que integra ciência, prática e cultura de forma sustentável e equitativa. Ao valorizar saberes locais e respeitar os limites ecológicos, oferece uma alternativa viável ao modelo agrícola atual, promovendo uma reflexão sobre o futuro da agricultura e a relação entre seres humanos e natureza. Este novo paradigma visa restaurar a qualidade dos alimentos e a saúde do planeta, resgatando a dignidade dos agricultores e fortalecendo a conexão entre a terra e suas culturas.

A complexidade e a fragilidade dos ecossistemas tropicais, combinadas com a heterogeneidade cultural das sociedades tropicais, demandam uma reavaliação das estratégias de manejo agrícola. A abordagem convencional, centrada na artificialização e capitalização forçada, tem resultado na destruição das florestas e na erosão da fertilidade do solo, agravando a degradação ambiental. A conversão do uso da terra para a agricultura comercial e a pecuária extensiva tem sido uma das principais causas desse desmatamento. Leff (2002) acredita ser essencial reorientar as estratégias para a recuperação e o uso sustentável dos solos, adotando um manejo múltiplo e integrado dos recursos naturais.

Outro ponto importante lembrado por Leff (2002) é que os ecossistemas tropicais oferecem uma diversidade biológica que possibilita a aplicação de princípios de manejo agroflorestal. Estes princípios, que incluem a gestão integrada dos recursos florestais, agrícolas e pecuários, promovem uma utilização mais adequada e sustentável desses recursos. Diferente da homogeneização imposta pelo mercado global, essas práticas respeitam as condições ecológicas e culturais locais, permitindo um aproveitamento eficiente e ecologicamente equilibrado dos recursos.

A agroecologia e o manejo integrado oferecem uma alternativa para construir uma economia mais equilibrada e justa, fundamentada na biodiversidade e na riqueza cultural dos povos latino-americanos (Leff, 2002). Contudo, para que essas estratégias se concretizem, é necessário fortalecer politicamente as comunidades rurais, melhorando sua capacidade técnica e administrativa para a autogestão de seus recursos produtivos. Isso inclui o desenvolvimento de tecnologias apropriadas e a promoção de práticas que respeitem os ritmos naturais e aproveitem espécies de uso não convencional.

O desenvolvimento de uma economia sustentável nas áreas tropicais também enfrenta o desafio de combater a concentração do poder e a dominação das grandes empresas de biotecnologia (Leff, 2002). As populações indígenas e camponesas precisam assegurar seus direitos sobre os recursos naturais e a propriedade da terra para proteger seu patrimônio e melhorar suas condições de vida. A construção de uma nova racionalidade produtiva, baseada em princípios de equidade e sustentabilidade, requer a integração dos saberes locais com os avanços tecnológicos, permitindo uma gestão participativa e democrática dos recursos.

Os movimentos sociais e as organizações rurais que defendem a agroecologia e o manejo agroflorestal são fundamentais para transformar o modelo econômico dominante e promover um desenvolvimento sustentável (Leff, 2002). Esses movimentos se articulam em torno da defesa da autogestão comunitária, da conservação ambiental e da valorização da biodiversidade. Eles representam um esforço para reverter a degradação ambiental e melhorar

as condições de vida das comunidades rurais, ao mesmo tempo em que enfrentam a homogeneização cultural e a exploração econômica.

Leff (2002) afirma que a agroecologia se apresenta como uma solução viável para enfrentar os desafios da modernização agrícola e promover um desenvolvimento sustentável. Para que essa abordagem seja bem-sucedida, é crucial reforçar o poder das comunidades locais, garantir seus direitos sobre os recursos naturais e apoiar a integração de práticas produtivas sustentáveis com tecnologias apropriadas. A construção de uma nova racionalidade produtiva, que valorize a diversidade biológica e cultural, é essencial para garantir um futuro mais justo e equilibrado para as áreas tropicais e suas populações.

Altieri (2008) destaca as limitações dos modelos tradicionais de desenvolvimento agrícola, evidenciando a persistência de problemas como miséria, desnutrição e degradação ambiental, apesar de muitos projetos de desenvolvimento patrocinados pelo Estado. Assim como descreveu Leff (2002), Altieri (2008) também reitera que um dos principais pontos abordados é o impacto desigual da Revolução Verde, que introduziu tecnologias intensivas em insumos sem considerar a distribuição equitativa da terra. Essa modernização da agricultura beneficiou predominantemente os grandes agricultores que já possuíam capital e terras férteis, enquanto os pequenos agricultores, com menos recursos, foram marginalizados. Essa disparidade não só perpetuou a desigualdade, mas também contribuiu para a crise agrícola e ecológica que afeta a maior parte do mundo em desenvolvimento.

Altieri (2008) traz uma importante crítica ao paradigma de desenvolvimento dominante por sua incapacidade de promover um crescimento equitativo e sustentável. As estratégias convencionais falharam em atingir os mais pobres e em resolver questões fundamentais como a fome, a desnutrição e os problemas ambientais. As inovações tecnológicas, embora tenham avançado, não foram disponibilizadas de maneira acessível aos agricultores de menor escala e não se adaptaram às suas realidades agroecológicas e socioeconômicas. Esse fracasso revela que o desenvolvimento agrícola não pode ser abordado apenas por meio de soluções tecnológicas, mas exige uma compreensão mais ampla das condições socioeconômicas e ambientais.

A emergência da agroecologia é destacada como uma alternativa promissora para enfrentar essas limitações. Ela oferece uma abordagem integrada que considera tanto a produção agrícola quanto a preservação ambiental, sendo culturalmente sensível e economicamente viável. Em vez de focar exclusivamente em tecnologias substitutivas, a agroecologia busca entender e resolver os desequilíbrios nos agroecossistemas, propondo soluções que englobem dimensões tecnológicas, sociais e econômicas (Altieri, 2008; Leff,

2002; Machado; Filho, 2014). Portanto, a verdadeira sustentabilidade na agricultura requer uma mudança nos determinantes socioeconômicos e uma abordagem que vá além das tecnologias, incorporando princípios ecológicos e justiça social.

Para Altieri (2008), a agroecologia emerge como uma abordagem inovadora que integra princípios agronômicos, ecológicos e socioeconômicos para a compreensão e gestão de agroecossistemas. Em contraste com modelos tradicionais que frequentemente focam apenas em aspectos técnicos, como genética ou edafologia, a agroecologia adota uma visão mais integrativa, considerando dimensões ecológicas, sociais e culturais. Esta abordagem procura entender o funcionamento dos agroecossistemas como um todo, incentivando o uso de técnicas que minimizam a dependência de insumos externos e promovem a fertilidade e a proteção das culturas através das interações ecológicas. O objetivo principal é desenvolver sistemas agrícolas que sejam autossustentáveis e resilientes, aproveitando a sinergia entre os componentes biológicos para manter a produtividade e a saúde do solo.

Segundo Altieri (2008), a produção sustentável dentro da agroecologia depende do equilíbrio entre diversos fatores, como plantas, solo, nutrientes e organismos coexistentes. Um agroecossistema é considerado produtivo e saudável quando mantém condições equilibradas e permite que as plantas resistam a estresses e adversidades. Embora, em algumas situações, os agricultores possam precisar recorrer a medidas mais drásticas, como inseticidas botânicos ou fertilizantes alternativos, a abordagem agroecológica prioriza a restauração da resiliência e da força do sistema. A ênfase está em entender e corrigir desequilíbrios no agroecossistema para garantir uma recuperação eficaz sem causar danos adicionais, proporcionando assim uma solução sustentável para os problemas de pragas e degradação do solo.

Outro aspecto crucial da agroecologia, apontado por Altieri (2008) e já mencionado por Leff (2002), é a preservação da biodiversidade e a integração do conhecimento tradicional. A diversidade biológica é fundamental para a autorregulação e a sustentabilidade dos agroecossistemas, promovendo benefícios como a proteção do solo, a conservação dos recursos hídricos e o controle biológico de pragas. Além disso, o estudo da etnociência revela a importância do conhecimento tradicional sobre práticas agrícolas e ambientes locais. Esse conhecimento pode fornecer estratégias produtivas adaptadas às necessidades específicas das comunidades, contribuindo para a autossuficiência alimentar e a preservação cultural. Portanto, a agroecologia não só busca restaurar a saúde ecológica, mas também valoriza e incorpora a diversidade cultural, promovendo um desenvolvimento agrícola que respeite e integre as práticas e saberes locais.

Na opinião de Altieri (2008), a análise econômica da sustentabilidade agrícola revela uma lacuna crítica na forma como as políticas econômicas e os sistemas de contabilidade avaliam a contribuição e o impacto dos recursos naturais na agricultura. A sustentabilidade agrícola, embora amplamente reconhecida como crucial, frequentemente não é refletida em políticas econômicas devido à falta de indicadores e definições consolidadas. Subsídios que promovem o uso ineficiente de insumos e práticas agrícolas prejudiciais frequentemente são vistos como socialmente válidos, mas esses custos ocultos para a sociedade não são contabilizados. Para que a sustentabilidade se torne uma prioridade econômica, é necessário redirecionar a análise econômica para incorporar o valor real dos recursos naturais e os impactos das práticas agrícolas, garantindo que os custos ambientais sejam considerados e integrados nas políticas.

Embora a sustentabilidade agrícola seja geralmente definida com base na manutenção da produtividade e da lucratividade, suas definições não são quantitativas o suficiente para serem aplicadas de forma prática na formulação de políticas. A produtividade dos recursos naturais, essencial para a sustentabilidade, não é contabilizada adequadamente nas definições atuais. Isso significa que as políticas e tecnologias agrícolas não consideram o impacto real da degradação ambiental sobre a produtividade a longo prazo (Altieri, 2008). A falta de uma contabilidade abrangente para a base de recursos naturais limita a capacidade de formular estratégias eficazes que considerem tanto os benefícios econômicos imediatos quanto a preservação e a saúde dos recursos para o futuro.

Na visão de Altieri (2008), a crítica central ao sistema de contabilidade atual é que ele não reconhece adequadamente as perdas associadas à degradação dos recursos naturais, tratando-as como custos invisíveis. A erosão do solo, a poluição da água e a degradação ambiental não são refletidas nos registros contábeis, o que distorce a verdadeira medida da riqueza e da produtividade agrícola. A ideia de que o capital natural pode ser ignorado ou substituído pelo capital humanamente construído é falaciosa, uma vez que os recursos naturais são fundamentais para a eficácia e sustentabilidade da agricultura. Assim, incorporar a depreciação dos recursos naturais nos sistemas contábeis é essencial para garantir práticas agrícolas que sejam verdadeiramente sustentáveis, respeitando a capacidade de regeneração dos ecossistemas e mantendo a produtividade a longo prazo.

Do ponto de vista de Altieri (2008), as recomendações para a reforma política na agricultura sustentável visam corrigir distorções econômicas que comprometem a sustentabilidade ambiental e promover práticas mais equilibradas e eficientes. A primeira recomendação sugere a eliminação de subsídios que incentivam a degradação dos recursos

naturais. Esses subsídios, que frequentemente subsidiam o uso excessivo e ineficiente de insumos, são contraproducentes para a sustentabilidade, pois encorajam práticas que prejudicam o meio ambiente. Para promover uma agricultura sustentável, é fundamental implementar o princípio do “pagamento pelo poluidor”, que implicaria em taxar ou abolir o uso de agrotóxicos e fertilizantes prejudiciais. Ao forçar os agricultores a arcar com os custos de suas práticas poluentes, esse princípio reduziria a poluição e direcionaria recursos para a pesquisa em tecnologias menos prejudiciais.

A segunda recomendação destaca a necessidade de os países industrializados reformarem seus programas de incentivo agrícola, que distorcem os indicadores econômicos e geram excedentes produtivos. Esses programas, ao manter rendas agrícolas artificialmente altas, têm altos custos fiscais e ambientais, além de afetar negativamente a economia global ao reduzir os preços dos produtos e restringir o acesso aos mercados para países em desenvolvimento. Em vez de subsidiar a produção, os incentivos deveriam ser vinculados à provisão de bens ambientais e à adoção de práticas que conservem recursos e aumentem a produtividade ambiental. Tais reformas ajudariam a reduzir os custos fiscais e ambientais associados à agricultura e promoveriam uma gestão mais eficiente dos recursos naturais.

Altieri (2008) aborda a crise da agricultura camponesa e propõe a integração da agroecologia nas estratégias de desenvolvimento rural. Com o empobrecimento sistemático dos agricultores e a degradação ambiental crescente, é essencial adotar estratégias que melhorem a qualidade de vida dos camponeses e aumentem a produtividade das pequenas propriedades. A agroecologia, ao promover o uso de tecnologias de baixo insumo e práticas sustentáveis, pode aumentar a produtividade e a renda dos agricultores. Além disso, o desenvolvimento de técnicas adaptadas às condições locais pode otimizar o uso dos recursos disponíveis, resultando em sistemas agrícolas mais resilientes e produtivos.

Altieri (2008) aponta que adotar práticas agroecológicas pode levar a uma significativa redução na dependência de insumos químicos e de mercados instáveis. O manejo agroecológico busca maximizar a utilização dos recursos locais e promover a integração de diferentes componentes do sistema agrícola para alcançar um sinergismo ideal. A conversão de sistemas de monocultura intensiva para práticas agroecológicas envolve a utilização de insumos externos de forma controlada, focando na reciclagem e minimizando o impacto ambiental. Isso é crucial para criar sistemas de cultivo que mantenham a fertilidade do solo e garantam a produtividade a longo prazo.

Altieri (2008) lembra que o desenvolvimento de agroecossistemas sustentáveis e diversificados requer monitoramento rigoroso e gestão cuidadosa dos recursos em vários níveis.

A sustentabilidade agrícola não se limita à propriedade individual, mas envolve práticas de gestão em níveis distrital, regional e nacional. Isso inclui a conservação de energia e recursos, a qualidade do ambiente e o desenvolvimento socioeconômico justo, todos elementos essenciais para o sucesso da agricultura sustentável. A implementação eficaz dessas práticas demanda uma abordagem integrada e coordenada que leve em consideração todos os aspectos do sistema agrícola.

Altieri (2008) reitera que, para promover a agricultura sustentável, é crucial que os cientistas e formuladores de políticas se envolvam na busca de contextos políticos que favoreçam a sustentabilidade. A acessibilidade à terra, à água, aos recursos naturais, a linhas de crédito e a tecnologias apropriadas deve ser garantida por meio de reformas políticas e iniciativas comunitárias bem organizadas. Além do desenvolvimento de tecnologias agroecológicas, é necessário alterar as agendas de pesquisa e as políticas agrárias para incluir incentivos que promovam a sustentabilidade. Somente através de uma abordagem holística e integrada será possível alcançar uma agricultura que seja ecologicamente equilibrada, economicamente viável e socialmente justa.

2.3.4 A agroecologia como conceito político

Caporal e Costabeber (2004) refletem que a agroecologia tem sido frequentemente associada a conceitos amplos e positivos, como uma agricultura que respeita o meio ambiente, promove a inclusão social e garante uma vida mais saudável. No entanto, essa associação tem levado a uma série de interpretações errôneas sobre o que realmente é a agroecologia. Muitas vezes, o termo é confundido com práticas ou modelos específicos de agricultura, como a produção de alimentos “limpos” ou a adoção de certas tecnologias agrícolas. Essa confusão é refletida em frases comuns que associam a agroecologia a conceitos simplistas, como "existem mercados para a agroecologia" ou “agroecologia é um novo modelo tecnológico”, o que reduz a compreensão do termo a um conjunto de práticas ou políticas específicas, sem considerar sua profundidade e abrangência como abordagem científica.

Caporal e Costabeber (2004) lembram que essa confusão prejudica a percepção da agroecologia como uma ciência que fundamenta estilos de agricultura sustentáveis e estratégias de desenvolvimento rural sustentável. A agroecologia não é simplesmente uma alternativa à agricultura convencional ou um modelo tecnológico específico, mas sim um campo científico que busca entender e aplicar princípios ecológicos para promover a sustentabilidade na agricultura. Interpretar a agroecologia apenas como uma série de práticas agrícolas ou produtos "ecológicos" ignora sua capacidade de apoiar processos mais amplos de desenvolvimento sustentável e de transformar o modo como interagimos com os ecossistemas agrícolas. Portanto, é crucial reconhecer a agroecologia em sua totalidade para aproveitar seu potencial de forma eficaz e para garantir que sua aplicação contribua realmente para um desenvolvimento rural sustentável.

A busca por métodos agrícolas menos prejudiciais ao meio ambiente e mais sustentáveis, segundo Caporal e Costabeber (2004), tem sido um objetivo constante ao longo da história. Desde o início do século XX, com o avanço da química, biologia e mecânica, surgiram diversos estilos alternativos de agricultura, como a orgânica, biológica, natural, ecológica, biodinâmica e a permacultura. Cada uma dessas abordagens segue princípios e tecnologias distintas e busca responder às limitações do modelo convencional, que se tornou hegemônico após a segunda Guerra Mundial. No entanto, apesar das boas intenções, essas alternativas nem sempre conseguiram resolver os problemas socioambientais decorrentes do desenvolvimento agrícola tradicional, demonstrando a necessidade de uma abordagem mais robusta e integrada.

Nesse cenário de busca por alternativas, a agroecologia emergiu como um enfoque científico promissor para a transição a estilos de agricultura sustentáveis (Caporal; Costabeber, 2004). A agroecologia se destaca por oferecer uma base sólida para a construção de sistemas agrícolas que promovem a sustentabilidade a longo prazo, diferindo das abordagens convencionais e das tentativas de “ecotecnocracia”, que apenas ajustam o modelo existente sem uma mudança substancial. A terminologia “agricultura de base ecológica” foi adotada para distinguir esses novos estilos de agricultura, que se baseiam nos princípios da agroecologia, dos métodos convencionais e das abordagens de intensificação verde que, embora incorporem elementos ambientais, não alteram fundamentalmente os princípios subjacentes da Revolução Verde.

Para Caporal e Costabeber (2004), é importante entender que a agricultura de base ecológica não se limita a simplesmente evitar o uso de agrotóxicos e fertilizantes químicos. Muitas práticas que se autointitulam “ecológicas” podem não atender aos princípios mais amplos da agroecologia. Por exemplo, uma agricultura que substitui químicos por insumos orgânicos, mas não adota práticas agroecológicas amplas, pode ainda enfrentar problemas de contaminação e sustentabilidade. O uso inadequado de fertilizantes orgânicos, por exemplo, pode ser tão prejudicial quanto o uso de químicos sintéticos se não for manejado corretamente.

Além disso, Caporal e Costabeber (2004) destacam que a distinção entre práticas agrícolas e princípios agroecológicos é essencial. A agroecologia não é apenas uma técnica ou um conjunto de práticas, mas uma ciência que integra aspectos ecológicos e sociais para criar sistemas agrícolas sustentáveis. Portanto, a simples adoção de técnicas alternativas não garante que um sistema seja verdadeiramente sustentável. A agroecologia enfatiza a necessidade de entender e trabalhar com os ciclos naturais e a interação entre solo, plantas e ambiente, em vez de meramente substituir insumos químicos por orgânicos.

Na opinião de Caporal e Costabeber (2004), outros estilos de agricultura alternativa podem se restringir a adaptações superficiais do modelo convencional, sem abordar questões estruturais profundas relacionadas à sustentabilidade. A agroecologia, por outro lado, promove uma análise sistêmica e multidimensional que considera a complexidade dos agroecossistemas e as interações entre os componentes ambientais e sociais. A abordagem agroecológica busca uma harmonia entre a produção agrícola e a preservação ambiental, promovendo uma maior equidade social e uma gestão mais equilibrada dos recursos naturais.

Caporal e Costabeber (2004) lembram que a prática agrícola envolve também um aspecto social e econômico que vai além da técnica. A agroecologia propõe que o desenvolvimento rural sustentável deve levar em conta as oportunidades e a justiça social para

todos os envolvidos. Isso significa que qualquer modelo agrícola sustentável deve também considerar as condições de trabalho e a equidade econômica, não apenas a eficiência técnica e ambiental. Modelos que ignoram esses aspectos podem resultar em novas formas de exploração e desigualdade, apesar de serem ambientalmente mais "limpos".

Para Caporal e Costabeber (2004), a transição para práticas agroecológicas requer um esforço coletivo e uma mudança de paradigma no desenvolvimento rural. É necessário promover um diálogo contínuo entre diferentes setores da sociedade e um reconhecimento das dimensões práticas da sustentabilidade. A falta de conscientização pública sobre os impactos da agricultura convencional pode atrasar o progresso em direção a práticas mais sustentáveis. Portanto, a integração de conhecimentos e a participação ativa do Estado e da sociedade são cruciais para consolidar um novo paradigma agrícola que respeite todas as dimensões da sustentabilidade.

A agroecologia oferece um caminho promissor para o desenvolvimento de estilos de agricultura verdadeiramente sustentáveis. No entanto, é fundamental evitar a simplificação do conceito e reconhecer a complexidade dos sistemas agrícolas e das questões sociais envolvidas. A verdadeira sustentabilidade requer uma abordagem holística que considere as interações entre os componentes ecológicos e sociais dos sistemas agrícolas e que busque uma melhoria contínua em todos os aspectos da sustentabilidade. A agroecologia, como um enfoque multidisciplinar e estratégico, tem o potencial de promover uma agricultura que respeite tanto o meio ambiente quanto as condições sociais e econômicas dos agricultores, garantindo assim um futuro mais equilibrado e justo (Altieri, 2008).

A cartilha MAPA/CEPLAC (2012) explica, de maneira simples e objetiva, como podemos entender o que é a agroecologia: “É uma nova abordagem que integra os conhecimentos científicos (agronômicos, veterinários, zootécnicos, ecológicos, sociais, econômicos e antropológicos) aos conhecimentos populares, para a compreensão, avaliação e implementação de sistemas agrícolas, com vistas à sustentabilidade. Não se trata de uma prática agrícola específica ou um sistema de produção”.

Em 2024, foi editado o Decreto 7.794, de 2012, que regulamenta a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). Com o ato, são retomadas as duas instâncias de gestão da política agroecológica: a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) e a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO). A proposta de alteração do Decreto foi elaborada no âmbito do Grupo de Trabalho Técnico da CNAPO, coordenado pela Secretaria-Geral da Presidência da República. A PNAPO tem por objetivo:

com o objetivo de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis (Brasil, 2012).

A PNAPO é implementada no sentido de caminhar em conjunto com Estados, Distrito Federal e municípios, em regime de cooperação, no fomento e na implementação de políticas voltadas para a agroecologia e a sustentabilidade no Brasil. Em Minas Gerais, a Lei 21.146, de 2014, institui a política estadual de agroecologia e produção orgânica, que tem como objetivo “ampliar e fortalecer a produção, o processamento e o consumo de produtos agroecológicos, orgânicos e em transição agroecológica, com ênfase nos mercados locais e regionais” (Lei 21.146/2014). Outra legislação que visa à implementação da agroecologia em Minas Gerais é a Lei 24.176, que institui o polo agroecológico e de produção orgânica do norte do estado.

Gonçalves e outros (2020), em seu trabalho, encontram diversas contradições no cotidiano de trabalhadores de áreas em transição agroecológica, pois nem todos afirmavam acreditar ou entender os princípios da agroecologia que tentavam praticar. Em sua visão, para alcançar a verdadeira sustentabilidade e promover o desenvolvimento rural sustentável, é importante que os métodos ecológicos alcancem os agricultores familiares. Isso demanda uma revisão dos cursos para agentes de assistência técnica e extensão rural, que devem incluir disciplinas com enfoque agroecológico e social. Além disso, é preciso melhorar o acesso dos agricultores a pesquisas e informações sobre práticas sustentáveis. A gestão ambiental e social deve ser participativa, envolvendo toda a população, para garantir uma compreensão mais completa dos ecossistemas e das dinâmicas sociais. Somente com essa abordagem integrada e inclusiva será possível avançar na adoção de práticas que promovam a sustentabilidade real.

Mesmo com respostas desanimadoras e carentes de vários incentivos, Gonçalves et al. (2020) entendem que o estímulo ao desenvolvimento sustentável é fundamental para garantir alimentos saudáveis e assegurar a soberania alimentar. A agroecologia surge como um pilar para essa transformação, devendo ser amplamente apoiada e disseminada. Contudo, para promover a sustentabilidade e garantir a biodiversidade, é necessário mudar a percepção atual sobre a agroecologia. Muitos agricultores ainda possuem um conhecimento limitado sobre práticas ecológicas e demonstram resistência em adotar sistemas sustentáveis, influenciados pela visão hegemônica da Revolução Verde. Essa resistência pode ser atribuída à falta de acesso a informações e estudos sobre práticas sustentáveis, à ausência de cursos focados em ecologia

e à educação ambiental inadequada, além de desafios na obtenção de certificações para produção orgânica, como citado acima.

Os desafios financeiros também desempenham um papel significativo na transição para a agroecologia, segundo os estudos apresentados por Gonçalves e outros (2020). O alto custo associado à implantação de sistemas sustentáveis limita a capacidade dos agricultores de baixa renda, que frequentemente enfrentam dificuldades em obter crédito para investimentos. Além disso, o mercado de produtos orgânicos ainda é restrito a nichos específicos de consumidores dispostos a pagar mais por produtos sustentáveis, o que exclui uma parte significativa da população.

Para superar essas barreiras, entende-se que é preciso transformar as percepções e crenças sobre a sustentabilidade, promover a conscientização e fornecer informação adequada. A formação de uma consciência coletiva e ambiental, baseada em princípios éticos e no respeito às diversas culturas, é essencial para que os agricultores desenvolvam estratégias econômicas e ambientais apropriadas, possibilitando a mudança e o crescimento sustentável de suas propriedades. Para se alcançar essa consciência, é necessário, também, que os entes públicos intervenham em projetos políticos consistentes.

3 PERCURSO DE PRODUÇÃO DE DADOS

3.1 Possíveis desafios apontados pelos agricultores

Todos os entrevistados são aposentados e têm compromissos que vão além do trabalho, como cuidados médicos e cuidados um com o outro, assim como relata Joaquim:

A gente, para não ficar em casa bem quieto, então vem para cá. Eu não digo que é todo dia, porque a gente... igual no meu caso, que eu já passei dos 15 anos...então a gente tem sempre médico, né? Quando num é pra uma determinada coisa, é pra outra. Tem minha esposa também, que eu cuido dela e ela cuida de mim...no caso de sair, né? Sempre que dá uma vaga, eu estou aqui (Joaquim, entrevista, out. 2023; jan. 2025)⁶.

Sobre o maior desafio enfrentado no CEVAE Serra Verde, ele aponta que não houve muitos, nada que o fizesse desgostar do ambiente, embora alguns detalhes foram lembrados. Em suas palavras:

O que que pode ter me tirado do sério? Alguma coisa assim que aconteceu? Que é difícil... sabe? Logo no início, quando aqui era aberto, era por causa das capivaras. Ah... tinha capivara... Tinha não... ainda tem! Tem... ainda tem... eu estou me lembrando das capivaras... Foi assim... lutando e tal... com muita conversa e tal... teve algumas reuniões, aí conseguiram tirar, acabou o meu estresse. Não é dizer que comiam. Mas elas apisavam de tudo, amassava tudo, sabe? A taioba, por exemplo, ela não comia, só arrancava aquele talo grosso, sabe como é que é? É... É danada as bichinha... E aí é que me tirava do sério (Joaquim, entrevista, out. 2023; jan. 2025).

Tentando lembrar de outros possíveis desafios enfrentados nas hortas, segundo Joaquim: “[...] *tem algumas coisas aí que acontecem... mas isso a gente passa por cima... sabe como é? É questão de... assim... a pessoa mexer na pranta da gente... sabe como é que é? Mas isso aí eu não levo muita fé, não...*” (Joaquim, entrevista, out. 2023; jan. 2025) – se esquivava, talvez por não se importar muito com certos comportamentos dos colegas e da gestão, ou por não reforçar alguns comportamentos naquele espaço tão bem querido por ele.

Sobre os desafios que encontrou para manter as hortas no CEVAE Serra Verde, Carmem não encontra um momento que seja difícil, pois ela acredita que sempre teve facilitadores dentro do centro, inclusive com acesso a mudas e a adubos orgânicos que a própria gestão consegue para eles, sendo, então, o trabalho mais prazeroso do que desafiador. Inclusive, uma vantagem que ela acredita é justamente essa liberdade que o trabalhador da horta tem em, por exemplo,

⁶ Manteve-se a transcrição das entrevistas o mais próximo possível dos modos como os participantes falam.

cultivar para a venda própria e assim fazer alguma renda extra. Ela não costuma vender muito os seus cultivos, mas sabe que outros agricultores que conseguem produzir mais do que ela, tem muita facilidade para vender.

No início, as capivaras eram um problema significativo e um grande desafio, pois, embora não comessem as plantas, “*apisavam de tudo, amassava tudo*”, o que o “*tirava do sério*” Joaquim. De fato, o problema foi relatado por todos os participantes. A solução para ele foi coletiva, juntamente ao CEVAE Serra Verde e à Prefeitura de Belo Horizonte, com verbas para cercar o espaço e impedir que os animais entrassem.

Outro desafio no CEVAE Serra Verde relatado por Jussara está no fato de, às vezes, ser permitido a entrada de pessoas da comunidade para pegar as mudas, embora não seja ensinado o manejo correto, causando assim, por vezes, a perda de muitas plantas. No geral, o compartilhamento de mudas e a ajuda nos canteiros entre os trabalhadores é um hábito muito positivo, para Jussara. Joaquim também menciona que “*a pessoa mexer na pranta da gente*” é algo que ocorre algumas vezes, mas que ele diz não se importar muito.

3.2 Motivações mais recorrentes nas entrevistas com os agricultores

Quando perguntado sobre a motivação de continuar com as hortas, Joaquim justifica pelo contato com a natureza: “*porque... como se diz? Já ando com a unha suja mesmo, né? Então vou sujar de pé. Sujar de pé é uma coisa natural. É a natureza. Eu gosto muito de um verde, sabe?*” (Joaquim, entrevista, out. 2023; jan. 2025). Não apenas o contato com a natureza o fez se manter cultivando as hortas, mas também o seu tempo livre como aposentado⁷ e a proximidade com a comunidade local e com as pessoas que participam das atividades:

E... Para mim, que já aposentei já vai fazer 30 anos. Então, para ficar dentro de casa é melhor. Para trabalhar aqui, eu gosto. Gosto da comunidade que luta aqui. Eu sou aqui do Parque São Pedro. Mas eu tenho muita amizade por aqui. Então eu gosto muito (Joaquim, entrevista, out. 2023; jan. 2025).

Sobre o seu trabalho na horta, Joaquim argumenta:

Para mim, muito bem. Para mim, muito bem. E tem dia que eu venho para aqui...o dia que eu estou livre... Agora, semana que vem, por exemplo... Já é a época de a gente começar a limpar aí...para cultivar a terra... para poder plantar alguma coisa... a hora que chegar lá para março... abril, março... para plantar, né? Então o canteiro já está mais ou menos pronto. E aí, eu costumo vir para aqui... sete horas da manhã... embora

⁷ Ser aposentado não é um condicionante para o trabalho no CEVAE Serra Verde.

lá para cinco horas...eu aqui mesmo, eu trago marmita... (Joaquim, entrevista, out. 2023; jan. 2025).

Questionada sobre o que a motiva a continuar a trabalhar com hortas no CEVAE Serra Verde, Carmem revela o bem estar mental em permanecer em um ambiente de natureza: “*eu sinto muito bem, sabe? Eu melhoro minha mente, fico boa...*” (Carmem, entrevista, out. 2023; jan. 2025). Além disso, ao ser questionada também sobre o que faz com a produção, destaca o consumo próprio de verduras, em que ela conhece a procedência e a qualidade, como uma vantagem, principalmente no quesito natural, pois eles não são incentivados a usarem pesticidas nas hortas. Em suas próprias palavras:

É porque também facilita, né? A gente evita de comprar, é bom pra mente. Eu gosto muito daqui. É, o pessoal tá falando isso mesmo, tá bom pra cabeça”, sempre enfatizando a questão da “saúde mental e bem estar (Carmem, entrevista, out. 2023; jan. 2025).

Carmem volta a elogiar o CEVAE como lugar “terapêutico”. Ela é uma pessoa idosa que frequenta o posto de saúde constantemente e tem acesso a terapias e a tratamentos variados. Disse que a psicóloga que a atende recomendou muito o trabalho com as hortas pelo contato com a natureza. Então, Carmem começou a organizar seu dia a dia para que ela frequentasse o CEVAE Serra Verde e mantivesse sua casa do mesmo jeito. Ela limpa sua casa e deixa o almoço preparado para seu marido antes de ir para o Centro.

Tuan (1980) explica que a cultura condiciona a percepção e os valores ambientais. Para ele, a forma como avaliamos o ambiente físico é fruto de nossas experiências, antecedentes socioeconômicos e aspirações. Tuan (1980) exemplifica que nas sociedades não tecnológicas a visão de mundo é construída a partir dos elementos do ambiente social e físico. Dessa maneira, pode-se relacionar as atividades nas hortas do CEVAE Serra Verde tendem a representar um microcosmo em que essa dinâmica cultural se manifesta de forma potente. Ao participarem do cultivo, indivíduos de diferentes origens e vivências se unem em um propósito comum, compartilhando conhecimentos, técnicas e uma visão de mundo mais conectada à produção de alimentos e ao ciclo da natureza. Essa interação coletiva não só reforça a valorização do meio ambiente, mas também permite a construção de uma identidade cultural que incorpora a sustentabilidade e a resiliência alimentar como pilares.

Imagem 4 – Foto da área de convivência CEVAE Serra Verde



Fonte: capturado pela autora (2025).

A ‘topofilia’ é um neologismo trabalhado por Tuan (1980) e definida como os lados afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material. O contato tátil com a terra, a água e as plantas, a observação do crescimento e da vida, e o prazer estético de ver o fruto do próprio trabalho, são experiências que resgatam a apreciação sensorial direta que, na vida moderna, se torna cada vez mais rara. Diferente da apreciação romântica e melancólica da natureza, que é um privilégio da cidade sem uma compreensão real, as hortas urbanas proporcionam um contato físico e vocacional, mesmo que em menor escala, com o ciclo da vida. Essa intimidade física, aliada à dependência material e à esperança que o cultivo da terra, inspira, forja uma topofilia mais profunda e enraizada, similar à dos trabalhadores rurais, e que se assemelha aos trabalhadores das hortas do CEVAE Serra Verde, no sentido de aprofundamento do sentimento de bem-querer e bem-estar que o espaço proporciona aos que lidam com suas hortas.

Tuan (1982) ressalta em suas ideias que há diminuição do contato físico cotidiano com o meio ambiente natural na vida moderna, tornando-o cada vez mais indireto e limitado a ocasiões especiais, como atividades turísticas, por exemplo. As hortas urbanas podem se desenvolver como uma alternativa para reverter essa tendência, oferecendo um espaço acessível em que o homem tecnológico pode se envolver com a natureza de forma mais do que recreacional ou superficial. O ato de plantar, de cuidar e de colher cria uma conexão visceral, em que a beleza da natureza não é apenas observada, mas vivenciada como “substância e

processo”. Esse despertar profundo para a beleza ambiental, segundo Tuan (1980), muitas vezes repentino, independe do caráter do ambiente e se revela em cenas simples, permitindo um novo *insight* na realidade que é experimentado como beleza. Nas hortas, a apreciação da paisagem se mescla com as lembranças dos incidentes humanos e a curiosidade científica, perdurando além do efêmero e forjando um sentimento de fusão com a natureza.

Imagem 5 – Foto de área do espaço de convivência CEVAE Serra Verde: primeira perspectiva



Fonte: capturado pela autora (2025).

As hortas urbanas, portanto, podem transcender a mera produção de alimentos. Elas se tornam espaços em que a cultura é moldada, a percepção ambiental é aprimorada e a topofilia floresce em suas múltiplas dimensões. Ao promover o contato físico e a dependência material da terra, resgatam um senso de valor ligado ao mundo natural, similar àquele experimentado pelos agricultores em ambientes rurais, assim como citado por Tuan (1980). Em uma sociedade cada vez mais desconectada da natureza, as hortas urbanas oferecem uma oportunidade de reavivar a seriedade e a profunda conexão com os ciclos da vida, que poucas outras ocupações podem igualar. Elas representam não apenas um meio de vida, mas um caminho para o desenvolvimento de uma consciência ambiental coletiva e para a reafirmação da topofilia pelos que a desenvolve.

3.3 Cooperação, autogestão e autonomia: a prática da economia solidária no CEVAE Serra Verde

Todos os entrevistados disseram que a decisão do que fazer com a produção da horta fica a critério de cada agricultor, sem muitas interferências da gestão do CEVAE Serra Verde. Pode-se, então, entender que há autogestão como prática no local, mesmo que ela não esteja ligada as intenções da economia solidária, já que não ocorre formação necessária nesse sentido e tampouco foi relatada uma força no sentido de criar a ideia. Autogestão aplicada ali seria, então, no sentido de dizer que eles não possuem chefes, patrões ou empregados.

Lanza e outros (2014) sugerem que na autogestão todos são responsáveis pelas decisões que envolvem as etapas do trabalho, desde como e o que será produzido, até como será comercializado. A diferença é que, embora tenha relatado que essa prática no CEVAE Serra Verde seria a regra, não foi dito que essa era uma formação ligada diretamente aos conceitos e princípios da economia solidária, e nem que os frutos da renda poderiam ser decididos em grupo. Cada um fica responsável pelo que faz com a produção, e se houver renda, ela é de cada um, e não repartida entre todos os membros.

Sobre como o CEVAE Serra Verde colabora com os trabalhadores das hortas, Manoel relata, em tom de agradecimento ao ambiente que diz ser acolhedor, que:

O próprio CEVAE te ajuda. O pessoal aqui da coordenação põe esterco aí para nós... nós temo água. Água gelada ali para beber... O pessoal do CEVAE que traz o esterco... o adubo. Tem um monte de esterco ali. Tem água para moer as planta. Graças a Deus por enquanto nós temo, eu falando por mim, eu tenho apoio aí (Manoel, entrevista, out. 2023; jan. 2025).

Imagem 6 – Foto área do espaço de convivência CEVAE Serra Verde: segunda perspectiva



Fonte: capturado pela autora (2025).

O princípio da cooperação como forma de consolidar a ajuda coletiva e a criação de laços de vida e de experiência em comum (Lanza *et al.*, 2014) é praticado no CEVAE Serra Verde e citado em todas as falas disponíveis nesse trabalho. É comum que os trabalhadores se entrelacem para a manutenção e para o manejo das hortas, como a rega e a poda, em alguns casos a semeadura e a colheita, assim como a troca de produtos entre si. Isso confirma o que Lanza e outros (2014, p. 24) enfatizam: o homem, ao agir em cooperação, respeita e valoriza as capacidades de cada um e, assim, todos vivem como iguais.

Sobre o conhecimento compartilhado com os colegas das hortas, Joaquim afirma:

[...] tem muita gente aí que ensina a gente. Igual tem uma... uma senhora aí... ela até não está vindo não... acho que ela está até meio doente. Tem uma aí que tem bastante conhecimento também, ela se chama Alice. Mas eu acho que ela está meio doente. Ela tem muito contato assim... gosta muito assim do... do açafraão... Ah... é... gosta muito do açafraão. Para mim está bom. É uma troca de experiência bacana (Joaquim, entrevista, out. 2023; jan. 2025).

Adiante, sobre as decisões sobre o que e como plantar, Joaquim relata:

[...] cada agricultô ele planta o seu produto que ele gosta. Então, por exemplo, quando chega na época... eu gosto mais de plantar alface, almeirão, couve. Eu vi que tem as

mudinhas ali, é mostarda, jiló. Eu gosto de plantar isso. Mas assim... ninguém aqui ninguém manda. Igual no caso da Júlia aí, por exemplo. A Júlia não fala você tem que plantar isso não. Você planta o que você quer. Por enquanto está sendo assim... pode ser que vai modificar. E se modificar eu tenho que aceitar... é igual ali... ela fez ali um negócio ali para para adubar. Pôr folha lá dentro composteiro. Depois que a Júlia está aí que fez. Mas só ela que mexe. Não... por enquanto ainda não vi resultado ainda não... eu estou esperando ver a hora que tirar o adubo lá de dentro... para ver como é que vai ser (Joaquim, entrevista, out. 2023; jan. 2025).

Quanto ao consumo solidário, um princípio importante da Ecosol, observa-se, na fala dos trabalhadores entrevistados, essa prática ao citarem que consomem e doam o que produzem. Para Lanza e outros (2014), o consumo solidário é propriamente o que visa ao bem coletivo e não individual, prática que os trabalhadores do CEVAE Serra Verde buscam exercer de forma bastante corriqueira, considerando, ainda, que eles têm a consciência de que, dessa forma, contribuem para o fortalecimento deles próprios como produtores e do meio Ambiente.

Nesse contexto, Joaquim descreve que faz com a sua produção:

Olha... minha família é grande, então eu levo pra as minhas irmã, levo pra os meus irmão, levo pra o meu vizinho. Consumo próprio. É muito difícil eu vender aqui. Mas sempre eu vendo aqui... vendo aí... alface, almeirão. Porque a gente faz uma atividade aí e aí ajunta que a senhora às vezes agrada o produto que a gente tem aí e eu calculo e é tanto o pé. E aí eu vendo. Eu vendo, mas não é sempre que eu saio pra vender e tal... isso e aquilo não. Não é o foco. Não é o meu foco não é comércio não. O meu foco é... mexer aí (Joaquim, entrevista, out. 2023; jan. 2025).

Sobre o trabalho colaborativo e as doações, Carmem relata que sempre teve acesso facilitado às mudas, assim como os outros agricultores. Em algumas ocasiões, eles recebem menos, então, o que eles fazem é permutarem entre si as mudas e decidirem o que cada um vai plantar. Também, quando conseguem fazer a multiplicação das mudas, eles doam uns para os outros de forma bastante natural, sempre buscando atender aos colegas.

Jussara diz que costuma “ajeitar” melhor o canteiro para suas colegas de mais idade, a fim de facilitar o cultivo delas. Essa interação justifica muito bem o que ela considera como “boas amizades” que faz no lugar, tendo em vista que essa é uma das vantagens principais para Jussara, além de manter a oportunidade de estar em natureza, hábito que ela havia perdido ao se mudar do interior para o conjunto de prédios do bairro Serra Verde.

Assim como ocorre com a agroecologia, a economia solidária no CEVAE Serra Verde carece de uma institucionalização que vise à formalização no espaço e à construção como formação entre os participantes. Nenhum dos três entrevistados disseram claramente o que é agroecologia e economia solidária, e isso se torna uma contradição diante da proposta oficial do CEVAE Serra Verde. Aconteceram cursos e oficinas de forma esporádica durante o passar

dos anos, sem uma ligação com os fóruns de economia solidária ou das redes de divulgação agroecológicas, prejudicando, assim, sua construção política coletiva.

Outro ponto importante em que é percebida a ausência da formalização das intenções com base na economia solidária é a existência de um regimento interno dos trabalhadores das hortas que possam organizar os princípios e as funções sociais e econômicas do lugar. Apesar de encontrarmos citações importantes nas descrições oficiais do CEVAE, como a lei de criação, não existe nenhuma menção por parte dos trabalhadores a tal documento, que é parte fundamental da formação popular e solidária.

3.4 A prática agroecológica no CEVAE Serra Verde: oportunidade para a construção de uma formação emancipatória

Nota-se que as práticas dos agricultores do CEVAE Serra Verde condizem com os princípios indicados por Altieri (1998), no que diz respeito ao manejo dos recursos produtivos ligados a diversificação de tempo, de espaço, de espécies e de regiões. É uma prática importante que ajuda na manutenção da biodiversidade dos solos e, conseqüentemente, na sua qualidade futura. Esse conhecimento é de grande riqueza, e ultrapassa a visão metodológica unidimensional dos modelos de agricultura modernos, buscando enfatizar, na raiz de suas práticas, dimensões sociais e culturais relevantes (Altieri, 1998).

Sobre os conhecimentos do passado que orienta o trabalho nas hortas, Joaquim diz que são poucos, mas o que relata fazer é decisório na manutenção de uma boa plantação, segundo os próprios princípios da agroecologia:

Eu faço, por exemplo, aquela mudança de plantação... por exemplo... ali cê plantou milho dessa vez... da outra vez cê troca. Eu planto quiabo. Igual aqui, por exemplo... eu plantei quiabo aqui... quando eu tiver de plantar outra vez... chegar na época de setembro, outubro... eu posso plantar uma escova de milho aí... né? Eu não gosto de plantar aqui porque aqui... já tem muita sombra, né? E lá para baixo... Lá tem mais... Lá embaixo tem mais espaço (Joaquim, entrevista, out. 2023; jan. 2025).

O que senhor Manoel faz para produzir quiabo e milho seria, para Altieri (1998), uma maneira de produção sustentável e agroecológica derivada do equilíbrio entre plantas, solos, nutrientes, luz solar, umidade e outros organismos coexistentes. Percebe-se que, mesmo de maneira intuitiva, ele replica uma metodologia que aprendeu no passado sobre o crescimento da planta, suas dinâmicas produtivas e suas necessidades biológicas que amplificam a sua produção:

Uma coisa específica... assim... uma técnica bem... O milho geralmente é um milho mais graúdo para planta, não é? Hum... O quiabo... isso tem uma técnica... mas eu não uso essa técnica, não. Quando você for plantar o quiabo... você pega o quiabo... põe ele na semente do quiabo... põe na água... aí ele incha. Oh... isso é uma boa técnica. Aí você pega ele e planta ele... aí ele nasce no instante. E brota. Porque o quiabo é uma coisa difícil de nascer. E você tem que plantar ele raso. Ah... você não faz uma cova funda, não? Não. O milho já tem que ser uma cova mais funda. Quem te ensinou isso? Minha mãe que me ensinou isso aí. Ah... tá vendo? Ela tinha uma técnica... ela tinha um jeito assim... plantar o quiabo... plantar o quiabo... sentado... para o quiabo não crescer muito e dar boa produção. Que é a técnica dela lá (Manoel, entrevista, out. 2023; jan. 2025).

Continuando sobre as técnicas de plantio de quiabo, Joaquim detalha:

Pra ele não crescer muito, se a cova ficar rasa, ele não cresce muito. Para ele não crescer muito e dar boa produção. Ela me ensinou a hora que o quiabo cresce nesse porte assim... por exemplo, você chega a terra no pé dele, ocê já vai juntando mais terra, porque você planta a cova rasa... Então qualquer ventinho que der, ele tomba. Ele tomba... igual aqui, por exemplo... eu não cheguei na época certa... tombou o vento. Ah... aqui também ventou muito. Geralmente... Tem que ficar mais num meio lá. Geralmente o vento vem mais do sul. Então ele tomba para o lado do norte. Ali mesmo... aí toma uma boa técnica aí. A técnica do milho é a semente graúda. Tem que ter isso... igual... o meu pai, por exemplo... pra plantar milho ele plantava uma roça de milho aí quando eu era moleque... menino... Era muito milho... e quando chegava na época de colher... então ele colhia aquele milho bem granado... ele virava aquela espiga de boca para baixo pra... quando chover a água não juntar ali dentro e brotar o milho. Ele virava o milho com a cabeça para baixo assim... então a água batia e escorria aí de cima da palha e ia embora. E assim nós fomos aprendendo... como se diz... eu saí da roça... mas a roça... um pedaço da roça não dava para mim... (Joaquim, entrevista, out. 2023; jan. 2025).

O cultivo de espécies que os agricultores produzem com seus companheiros de horta é a base para o entendimento do que é o conceito de agroecologia preconizado por Altieri (1998), ao trabalhar a terra no sentido de “ouvir” e de “respeitar”, uma coerência metodológica profunda da própria natureza. Se em ambientes naturais as espécies diferentes convivem em harmonia sem prejudicar umas às outras, não faz sentido plantar monoculturas e padronizar quintais e hortas rompendo com uma diversidade natural. Além disso, essa forma de plantar intuitiva é, na verdade, segundo Altieri (1998), uma forma de trabalho sinérgico, que busca economia de espaços, de energias e de insumos, fazendo com que a interação entre as espécies diferentes beneficie o solo, minimizando os impactos causados pela agricultura.

Imagem 7 – Foto da horta de Joaquim



Fonte: capturado pela autora (2025).

Nesse sentido, Carmem relata que encontra no cultivo das hortas uma diversidade maior de plantas. Com a colaboração dos colegas, até mesmo apenas um agricultor consegue plantar mais que três espécies de folhosas e alguns tubérculos. Sobre as folhosas, algumas são mais sensíveis que as outras. portanto, há uma técnica melhor para o plantio e para a colheita que Carmem relatou ter aprendido nos seus tempos de Vale do Jequitinhonha:

É, eu mesmo tenho três hortas, aí o que acontece? Aí eu divido, porque é muita muda, entendeu? Variada, alface, mostarda, rúcula. A alface cê coiê mais fácil, a mostarda vai crescono. A mostarda cresce mais, né... alface você arranca com raiz e tudo, e as outras não” (Carmem, entrevista, out. 2023; jan. 2025).

Carmem diz que, nos tempos antigos de sua infância e primeira juventude, eles não plantavam as hortas “*assim com tanta organização*”. O que eles plantavam era de forma aleatória pelos terrenos, próximos das pastagens das criações de animais, perto dos córregos e dos cursos d’água, e até mesmo nas proximidades das casas, quando as espécies se adaptavam melhor. Ou seja, em canteiros, ela só viu mesmo no CEVAE Serra Verde. Entretanto, ela se lembra que, na roça, tinham o hábito de verificarem a lua para o plantio de determinada espécie: “*pra plantar na lua cheia, que as coisas ficam bonitinhas. Lua cheia. Aí eu planto na lua cheia.*”

Lua minguante, ela não dá não” (Carmem, entrevista, out. 2023; jan. 2025). Nesse sentido, Altieri (1998) explica que o conhecimento tradicional camponês e indígena passa por diferentes graus de interação entre os meios biológicos e sociais. Mesmo que pareça algo irrelevante ou anticientífico, o plantio que se baseia, por exemplo, nas fases da lua, é uma das partes que os agroecologistas, segundo Altieri (1998), consideram uma demonstração do profundo conhecimento sobre o meio ambiente, interagindo com os fenômenos apresentados e não somente no ato de plantar isoladamente.

Outro tipo de cultivo que Carmem relatou gostar muito é o de temperos e plantas medicinais. Segundo ela, são fáceis para cultivar, crescem rápido, espantam algumas pragas, e, sobretudo, servem para o consumo próprio e para as doações para a comunidade: *“remédio também, quando tem aqui, a gente doa pras pessoas. Folha de chá. Aqui é tançagem, algodão. Aquilo ali é panacea. Cana de macaco também, bom para os rins. Isso aqui é hortelã pimenta”* (Joaquim, entrevista, out. 2023; jan. 2025).

O conhecimento popular rural possui a vantagem de usar não somente o conhecimento teórico, mas o prático (Altieri, 1998). Jussara, em sua infância, praticava a natureza experimental na agricultura. Relata que, desde muito pequena, junto aos seus irmãos, colaborava com o trabalho da dispersão das sementes e das novas modalidades de cultivos, na tentativa de superar limites biológicos e socioeconômicos particulares de sua família. A reciclagem de nutrientes que, para Altieri (1998), os pequenos agricultores asseguram a fertilidade do solo mantendo fechado os ciclos de nutrientes, de energia, de água e de resíduos, é lembrada por Jussara no plantio do milho e do feijão, visto que esse tipo de rotação e pousio é uma forma muito eficaz de enriquecimento do solo.

Imagem 8 – Foto da horta de Carmem: primeira perspectiva



Fonte: capturado pela autora (2025).

Imagem 9 – Foto da horta de Carmem: segunda perspectiva



Fonte: capturado pela autora (2025).

Jussara se aprimorou no cultivo de raízes como açafrão e gengibre, chegando a colher 48 kg em um único ano. Com o sucesso que obteve com o cultivo de raízes, ela revende, doa e usa para consumo próprio. Para diversificar seu cultivo, gosta de plantar alface e taioba. Segundo Jussara, plantar é mais do que uma atividade de trabalho, é um ensinamento:

É preciso aprender o que a natureza ensina a gente. A natureza vive sem a gente, mas, mas a gente não vive sem ela. A única coisa que a natureza precisa da gente é aprender e respeito. Temos que aprender a mexer com ela e respeitá-la (Jussara, entrevista, out. 2023; jan. 2025).

Imagem 10 – Foto da horta de Jussara: primeira perspectiva



Fonte: capturado pela autora (2025).

Imagem 11 – Foto da horta de Jussara: segunda perspectiva



Fonte: capturado pela autora (2025).

Uma dessas práticas é o que se chama de “rotação de cultura”, que Jussara não conhece por esse nome, considerando que só faz por “instinto” ou “rumo” do que ela aprendeu ser o certo no plantio. Além disso, uma prática bem comum e muito eficaz na agricultura, o plantio de milho com feijão, era um hábito nos cultivos familiares de Jussara: *“meus irmão iam na frente plantando o milho, na hora que eles já plantava eu ia com um canequinho atrás deles com o capim do feijão pra eles jogar perto do milho”* (Joaquim, entrevista, out. 2023; jan. 2025). Sendo assim, sabe-se que, hoje em dia, as raízes do feijão liberam nitrogênio suficiente para manter o milho; o milho, por outro lado, é base para o feijão crescer em seu tronco (Altieri, 1998).

Uma das técnicas que a prática no CEVAE Serra Verde ensinou a Jussara diz respeito ao cultivo das raízes de açafrão e de gengibre. Ela ganhou as mudas e testou algumas; umas morreram, outras “vingaram”, e ela percebeu que elas passam um tempo em “dormência”. A princípio, ela achou que as mudas haviam se perdido e acabou esquecendo, indo plantar folhosas. Com o tempo, elas começaram a brotar, sem que houvesse um manejo direto com elas, o que só foi possível por meio da observação dos ciclos dos plantios que ela própria exerceu. Para a colheita na hora correta, Jussara relata que também foi uma questão de tentativa e erro, até encontrar o ponto certo, que é quando suas folhas começam a ressecar.

Ele é muito produtivo. Eu não esperava ter dado tanto, só esperando ele crescer. Foi tanto que eu vendi e no outro ano plantei de novo lá em baixo perto do córrego e aqui em cima nesses canteiros tudo meu aqui. Ele é tão bom que qualquer canto ele dá, não precisa de muita terra” (Jussara, entrevista, out. 2023; jan. 2025).

Outra curiosidade que Jussara aprendeu com suas observações é que o açafão tem um cultivo que, em suas palavras, “*não aceita muita bagunça*”, sendo que ele se dá melhor se for plantado sozinho, sem outras plantas no seu redor para não haver competição de raízes. Dessa forma, ela acredita que o manejo é mínimo, sendo possível somente mudar sua área a cada colheita.

É importante ressaltar que as práticas agroecológicas não podem ser reduzidas apenas a memórias dos trabalhadores. É necessário um trabalho político de construção e de consciência agroecológica para que a agroecologia seja uma ideia disseminada na comunidade. O CEVAE Serra Verde apresenta a intenção de ser um espaço agroecológico, sendo, portanto, um lugar para a formação dos sujeitos. A agroecologia precisa ser fortalecida também por meio de cursos formadores compartilhados entre os trabalhadores das hortas e a comunidade local, de forma a construir a consciência ambiental urbana da região.

Imagem 12 – Foto geral das hortas dos agricultores e cultivo de mudas



Fonte: capturado pela autora (2025).

3.5 Reflexões sobre trabalho e educação: a perspectiva dos trabalhos nas hortas do CEVAE Serra Verde

Todos os entrevistados são pessoas idosas em um momento em que não dependem mais do trabalho para sua subsistência de forma direta. São aposentados, têm família com filhos adultos e alguns netos. Dessa forma, a atividade exercida pelos trabalhadores das hortas do CEVAE Serra Verde pode ser considerada um trabalho, mesmo não sendo capaz de gerar renda ou lucro, pois é uma atividade que exercem em função da força que modifica a natureza e desenvolve produtos cuja produção tem valor social, econômico e ambiental para eles próprios e para a comunidade em geral. Ou, mesmo, pode ser considerada uma forma de aprendizado, mesmo não estando em um ambiente formal (escola) ou em idade “ideal” de aprender, pois o conhecimento compartilhado é constante no local.

Essas questões apresentadas podem ser refletidas a partir do que Mészáros (2008) entende sobre a aprendizagem contínua e informal como um processo essencial para a construção da identidade e da consciência crítica dos indivíduos. Para Mészáros (2008), a vida é, por si só, um espaço de aprendizado constante, rompendo com a ideia limitada de que a educação ocorre exclusivamente dentro de instituições formais, como a escola. Esse olhar mais amplo legitima saberes adquiridos na convivência social, como o exemplo do trabalho nas hortas do CEVAE Serra Verde, nas vivências artísticas, nas experiências de várias categorias de trabalho e nas reflexões existenciais e políticas ao longo da vida. Tais experiências, por estarem fora do controle rígido da estrutura educacional, podem ser mais livres, mais espontâneas e mais significativas para o crescimento pessoal do que o currículo formal.

Nesse contexto, é possível entender por que muitos idosos aposentados encontram sentido ao trabalhar em hortas ao ar livre, em contato com a natureza, e podemos considerar valiosos esses motivos que levam à permanência dos idosos no trabalho nas hortas do CEVAE Serra Verde. A atividade agrícola, além de poder oferecer benefícios físicos e psicológicos, pode promover também um ambiente de aprendizado contínuo, em que o saber prático, a troca intergeracional e a reflexão sobre o próprio tempo ganham espaço. Nessa vivência, os idosos tendem a reavaliar suas trajetórias, buscam compartilhar saberes acumulados e ressignificam o próprio envelhecimento, reconstruindo uma identidade ativa. Cultivar uma horta vai muito além de plantar alimentos: é também cultivar a si mesmo, aprendendo, ensinando e resistindo ao apagamento social promovido por estruturas que frequentemente marginalizam a velhice.

Sobre os saberes compartilhados nas hortas do CEVAE Serra Verde, podemos entender, com base no trabalho de Paulo Freire (2020), que é bastante lembrado pela reflexão em que se refere ao papel formador da educação, que deve promover a passagem da ingenuidade à criticidade, sempre aliada à ética e à estética — ou seja, à decência e à boniteza, como ele mesmo afirma. Para Freire (2020), educar não é apenas transmitir conteúdos técnicos, mas formar sujeitos éticos, conscientes e comprometidos com a transformação do mundo. Esse processo envolve assumir responsabilidades pelas mudanças pessoais e sociais que se operam ao longo da vida. A educação verdadeira, portanto, exige coerência, envolvimento com os valores humanos e uma visão crítica da realidade, sem jamais abandonar a sensibilidade, o cuidado com o outro e a beleza das relações e dos ambientes construídos, prática essa que pode ser observada no ambiente referido nesta pesquisa. Nesse sentido, o pensamento freireano se compartilha com a vivência de idosos aposentados que se dedicam ao trabalho em hortas urbanas em meio à natureza. A horta, nesse contexto, não é apenas um espaço de cultivo de alimentos, mas um lugar onde a ética, a estética e a criticidade se entrelaçam na prática cotidiana. Ao cuidarem da terra e partilharem saberes, esses idosos reafirmam valores como solidariedade, respeito à vida, preservação ambiental e participação social.

Nas entrevistas realizadas no CEVAE Serra Verde, os motivos que os participantes disseram levar à permanência nas hortas estão relacionados a um bem-estar que atribuem ao ambiente natural, como o contato direto com a terra, as plantas, a água, os animais, dentre outros. Além disso, para eles, o trabalho com a horta os faz se sentir mais ativos, mas não na atividade relacionada ao utilitarismo presente nas relações de trabalho e educação formais. Eles deixam de ser vistos como inativos ou descartáveis por serem mais velhos e assumem um papel ativo na comunidade, mostrando que a aprendizagem crítica e ética, assim como defende Freire (2020), não se encerra com a aposentadoria nem se limita aos ambientes escolares. Ao contrário, ela se reinventa na simplicidade do contato com a natureza, na partilha com os outros e na beleza de continuar sendo, transformando-se e educando pelo exemplo e pela prática.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo (Marx; Engels, 2009, p. 122).

Com a frase da décima primeira tese de Marx para Feuerbach (Marx; Engels, 2009), finalizamos a pesquisa proposta. Contudo, consideramos a importância da busca da prática junto à teoria, de forma que compreender os saberes e a memória dos trabalhadores das hortas do CEVAE Serra Verde nos aproxima de ideias de transformação humana e de preservação da natureza.

Sendo assim, este estudo possibilitou uma reflexão profunda sobre a importância de espaços que buscam valorizar a interação entre homem e natureza de diversas maneiras. O CEVAE Serra Verde se propõe a ser um ambiente de alternativa agroecológica e difusora da Economia Solidária entre a comunidade de seu entorno, e o trabalho em suas hortas pode ser fundamental para entendermos que o princípio educativo do trabalho está presente, na medida em que os sujeitos utilizam seus saberes para o desenvolvimento de uma atividade que vai muito além das teorias oficiais determinadas unicamente em ambiente escolar.

Dessa maneira, reconhecendo a importância de investigar os processos de trabalho e educação, a relação homem/natureza, a Economia Solidária e a Agroecologia, estruturamos a pesquisa bibliográfica por meio da análise e reflexão de estudos marxistas, nos quais a centralidade do trabalho explica as relações sociais nas práticas e saberes dos trabalhadores do CEVAE Serra Verde. É possível compreender, com essas reflexões teóricas, que a emancipação humana é possibilitada por meio da ruptura radical com o capitalismo e sua forma predatória da natureza (Engels, 2016; Mészáros, 2011).

A reflexão do materialismo histórico-dialético como método de investigação de pesquisa foi importante para entendermos o conhecimento como transformação social, sendo a formação em Economia Solidária e Agroecologia necessária para a práxis, ponderada por Frigotto (1991) como aquela que muda a realidade, caminha em coletividade e considera os processos históricos. Já a pesquisa qualitativa foi relevante para a realização deste estudo, pois, com ela, evitamos compreender as relações e os processos políticos apenas como números. Ouvir a percepção das pessoas nos possibilitou compreender a visão de passado, presente e futuro dos participantes. Utilizamos entrevistas semiestruturadas e a observação participante em nosso trabalho de campo, com o objetivo de obter informações sobre os saberes e as práticas dos trabalhadores das hortas no espaço do CEVAE Serra Verde. Essa metodologia nos permitiu

uma aproximação com os objetivos propostos neste trabalho, favorecendo uma análise consistente e uma reflexão sobre as hipóteses apresentadas no início desta dissertação.

Dessa maneira, na convivência e nas trocas realizadas no CEVAE Serra Verde, é possível seguir o caminho da construção da economia solidária e da Agroecologia, sem deixar de estimular o pensamento crítico e evitando a redução do trabalho humano à mera reprodução capitalista com função de sobrevivência e renda. Nesse espaço, o trabalho nas hortas vai além: observamos trocas de saberes, histórias de vida compartilhadas e, sobretudo, compreendemos que a relação homem/natureza se manifesta de diversas formas, abrindo caminho para o desenvolvimento de relações humanas que possibilitam a construção da autonomia, da cooperação e da autogestão como pilares da Economia Solidária.

O objetivo central deste estudo buscou compreender como a economia solidária e a Agroecologia estão presentes nas práticas e nos saberes educativos do CEVAE Serra Verde, sendo de grande relevância para refletir sobre a continuidade deste centro mantido pela Prefeitura. Durante as entrevistas, os trabalhadores relataram o cotidiano de trabalho nas hortas e a forma como interagem com os demais companheiros. A satisfação era nítida em todos os entrevistados, e a cooperação se fazia presente em diferentes aspectos, como nas trocas de mudas, no suporte à irrigação das hortas de colegas ausentes em alguns momentos, na divisão de adubo e no compartilhamento da produção. A ideia de cooperação, nesse espaço, está atualmente muito mais relacionada a práticas cotidianas, naturalmente vivenciadas entre os trabalhadores, do que a uma formação política voltada para consolidar o local como um espaço de prática solidária e de sua divulgação junto à comunidade.

Nesse contexto, compreendemos também que a Agroecologia está presente no CEVAE Serra Verde. As práticas cotidianas, enfatizadas pelos próprios trabalhadores durante as entrevistas, evidenciam a importância do não uso de pesticidas – orientação constantemente reforçada pelo próprio CEVAE Serra Verde –, da rotação de culturas, da observação da natureza e do respeito aos seus ciclos, elementos que constituem pilares fundamentais para uma produção agroecológica sustentável. No entanto, assim como nas práticas da Economia Solidária, ainda se faz necessária uma politização mais clara e contundente do conceito de Agroecologia dentro do espaço. Conforme revelado nas entrevistas, os trabalhadores são orientados a manter práticas solidárias e sustentáveis, mas não participam de formações contínuas que possibilitem o aprofundamento, a prática crítica e a divulgação da Agroecologia como meio de preservação da natureza e de produção alimentar sustentável.

A partir dos objetivos específicos, é possível compreender de maneira mais clara os processos de trabalho que articulam a Economia Solidária e a Agroecologia, especialmente

quando buscamos identificar como os agricultores se organizam para garantir a coletividade. No CEVAE Serra Verde, os trabalhadores das hortas são incentivados ao trabalho coletivo, o qual ocorre de forma simples e instintiva, evidenciando que a cooperação facilita a própria manutenção do espaço. Não se observa rivalidade entre eles quanto ao tamanho das hortas, à quantidade de adubo ou às mudas utilizadas, uma vez que a própria instituição mediatiza esses processos, fornecendo os insumos necessários. A coletividade, entretanto, poderia ser fortalecida de forma mais consistente caso houvesse a oferta de formações sistemáticas que favorecessem a construção conjunta e consciente das práticas solidárias.

No mesmo caminho, para considerarmos o segundo objetivo específico deste trabalho – conhecer os desafios da Economia Solidária na Agricultura Urbana –, é necessário destacar o esforço não apenas de divulgação, mas sobretudo de institucionalização dos processos por parte da Prefeitura de Belo Horizonte. Tanto em seu decreto de criação quanto em sua divulgação na internet, o CEVAE Serra Verde apresenta a Economia Solidária como um princípio que caminha junto à construção da Agricultura Urbana. No entanto, na prática, observam-se lacunas na consolidação desses conceitos e princípios, já que a política não se mantém uniforme ao longo dos anos. Isso se deve ao fato de que, em diferentes gestões, a Prefeitura de Belo Horizonte trata os espaços dos CEVAE de maneiras bastante distintas, com práticas que variam significativamente. Essa instabilidade é prejudicial ao município, que perde a oportunidade de ampliar e manter espaços de educação ambiental, de possibilitar à comunidade o contato direto com a natureza e de contribuir para a preservação ambiental – um desafio urgente em nosso tempo.

Por fim, o último objetivo específico deste trabalho buscou conhecer os processos de formação educativa dos trabalhadores do CEVAE Serra Verde e sua relação com os princípios da Economia Solidária e da Agroecologia. Em consonância com a primeira hipótese, foi possível constatar que o trabalho, de fato, afirma-se como princípio educativo nesse ambiente, ao proporcionar um espaço de saberes situado fora das instituições formais, como escolas e universidades. Nesse sentido, o aprendizado ocorre também por meio do compartilhamento da existência e das experiências anteriores. As falas dos participantes revelam a relevância do que se aprende em diferentes ambientes e etapas da vida, desde as hortas na infância até a troca de conhecimentos na vida adulta ou na velhice. A interação solidária, nesse contexto, manifesta-se pela disponibilidade e pela abertura para a circulação dos saberes educativos.

Dessa maneira, colocamos algumas sugestões que podem reverter as lacunas já mencionadas no CEVAE Serra Verde, sendo:

- construção de um regimento entre os trabalhadores das hortas, que seja de forma coletiva e que reafirme o compromisso com a economia solidária e a agroecologia nas práticas do CEVAE Serra Verde;
- formação contínua no que diz respeito aos saberes da economia solidária e da agroecologia⁸, que dê suporte a interação entre todos os participantes das hortas e a comunidade do entorno do CEVAE Serra Verde;
- fortalecimento de uma rede solidária e agroecológica em parceria com os CEVAE's de Belo Horizonte, bem como a retomada de parcerias com ONG's e com associações ligadas a Economia Solidária e Agroecologia.

Essas sugestões podem demandar tempo e recursos, mas sobretudo vontade política para a efetivação da Economia Solidária e da Agroecologia. Em uma grande capital como Belo Horizonte, torna-se necessário que projetos robustos e consistentes sejam construídos em conjunto com a população e mantidos ao longo do tempo.

Assim, este trabalho evidencia que espaços como o CEVAE Serra Verde podem servir não apenas para a ampliação do modelo na própria cidade de Belo Horizonte, mas também em outros municípios, especialmente da região metropolitana, dada a proximidade geográfica. Trata-se de um espaço que oferece um ambiente de preservação ambiental e, ao mesmo tempo, concilia princípios solidários com a agricultura urbana e a interação com a natureza — um passo fundamental para a criação de cidades mais sustentáveis e para uma urbanização que repense e respeite os espaços naturais. Os entrevistados, nesse sentido, reforçam os benefícios da interação com os ambientes naturais ao destacarem o quanto estar nesse espaço contribui para o bem-estar de forma ampla.

É importante ressaltar, ainda, que a Economia Solidária e a Agroecologia, embora desenvolvidas em meio a processos intrínsecos ao sistema capitalista — e, neste caso específico, mediadas pela Prefeitura de Belo Horizonte —, mantêm em sua essência um caráter de coletividade, emancipação e respeito à natureza, mesmo que de modo transitório e não plenamente consolidado em suas práticas.

⁸ Após a mudança de coordenação do CEVAE Serra Verde, em 2025, os passos para a formação e interação entre as redes de Ecosol e agroecologia estão sendo tomados e estão em vias de construção.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, P. P. Associativismo. *In*: CATTANI, A. D. (org.). **A outra economia: os conceitos essenciais**. Porto Alegre: Editora Veraz, 2003. p. 15-20.

ALMEIDA, E. Autogestão: marca indelével no pensamento de Rosa Luxemburgo. **Revista Trabalho Necessário**, v. 12, n. 19, p. 45-60, 2014. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.12i19.p8609>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/8609>. Acesso em: 10 mar. 2023.

ALMEIDA, J.A.F.de. *et al.*. **Agroecologia**. Ilhéus, Ceplac/Cenex, 2012.

ANTUNES, R. (org.). **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

BARBOSA, M. T. **Educação Ambiental Popular: a experiência do Centro de Vivência Agroecológica – CEVAE/Taquaril**. 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/MPBB-8EELPK>. Acesso em: 22 nov. 2023.

BARBOZA, L. Cooperação, solidariedade e autogestão enquanto ferramentas para emancipação social de comunidades da Amazônia brasileira e o caso dos Indicadores de Bem Estar para Povos Tradicionais (IBPT). **Mundo Amazônico**, v. 5, p. 87-110, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=9135926>. Acesso em: 22 nov. 2023.

BELO HORIZONTE. Centro de Vivência Agroecológica. **História da gente, do lugar e do lugar da gente**. Belo Horizonte: Ceva, 1997.

BELO HORIZONTE. Conselho Municipal de Meio Ambiente. Deliberação Normativa nº 31/2000. Dá nova redação à Deliberação Normativa 023/99 – COMAM, que dispõe sobre as normas de gestão e funcionamento dos Centros de Vivência Agroecológica – CEVAE/PBH. **Diário Oficial do Município**: Belo Horizonte, ano 6, nº 1.169, 23 maio 2000. Disponível em: https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/imagens/authenticated%2C%20editor_a_meio_ambiente/deliberacoes/comam/DN31-00_.pdf. Acesso em: 10 mar. 2023.

BELO HORIZONTE. Fundação de Parques Municipais e Zoobotânica. **CEVAE Serra Verde**. Belo Horizonte: Prefeitura de Belo Horizonte, [2025]. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/fundacao-de-parques-e-zoobotanica/informacoes/cevae/serra-verde>. Acesso em: 22 nov. 2023.

BENINI, É. A.; BENINI, E. G. As contradições do processo de autogestão no capitalismo: funcionalidade, resistência e emancipação pela economia solidária. **Organ. Soc.**, Salvador, v. 17, n. 55, p. 605-619, out./dez. 2010. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1984-92302010000400002>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/osoc/a/tTfSCBDcXhkkBPjwbwXkTGS/?lang=pt>. Acesso em: 22 nov. 2023.

BOMFIM, A. M. Trabalho, Ambiente e Educação: reflexões, pistas de ação e de pesquisa na “Educação Ambiental” e na “Educação para o Trabalho”. **Vértices**, Campos dos Goitacazes, v. 24, n. 2, p. 556-566, maio/ago. 2022. DOI: <https://doi.org/10.19180/1809-2667.v24n22022p556-566>. Disponível em: <https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/16524>. Acesso em: 22 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em: 22 nov. 2023.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Atlas da Economia Solidária no Brasil**. Brasília, DF: MTE/Senaes, 2005. Disponível em: https://base.socioeco.org/docs/sies_atlas_parte_1.pdf. Acesso em: 22 nov. 2023.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: EMATER, 2004.

COUTINHO, M. N. **Agricultura urbana: uma análise e reflexão sobre os marcos legais e normativos do município de Belo Horizonte**. 2010. Monografia (Graduação em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/MPBB-87YHD5/1/agriculturaurbana_praticaspopulares_insercao_polit_publicas.pdf. Acesso em: 19 ago. 2022.

DEL ROIO, M. Marx e o trabalho como princípio educativo. **Trabalho e Educação**, Belo Horizonte, v. 24, p. 157-172, jan./abr. 2015.

FISCHER, M. C. B.; CORDEIRO, B.; TIRIBA, L. Relações seres humanos/natureza e saberes do trabalho associado: premissas político-epistemológicas. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, v. 22, p. 1-16, 2022. DOI: 10.20396/rho.v22i00.8666486. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8666486>. Acesso em: 19 ago. 2022.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. *In*: FAZENDA, I. (org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1991. p. 45-60.

FRIGOTTO, G. Teoria e práxis e o antagonismo entre a formação politécnica e as relações sociais capitalistas. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, suplemento, p. 67-82, 2009.

GONÇALVES, L. M. *et al.*. Como agricultores familiares compreendem a agroecologia? Um estudo de caso em Vitorino-PR. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 29-49, mar. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturfamiliar/article/view/7419>. Acesso em: 19 ago. 2022.

GONÇALVES, L. M. *et al.*. Como agricultores familiares compreendem a agroecologia? Um estudo de caso em Vitorino - PR. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, Belém, v. 14, n. 2., p. 29-49, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/agriculturafamiliar/article/view/7419>. Acesso em: 19 ago. 2022.

GONTIJO, F. M. C.; DE PAULA, A. P. P. Os sentidos da economia solidária: reflexões sobre um curso de formação. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 45, e185054, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1678-4634201945185054>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/JgkzVpcbTW3ZZZpfKPyTdmMs/?lang=pt>. Acesso em: 19 ago. 2022.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

JUNGES, V. C.; CAMPOS, S. A. P. Associativismo enquanto reflexo de ação coletiva. **RGD**, v. 19, n. 2, p. 208-231, jul./dez. 2022. DOI: <https://doi.org/10.25112/rgd.v19i2.2927>. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistagestaoedesenvolvimento/article/view/2927>. Acesso em: 19 ago. 2022.

LECHAT, N. M. P. **As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil**. São Paulo: CUT – Escola Sindical, 2002.

LEFF, E. Agroecologia e saber ambiental. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 45-62, jan./mar. 2002.

LOWY, M. **O que é Ecosocialismo?** 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARX, K. Crítica ao Programa de Gotha – Observação sobre o Programa do Partido Operário Alemão. *In*: ANTUNES, R. (org.). **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p. 45-60.

MARX, K. O trabalho produtivo e o trabalho improdutivo. *In*: ANTUNES, R. (org.). **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p. 91-100.

MARX, K. Processo de trabalho e processo de valorização. *In*: ANTUNES, R. (org.). **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p. 79-90.

MARX, K. Produção e intercâmbio. Divisão do trabalho e formas de propriedade: tribal, antiga e feudal. *In*: ANTUNES, R. (org.). **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p. 101-120.

- MARX, K. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. *In*: ANTUNES, R. (org.). **A dialética do trabalho**: escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p. 61-78
- MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia alemã**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MASCARENHAS, M. S. **A construção do lixo nas cartilhas de Educação Ambiental**. 2003. Monografia (Graduação em Ciências Biológicas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.
- MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. 2. ed. São Paulo. Editora Boi Tempo, 2011.
- MILANEZ, F. Desenvolvimento Sustentável. *In*: CATTANI, A. D. (org.). **A outra economia**: os conceitos essenciais. Porto Alegre: Editora Veraz, 2003. p. 76-88
- MINAYO, M. C. (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 1. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- NOSELLA, Paolo. O princípio educativo do trabalho na formação humana: uma *spaccatura storica*. **Revista do Trabalho**, v. 18, n. 37, p. 45-60, set./dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v18i37.46275>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/46275>. Acesso em: 19 ago. 2022.
- OLIVEIRA, J. C.; CHRISTOFFOLI, P. I. Agroecologia e Economia Solidária frente ao modo de produção capitalista e a questão da sustentabilidade. **Retratos de Assentamento**, v. 20, n. 2, p. 149-170, 2017. DOI: <https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2017.v20i2.284>. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/284>. Acesso em: 19 ago. 2022.
- OLIVEIRA, R. P.; MACHADO, I. F. O trabalho coletivo como princípio educativo no contexto da socioeconomia solidária – o caso da UNIVENS. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 20, n. 3, p. 25-34, set./dez. 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8714>. Acesso em: 19 ago. 2022.
- PELEGRINI, D. F.; NARCISO SHIKI, S. F.; SHIKI, S. Uma abordagem teórica sobre cooperativismo e associativismo no Brasil. **Revista Eletrônica de Extensão**, Florianópolis, v. 12, n. 19, p. 70-85, 2015. DOI: <https://doi.org/10.5007/1807-0221.2015v12n19p70>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/extensio/article/view/1807-0221.2015v12n19p70>. Acesso em: 19 ago. 2022.
- PEREIRA, K. A.; SILVA, V. R.; SÁ, M. F. Educação do Campo e a agroecologia: por uma pedagogia do trabalho. **REVES – Revista Relações Sociais**, Viçosa, v. 1, n. 3, p. 407-415, 2018. DOI: <https://doi.org/10.18540/revesv1i3pp0407-0415>. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/reves/article/view/3177>. Acesso em: 19 ago. 2022.
- PORTELA, J. F. **Elaboração de cartilha educativa para contribuir com a gestão de resíduos químicos na UnB**. 2011. Monografia (Graduação em Ensino de Química) –

Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em:
<https://bdm.unb.br/handle/10483/2484>. Acesso em: 19 ago. 2022.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUEVEDO, T. C. *et al.*. Produção agroecológica integrada por meio do Projeto Rondon: oficina de horta comunitária, composteira e construção de cisterna. **Revista Conhecimento Online**, ano 7, v. 2, p. 94-99, 2015. DOI: <https://doi.org/10.25112/rco.v2i0.303>. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistaconhecimentoonline/article/view/303>. Acesso em: 19 ago. 2022.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Ed. Atlas, 1985.

ROMANINI NETTO, E. O trabalho como princípio educativo ambiental. **Ambiente e Educação – Revista de Educação Ambiental**, Paraná, v. 25, n. 2, p. 123-136, 2020. DOI: <https://doi.org/10.14295/ambeduc.v25i2.11505>. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/11505>. Acesso em: 19 ago. 2022.

ROSSI, R. Proletariado e Emancipação. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v. 9, p. 45-60, jan./jun., 2016. DOI: <https://doi.org/10.18764/2358-4319.v9n1p103-121>. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducaoemancipacao/article/view/4981>. Acesso em: 19 ago. 2022.

SANTOS, E. F.; DAL RI, N. M. (org.). Trabalho como princípio educativo no movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) do Brasil. **Org. & Dem.**, Marília, v. 23, n. 1, p. 69-82, jan./jun. 2022. DOI: <https://doi.org/10.36311/1519-0110.2022.v23n1.p69-82>. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/orgdemo/article/view/13164>. Acesso em: 10 mar. 2023.

SANTOS, G. M. A.; RUMMERT, S. M. Saberes tácitos, técnica, tecnologia e ciência: o lugar do trabalho vivo no processo de trabalho na produção associada. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 22, n. 3, p. 223-239, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9234>. Acesso em: 10 mar. 2023.

SANTOS, I. R. T. **Os (des)caminhos da metropolização: reestruturação socioespacial na (re)produção da metrópole de Belo Horizonte**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/IGCC-9GPP6E>. Acesso em: 10 mar. 2023.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Editora USP, 2023.

SANTOS, M. **Manual de Geografia Urbana**. São Paulo: Editora USP, 2012.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 55-72, jan./abr. 2007. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2023.

SCHMIDT, D.; PERIUS, V. Cooperativismo e cooperativa. *In*: CATTANI, A. D. (org.). **A outra economia**: os conceitos essenciais. Porto Alegre: Editora Veraz, 2003. p. 63-72.

SILVA, R. B.; AZEVEDO, A. B. A. Formação do trabalhador solidário: emancipação ou legitimação da exploração? **Linhas Críticas**, Brasília, v. 16, n. 30, p. 149-166, jan./jun. 2010. DOI: <https://doi.org/10.26512/lc.v16i30.3577>. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3577>. Acesso em: 10 mar. 2023.

SINGER, P. Economia Solidária. *In*: CATTANI, A. (org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Editora Veraz, 2003. p. 45-60.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. 5. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012.

SOBRAL, K. M. *et al.*. Gramsci e o trabalho como princípio educativo: escola unitária e a construção da nova sociedade. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 16, n. 70, p. 178–196, 2017. DOI: 10.20396/rho.v16i70.8644327. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8644327>. Acesso em: 10 mar. 2023.

TOZONI REIS, M. F. C. O método materialista histórico e dialético para a pesquisa em educação. **Revista Simbiologias**, v. 12, n. 17, p. 45-60, 2022. DOI: <https://doi.org/10.32905/19833253.2020.12.17p67>. Disponível em: https://www.ibb.unesp.br/Home/ensino/departamentos/educacao/o_metodo_materialista_historico_e_dialetico.pdf. Acesso em: 10 mar. 2023.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TUAN, Y. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Editora Difel, 1980.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Biblioteca Universitária. **Diretrizes para normalização de trabalhos acadêmicos**. 3. ed. Belo Horizonte: Biblioteca Universitária – Sistema de Bibliotecas da UFMG, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/static/politica/diretrizes-para-normalizacao-de-trabalhos-academicos-da-UFMG.pdf>. Acesso em: 01 set. 2025.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM OS TRABALHADORES DAS HORTAS DO CEVAE SERRA VERDE

1. Como e quando começou seu trabalho com a agricultura? Foi antes ou depois do CEVAE Serra Verde? (Considerar aqui a história de vida, a origem, dentre outros elementos contributivos para a análise).
2. O que você considera um aprendizado importante que contribuiu para seu trabalho com a horta no CEVAE Serra Verde? (Considerar o que e como aprendeu, algum fato específico ou mesmo genérico).
3. Há quanto tempo iniciou seu trabalho no CEVAE Serra Verde?
4. Como você avalia a relação do seu conhecimento anterior com o CEVAE Serra Verde? Acredita que trouxe conhecimento para sua prática na horta? Quais?
5. O que você aprendeu no CEVAE Serra Verde que contribui para alguma mudança no seu dia a dia na horta? Como você avalia esse aprendizado?
6. Como é sua relação com os outros trabalhadores das hortas e com os funcionários do CEVAE Serra Verde? E com a comunidade local? (Sobre troca de experiências e de saberes, e sobre a cooperação).
7. Como fica organizada tanto a produção quanto a venda dos produtos entre os trabalhadores? (Sobre autonomia, sobre autogestão e sobre vendas).

APÊNDICE B – PRODUTO EDUCACIONAL PARA O MESTRADO PROFISSIONAL

A partir da compreensão das experiências das hortas urbanas que têm sido desenvolvidas no CEVAE Serra Verde e suas relações com a economia solidária e a agroecologia propõe-se construir um vídeo educativo que vise à divulgação desta pesquisa e que colabore com a Educação Ambiental do espaço.

De acordo com o artigo 1º da Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental,

entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. Art. 2º A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal (Brasil, 1999).

Nessa perspectiva, é relevante produzir um vídeo que também abranja as hortas agroecológicas do CEVAE Serra Verde e as perspectivas e os saberes dos agricultores. Dessa forma, coloca-se em circulação os saberes relativos a um novo paradigma da agricultura, a partir dos sujeitos que o mobiliza em seu cotidiano de vida.

Espera-se que o vídeo possa contribuir para a formação crítica de educandos e da população no geral, no tocante ao modo de produção capitalista e às relações que o homem estabelece com a natureza.

Finalmente, a partir desse vídeo, pode-se fomentar e incentivar o cultivo de hortas comunitárias em diversos espaços e em municípios vizinhos, produzindo transformações significativas no cotidiano das comunidades que podem ser beneficiadas com a com a experiência do CEVAE Serra Verde.

Imagem 13 – QRCode para acesso ao produto (vídeo)



Fonte: elaborado pela autora (2025).

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (CEP/UFMG)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
MINAS GERAIS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Os saberes e práticas da Agroecologia, da Economia Solidária e do Ecosocialismo dos trabalhadores das hortas agroecológicas do CEVAE Serra Verde - PBH

Pesquisador: Geraldo Marcio Alves dos Santos

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 81493524.6.0000.5149

Instituição Proponente: Faculdade de Educação/UFMG

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.116.555

Apresentação do Projeto:

O projeto em questão está circunscrito a uma pesquisa de mestrado (mestrado profissional) que tem como proposta, compreender como os princípios da Agroecologia, Ecosocialismo e da Economia solidária estão presentes nas práticas e saberes educativos do CEVAE Serra Verde. A proposição investigativa será feita através da análise e reflexão dos conceitos apresentados na discussão teórica, ressaltando seus principais autores e a contribuição social da proposta. O trabalho de campo e a observação participante, bem como a análise de entrevistas semiestruturadas com os trabalhadores estão colocados e discutidos como a metodologia do projeto.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo central :

Compreender como princípios da Agroecologia, Ecosocialismo e da Economia solidária estão presentes nas práticas e saberes educativos do CEVAE Serra Verde.

Objetivos específicos :

Identificar como os agricultores se organizam para garantir a sua coletividade; Conhecer os desafios da economia solidária na agricultura urbana; Conhecer os processos de formação educativa dos trabalhadores do CEVAE Serra Verde e sua relação com os princípios da Economia Solidária e Agroecologia; Revisitar e refletir os saberes tácitos dos trabalhadores

Endereço: Av. Presidente Antonio Carlos, 6627 2º. Andar Sala 2005 Campus Pampulha

Bairro: Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901

UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE

Telefone: (31)3409-4592

E-mail: coep@prpq.ufmg.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
MINAS GERAIS



Continuação do Parecer: 7.116.555

cooperados.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

São colocados como riscos: colocar os entrevistados em uma situação delicada, na medida em que suas memórias, bem como seus valores e ideais individuais possam conflitar com os valores e ideais coletivos e gerar algum tipo de constrangimento

São colocados como benefícios, ou melhor, contribuições da pesquisa: o grupo compreenda melhor sua própria história, seus conhecimentos desenvolvidos ao longo de sua vida, suas conquistas e o papel do trabalho no CEVAE Serra Verde para o coletivo. Os resultados desta pesquisa podem contribuir também, com outros grupos populares apontando caminhos e estratégias de organização e relação entre cooperados/associados no cotidiano de trabalho, bem como a criação de novos projetos em outras regiões inspirados no CEVAE Serra Verde.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Segundo o parecerista Charles da Cunha, professor da Faculdade de Educação: "O projeto analisado possui Introdução histórica ao tema, tem boa construção do objeto de pesquisa. O mesmo está adequado para desenvolvimento e conclusão da pesquisa. A pesquisa objetiva compreender como princípios da Agroecologia, Ecosocialismo e da Economia solidária estão presentes nas práticas e saberes educativos do CEVAE Serra Verde. A proposição investigativa dar-se-á pela análise e reflexão dos conceitos apresentados, seus principais autores e a contribuição social. A metodologia prevista se desenvolverá por meio do trabalho de campo e a observação participante, bem como a análise de entrevistas semiestruturadas com os trabalhadores". O parecerista ainda ressalta que todos os itens da pesquisa estão bem desenvolvidos.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos apresentados estão de acordo e em conformidade com o esperado. Apenas é necessário que haja um re-ajuste do cronograma, considerando a aprovação do projeto pelo CEP

Recomendações:

Recomenda-se que o cronograma seja adequado, garantindo que a pesquisa de campo seja iniciada após a aprovação deste CEP

Endereço: Av. Presidente Antonio Carlos, 6627 2º. Andar Sala 2005 Campus Pampulha
Bairro: Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901
UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE
Telefone: (31)3409-4592 **E-mail:** coep@prpq.ufmg.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE
MINAS GERAIS**



Continuação do Parecer: 7.116.555

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Sem pendências ou inadequações

Considerações Finais a critério do CEP:

Tendo em vista a legislação vigente (Resolução CNS 466/12), o CEP-UFMG recomenda aos Pesquisadores: comunicar toda e qualquer alteração do projeto e do termo de consentimento via emenda na Plataforma Brasil, informar imediatamente qualquer evento adverso ocorrido durante o desenvolvimento da pesquisa (via documental encaminhada em papel), apresentar na forma de notificação relatórios parciais do andamento do mesmo a cada 06 (seis) meses e ao término da pesquisa encaminhar a este Comitê um sumário dos resultados do projeto (relatório final).

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2328324.pdf	12/07/2024 15:04:44		Aceito
Parecer Anterior	Parecer_Aline_e_Geraldo_2023_assinado2_assinado.pdf	12/07/2024 15:04:27	Geraldo Marcio Alves dos Santos	Aceito
Parecer Anterior	Parecer_Aline_Geraldo.pdf	09/07/2024 16:09:49	Geraldo Marcio Alves dos Santos	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto_assinada_FaE_Orientador.pdf	03/07/2024 10:04:46	Geraldo Marcio Alves dos Santos	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_COEP.pdf	04/06/2024 18:10:15	Geraldo Marcio Alves dos Santos	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Aline.pdf	04/06/2024 18:08:04	Geraldo Marcio Alves dos Santos	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_Aline_CEP.pdf	04/06/2024 18:06:58	Geraldo Marcio Alves dos Santos	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Av. Presidente Antonio Carlos, 6627 2º. Andar Sala 2005 Campus Pampulha
Bairro: Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901
UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE
Telefone: (31)3409-4592 **E-mail:** coep@prpq.ufmg.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
MINAS GERAIS



Continuação do Parecer: 7.116.555

BELO HORIZONTE, 02 de Outubro de 2024

Assinado por:
Corinne Davis Rodrigues
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Presidente Antonio Carlos, 6627 2º Andar Sala 2005 Campus Pampulha
Bairro: Unidade Administrativa II **CEP:** 31.270-901
UF: MG **Município:** BELO HORIZONTE
Telefone: (31)3409-4592 **E-mail:** coep@prpq.ufmg.br